



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

IRACEMA PAIXÃO DOS SANTOS

**INSUBMISSA MULHER: MARIA FIRMINA, UMA VOZ
FEMININA NEGRA NO CONTEXTO DA ABOLIÇÃO**

Salvador

2024

IRACEMA PAIXÃO DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos na Linha de Pesquisa Estudos Étnicos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof. Dr. Elias Alfama Vaz Moniz.

Salvador

2024

Biblioteca CEAO - UFBA

S237 Santos, Iracema Paixão dos.

Insubmissa mulher: Maria Firmina, uma voz feminina negra no contexto da abolição / Iracema Paixão dos Santos. - 2024.
125 f.

Orientador : Profº Drº Elias Alfama Vaz Moniz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Àfro-Orientais 2024.

1. Literatura negra feminina. 2. Decolonialidade. 3. Interseccionalidade. I. Moniz, Elias Alfama Vaz. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Áfro - Orientais III. Título.

CDD - 809.81



Universidade Federal da Bahia


**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E
AFRICANOS (POSAFRO)**

ATA Nº

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO), realizada em 04/12/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS no. <numAta/>, área de concentração Estudos Étnicos e Africanos, do(a) candidato(a) IRACEMA PAIXÃO DOS SANTOS, de matrícula 2021108171, intitulada Insubmissa mulher: Maria Firmina, uma voz feminina negra no contexto da abolição. Às 08:30 do citado dia, em modo virtual, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora, Prof. Dr. Elias Alfama Vaz Moniz, que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. JUVENAL DE CARVALHO CONCEIÇÃO, Prof. ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ, Profa. Dra. TATIANA SENA DOS SANTOS e Profa. Dr. CRISTIANE SANTOS SOUZA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinando(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

**Dr. JUVENAL DE CARVALHO CONCEIÇÃO,
UFRB**

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
 TATIANA SENA DOS SANTOS
Data: 04/12/2024 10:18:28-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Dra. TATIANA SENA DOS SANTOS, UFBA

Examinador Externo ao Programa

Documento assinado digitalmente
 CRISTIANE SANTOS SOUZA
Data: 04/12/2024 10:17:22-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Dra. CRISTIANE SANTOS SOUZA, UFBA

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ
Data: 04/12/2024 10:14:29-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ, (UFRB)

Orientador



Universidade Federal da Bahia
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E
AFRICANOS (POSAFRO)**

Documento assinado digitalmente
gov.br IRACEMA PAIXÃO DOS SANTOS
Data: 07/01/2025 17:58:41 -0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

IRACEMA PAIXÃO DOS SANTOS

Mestrando(a)

“Em meio ao medo instalado e à necessária coragem, ensaiamos movimentos ancorados na recordação das proezas antigas de quem nos trouxe até aqui. E, apesar das acontecências do banzo, seguimos. Nossos passos vêm de longe...

Sonhamos para além das cercas. O nosso campo para semear é vasto e ninguém, além de nós próprios, sabe que também inventamos a nossa Terra Prometida. É lá que realizamos a nossa sementeira. Em nossos acidentados campos – sabemos pisar sobre as planícies e sobre as colinas – a cada instante os nossos antepassados nos vigiam e com eles aprendemos a atravessar nossos caminhos das pedras e das flores.”

Conceição Evaristo (2017, p. 111)

Maria Firmina é uma *mulher-revolução*.
Uma mulher negra insubmissa gesta outras mulheres. Desalinha estruturas.
Elo entre presente e passado. Planta sementeira. Sua escrita é amuleto. Ancestralidade.
Ancora em suas ancas resistências e insurgências. Faz a gira girar e edifica futuros.
Torre e farol. Bússola e travessia.
As iabás cuidam do seu cansaço, colocam unguentos nos seus pés caminantes, banham suas dores,
penteiam seus cabelos e lhes sopram ventos de insubordinação.
Segurando nas mãos de Tempo (*Hêla, Tempu! Kiuá Dembua!*) atravessa gerações.
Abre fendas por onde entram auroras de ousadia, coragem, liberdade.

Iracema Paixão dos Santos

AGRADECIMENTOS

“Para quem quer se soltar/Invento o cais/
Invento mais que a solidão me dá/Invento lua nova a clarear
Invento o amor/E sei a dor de encontrar
Eu queria ser feliz/Invento o mar

Invento em mim o sonhador/Para quem quer me seguir
Eu quero mais/Tenho o caminho do que sempre quis/E um Saveiro pronto
pra partir/Invento o cais/E sei a vez de me lançar”
(Milton Nascimento, Ronaldo Bastos).

A minha palavra preferida é *travessia*, porque atravessar é estar em movimento. Paralelamente, minha metáfora preferida é *vida é barco*. Talvez porque barcos permitam travessias e, no Candomblé, barco diz respeito à *iniciação*. Estou na vida neste imenso barco, sempre iniciante, nunca só. Muitas mãos remam comigo, ditam o ritmo e me permitem criar paisagens, servem de porto e cais, lugar de chegadas e descansos.

Agradeço à minha avó Idalina Santos (*in memoriam*), razão primeira, a mulher das ancas largas que fez a gira girar, porque compreendia o mundo da frente para trás e hoje, do Orum, continua zelando por mim. Vó é minha prece diária, meu amuleto de sorte, minha fé, minha ancestralidade.

À Euzenita Assis dos Santos, minha mãe, meu esteio, minha amiga e meu amor. Esse mestrado é para você e por você, por tudo que foi e tem sido... Por tudo que será. Você sempre foi a condutora do nosso barco, nossa força e nosso farol.

À Alile Dara Onawale, minha filha, a mulher que não teme os vãos das cidades e me abre muitas janelas de ver o mundo. Obrigada por tudo que você expande em mim, por ser uma mulher negra insubmissa e por ter olhos que capturam o mundo com lentes de poesia. Eu sou, porque você é.

Ao Professor Dr. Elias Alfama Moniz, obrigada por dar o movimento exato a essa travessia, por seu afeto, por seu respeito e pela firmeza em sua mais justa medida. A peleja foi grande, muitas tempestades, quase nunca calmarias. Mas você se fez âncora. Toda força veio de ti: “Desistir não é uma possibilidade.” Eu, errante navegante, confiei. Cheguei. Chegamos! Obrigada por dividir generosamente sua experiência e conhecimento, por me lembrar dos prazos, por esticar meus limites, por transitar, em equilíbrio, entre o corte certo e a gentileza.

Às Professoras e aos Professores do Pós Afro, meu profundo agradecimento por compartilharem vivências e conhecimentos. Por segurarem o leme com ética e compromisso,

mesmo quando as aulas eram remotas e exaustivas, o fascismo ameaçava a democracia e a COVID-19 atemorizava toda a nação, vocês foram fluência e conjugaram o verbo esperar. Estendo os agradecimentos e reconhecimento a toda equipe do PÓS AFRO por serem rota e farol, suporte e porto.

A Marcelo Oliveira, o moço da efetiva beleza. A semente primordial quem plantou foi você, durante a pandemia, enquanto o mundo tinha medo, você me deu coragem. Fez as inscrições, desenhou as metas, foi *o feijão e o sonho*. O primeiro passo da viagem foi contigo. Oxalá lhe deu função de ser lume e você fez disso ação.

À Humbelina Silva, amiga e musa inspiradora, obrigada por todo amparo, todo lastro, todo cuidado e amor. Você foi incansável em desbravar margens seguras e me apresentá-las... Ensinou, alinhavou, fez brotar em terreno árido. A tessitura de tudo que está aqui tem seu zelo e seu olhar bonito. Gratidão por ser torre.

À María Laura Stephen, sua presença foi um porto seguro. Obrigada por nossa parceria e cumplicidade, por desatar os nós necessários para colocarmos o barco em movimento e por sua solidariedade nas andanças de mares burocráticos. Sua mão firme me ajudou a ancorar. Todo afeto, María.

Ao Dr. Euvaldo Mattos, meu terapeuta. Obrigada por me incentivar a confiar na jornada, por sedimentar estradas e possibilidades, por me falar que a vida exige coragem, pelos alicerces internos e pelas janelas externas. Eu pude enxergá-las e atravessar. Obrigada por nossas tardes. Você é imprescindível.

A Hamilton Raffif, por seu olhar atento e absolutamente honesto, encontrando as falhas, ressaltando os acertos, que me colocaram na rota. Ter você por perto foi prêmio de chegada e de consolo nos dias em que escrever doía fisicamente. Agradeço por acreditar, me fazer maturar e realinhar.

A Augusto Sérgio São Bernardo, meu amigo “Serginho”, gratidão por ser presença, por me emprestar seus livros e dividir comigo esse mundo vasto que habita sua cabeça. Gratidão por me ensinar coisas grandes e por me ajudar a persistir.

À Márcia Freire pelo estímulo cotidiano e pelo olhar que sempre me ajuda a ampliar horizontes. Obrigada pela correção honesta e afetuosa.

À Professora Edilza Sotero, pela parceria no tirocínio que me permitiu olhares mais nítidos sobre as novas paisagens do Brasil contemporâneo. Foi uma travessia bonita, perene e profícua. É bom navegarmos com Professoras que depositam verdadeiras esperanças na Educação.

Aos colegas do mestrado, Anderson Menezes, Alessandra Barbosa, Angélica Souza, Beatriz Portela, Helena Argolo, Larissa Neves, Lohana Kárita, Telma, Vinicius Nonato, Roque Boa Morte, Wilma Quadé, a turma mais potente do PÓS AFRO! Vocês foram as companheiras e os companheiros de viagem mais admiráveis que eu poderia ter. A forma como fomos amparo, solicitude, presteza, troca, consolo, riso trouxe paisagens serenas à travessia. A beleza de navegar é o percurso. Vocês serão, para sempre, este mar bonito de atravessar. Gratidão por todo aprendizado e por nosso *aquilombamento*.

A Isac Rabelo, pelo empréstimo dos livros, por nossas conversas e trocas, pelo afeto bonito que nos une e por navegar comigo em qualquer travessia. Obrigada por me enxergar pelo avesso e ainda assim me ofertar estrelas.

Aos amigos e amigas Jussara Silveira, Marien Bring, Mário Moura, Tito Marcos, vocês são meu quintal de travessura, minha casa em festa, obrigada pela lembrança cotidiana de que existem outros mares, outros risos e calmarias, por curarem meu cansaço e serem minha doce ventania.

À Izabel Quadros e à Teca Quadros, *As Baubianas*, foram alento e lugar de descanso, reinventamos afetos e alegrias durante a pandemia, nos salvamos porque somos matilha. Obrigada pelo conforto de sempre estarem e por me recolocarem no caminho de ida.

À Camila e à Aline Rosa, as mulheres do fim do mundo (até depois). A potência e a presença de vocês sempre foram inspiração. Obrigada pelos cuidados e pelas partilhas. Vocês são minha aldeia de onde posso ver o mundo.

A Landê Onawale, obrigada por nossa filha, por sua importância na travessia de tantos e tantas, por me emprestar seus livros e sempre me fazer rir (eu acredito na revolução do riso). Ogum te permita seguir desbravando.

À Maria da Guia, por sua companhia e estímulo, por suas fotos que me trouxeram a cidade de Guimarães e Firmina. Sua ancestralidade e conexão com o Maranhão me deixaram mais próxima das margens de lá.

A Edvaldo Pereira, por suas canções de repouso, por seu zelo e afeto, por me emprestar seus livros e por estar sempre disposto a navegar. Você é parte.

À Ednélia Orrico, por ser coordenadora e amiga e compreender os princípios de uma parceria e dos sonhos impossíveis de serem sonhados a sós.

À Lóide Mendonça, Walter Júnior, Jaqueline Lopes, equipe gestora da minha querida Escola Municipal de Pituacu. Reconheço o trabalho de vocês à frente de nossa escola, assegurando aos jovens que lá estão, raízes e asas. Vocês foram imprescindíveis nessa empreitada por compreenderem, incentivarem, sustentarem.

Tenho um amor faminto por minha família e por minhas amigas e amigos, me nutro de seus afetos. E, se me movimento pelo mundo, é porque sou revoada, força coletiva. *Quem falou que ando só. Nessa terra, nesse chão de meu Deus, sou uma, mas não sou só*¹. Mulheres precisam encontrar seu bando. Chegamos ao porto. Sem demora, outras rotas. Içar velas, porque barco é sempre iniciação. Ubuntu. Axé.

¹ Trecho da canção *Povoada* composta por Sued Nunes e lançada em 2023. Disponível em https://www.letras.mus.br/sued-nunes/povoada/#google_vignette

RESUMO

Os estudos sobre personalidades históricas que confrontaram o colonialismo, como Maria Firmina dos Reis, são de singular importância no campo dos estudos decoloniais, das disputas por narrativas contra-hegemônicas e das lutas antirracistas. Reis foi uma mulher insubmissa que, no contexto do Brasil oitocentista, trouxe para o centro da sua narrativa mulheres e homens negros, periféricos e indígenas, ou seja, pessoas que estavam à margem dos discursos políticos e do corpus literário brasileiro. Esta pesquisa tem como premissa resgatar a trajetória de Maria Firmina no campo pessoal e da sua produção literária. Nosso objetivo precípua é demonstrar como, atravessada pela interseccionalidade, Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra, pobre, nordestina, professora e escritora que, de maneira disruptiva, foi a primeira romancista negra a publicar um livro no Brasil, colocando-se frontalmente contra a escravidão. Destarte, escolhemos para análise o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A Escrava* (1887) com o intuito de colocarmos em evidência a articulação entre raça, gênero e classe que permeia a obra firminiana. A metodologia qualitativa e a revisão bibliográfica foram utilizadas como recursos metodológicos. Livros, periódicos, seminários e palestras que versam sobre a autora e sua produção foram utilizados como fontes. A conjuntura do Brasil e do Maranhão no século XIX ganham relevo para traçarmos o panorama histórico no qual Firmina nasceu, viveu e produziu suas obras. Empreendemos a seleção e análise de diversas imagens conhecidas da autora para discutirmos o racismo e a representação de negros e negras ao longo da história. Sua obra escritora é compreendida como memorável contribuição histórica pois revela as opressões que estruturam a emergência da nação brasileira.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis, Decolonialidade, Literatura Negra Feminina, Escrivência, Interseccionalidade.

ABSTRACT

*Studies on historical figures who confronted colonialism, such as Maria Firmina dos Reis, are of singular importance in the field of decolonial studies, disputes over counter-hegemonic narratives, and anti-racist struggles. Reis was an insubordinate woman who, in the context of nineteenth-century Brazil, brought black, peripheral, and indigenous women and men to the center of her narrative, that is, people who were marginalized from political discourses and the Brazilian literary corpus. This research aims to recover Maria Firmina's trajectory in the personal field and in her literary production. Our main objective is to demonstrate how, crossed by intersectionality, Maria Firmina dos Reis was a black, poor, northeastern woman, a teacher, and a writer who, in a disruptive manner, was the first black novelist to publish a book in Brazil, positioning herself frontally against slavery. Therefore, we chose to analyze the novel *Úrsula* (1859) and the short story *A Escrava* (1887), where we can analyze the connection between race, gender, and class that permeate Firmina's entire work. Qualitative methodology and bibliographical review will be used as methodological resources. Books, periodicals, seminars, and lectures that deal with the author and her production were used as sources. The situation of Brazil and Maranhão in the 19th century gains relevance to outline the historical panorama where Firmina was born, lived, and produced her works. We undertook the selection and analysis of several well-known images of the author to discuss racism and the representation of black men and women throughout history. Her written work is understood as a memorable historical contribution because it reveals the oppressions that structure the emergence of the Brazilian nation.*

Keywords: *Maria Firmina dos Reis, Decoloniality, BlackWomen's Literature, Escrivência, Intersectionality.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Busto de Maria Firmina dos Reis	77
Figura 2	A Redenção de Cam (1895)	96
Figura 3	Pintura da Câmara de Vereadores de Guimarães (até 2016)	98
Figura 4	Reinterpretação da Imagem de Maria Firmina dos Reis	99
Figura 5	A História de Quatro Abolicionistas	100
Figura 6	“Páginas arrancadas da Abolição”	100
Figura 7	A procura rosto de Maria Firmina	101
Figura 8	Maria Firmina dos Reis e Tereza de Benguela	101
Figura 9	Maria Firmina dos Reis e as armadilhas das representações (I)	102
Figura 10	Maria Firmina dos Reis e o perigo das representações (II)	102
Figura 11	Imagem exibida em artigo da Revista Geledés (18/07/2015)	103
Figura 12	A maranhense Maria Firmina dos Reis	103
Figura 13	Representação de Maria Firmina dos Reis	104
Figura 14	Homenagem à Maria Firmina dos Reis - cidade de Guimarães	104
Figura 15	Maria Firmina dos Reis – hipersexualização e anacronismos	105
Figura 16	A Professora e intelectual Maria Firmina dos Reis	106
Figura 17	“Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?”	106

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	06
1	NOVOS PARADIGMAS, NOVAS ABORDAGENS: discussão teórica	17
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL OITOCENTISTA	28
	2.1 Da “Independência” à proclamação da República: opulência, opressão e resistência no Brasil imperial: <i>a história que a história não conta</i>	30
	2.2 O Maranhão no período oitocentista: <i>o Brasil que não está no retrato</i>	54
3	<i>E EU NÃO SOU UMA MULHER?</i> APRESENTANDO A TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS	67
	3.1 A interseccionalidade em Firmina dos Reis: uma mulher negra, pobre e nordestina no Brasil oitocentista	68
	3.2 Em busca do rosto de Maria Firmina: a questão das representações	89
	3.3 A representação de escravizadas e escravizados na obra de Maria Firmina	108
	3.3.1 Protagonismo negro no romance <i>Úrsula</i>	111
	3.3.2 <i>A escrava</i> – Um conto abolicionista	118
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	
	ANEXOS	

INTRODUÇÃO

“Poder da mulher / É / Poder Negro / É / Poder Humano / Sempre sinto meu coração bater / Enquanto meus olhos se abrem / Enquanto minhas mãos se movem / Enquanto minha boca fala / Eu sou / Você é/ Pronto”

(LORDE, 2015).

A presente pesquisa começou a ser gestada durante a pandemia da COVID-19 que assolou o mundo e, conseqüentemente, o Brasil. Atravessei esse período conturbado da nossa história apoiada pelos estudos sobre a autora Maria Firmina dos Reis, adentrando em seu pensamento revolucionário e investigando sua trajetória e produção. O Brasil era, então, governando por Jair Messias Bolsonaro, um presidente racista, fascista, genocida, elitista, supremacista, negacionista, homofóbico e misógino, que conduziu a nação a um período de retrocesso, reacionarismo, aumento da pobreza e da fome, além de, diante da sua postura negacionista, termos figurado entre os países com maior número de vítimas da COVID².

A crueldade e a estultícia do presidente nos conduziram ao caos. A crise social e humanitária arrasou o país em uma “intersecção de crise, considerando a concomitância caótica de múltiplas crises para além da meramente pandêmica, como a econômica, a social, a política, a ética, a ecológica e a de direitos humanos que vêm assolando o país e o mundo” (DIAS, *et al.*, 2020, p.7). Em seu projeto genocida de governo, suas maiores vítimas foram, inequivocamente, os pretos e pobres; a violência contra as mulheres pretas, que figuram nos primeiros lugares das estatísticas de misoginia e feminicídio no país, também alcançou índices avassaladores; “balas perdidas” encontraram o corpo de jovens pretos nas periferias, nos supermercados, nas escolas. Cotidianamente, vidas pretas eram (e continuam sendo) ceifadas, as notícias nos atravessavam dolorosamente. Isolada em meu apartamento, quanto mais vivenciava esses horrores, mais a escrita de Maria Firmina dos Reis ganhava sentido, sua vida e a construção de seus personagens, como Susana e Túlio, do romance *Úrsula* (1859) e a escravizada Joana, do conto *A escrava* (1887), me ensinavam sobre ancestralidade, coragem e resistências.

Em outubro de 2022, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito, pela terceira vez, presidente da República do Brasil, primordialmente, pelos votos de nordestinos. Nossos problemas

² Dados extraídos do site <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/>

enquanto povo, historicamente oprimido, não findaram, mas nossos embates agora são travados no campo da democracia, pois com fascistas não há diálogo, nem negociação. Enquanto construía a primeira versão do presente trabalho, vi, pela televisão, o presidente, democraticamente eleito, subir a rampa do planalto cercado por duas mulheres, uma criança negra, uma pessoa com deficiência e um indígena - ali estava representada a diversidade do povo brasileiro. A cena foi um alento para quem conseguiu sobreviver à COVID, à nefasta gestão autoritária e opressora de Jair Messias Bolsonaro e para quem sustenta este país com a força de seu trabalho, mas vive sob a insígnia da exclusão e da opressão. O coração dos brasileiros, que acreditam na democracia e na equidade como princípios, voltou a acreditar e a esperar.

Estamos ainda muito distantes das profundas reparações que este país precisa empreender para assegurar dignidade e igualdade às mulheres e homens negros, aos povos indígenas e periféricos, renegados a uma situação de indulgência, violência e precariedade ao longo de séculos de escravização e colonialismo. Diante de todas essas tragédias vivenciadas e da urgência de transformações, a pesquisa sobre Maria Firmina me acompanhou. Sua história, seu posicionamento político foram suportes imprescindíveis nessa caminhada, sua vida e obra me ensinaram sobre as necessárias resistências.

Nasci num quilombo urbano, na Avenida Cardeal da Silva, que faz fronteira com o Engenho Velho da Federação, área predominante de negros e negras e com significativo número de terreiros de Candomblé. Ali cresci, cercada de laços familiares e afetivos. Sou neta de Dona Idalina dos Santos, sertaneja, lavadeira de roupa e vendedora de geladinho, a mulher mais generosa, solidária e valente que já conheci. Minha mãe, Euzenita Assis dos Santos, mulher forte, trabalhadora e determinada, mudou-se, quando eu ainda tinha quatro anos de idade, para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de trabalho, para assegurar meu sustento, saga comum a muitas mulheres nordestinas no Brasil. Coube à minha avó cuidar da minha educação e dar contornos à minha caminhada. Dona Idalina, como era conhecida, me ensinou que caminhar-cair-levantar é o que garante o movimento da vida.

Sou mãe da fotógrafa Alile Dara Onawale, minha única filha, meu Coração ritmado em outro peito. A “mulher do fim do mundo”, que, corajosamente, descortina as cidades e estica meus horizontes. Há dez anos, minha filha vive em São Paulo onde desenvolve um potente trabalho como fotógrafa com fortes nuances de raça e gênero. Somos uma família matrilinear, de mulheres negras, periféricas, ativas, fortes, sementeiras. Vó, mãe, filha, uma tríade que me

ensinou tudo que sei sobre amor, respeito e coragem. Assim, era primordial para mim, ao resolver dedicar-me ao mestrado, realizar estudos cuja tônica orbitasse em torno das mulheres negras, este é um recorte que tem horizontalidade com minha vida, meus afetos, minha crença em transformação.

Desse modo, o tema escolhido tem dupla permeabilidade com minha vida pessoal e profissional. Assim como a pesquisada, sou uma mulher negra, pobre, periférica, nordestina e professora que deposita na Educação suas mais elevadas esperanças de transformação social. A trajetória de Maria Firmina atravessa a minha, resguardadas as diferenças dos contextos históricos, no reconhecimento das opressões vivenciadas e na luta e negação à sujeição e à subalternização. Embora sejam diferentes as temporalidades, lá e cá, o racismo, o patriarcado e o elitismo são estruturantes e explicativos do Estado. Estas intersecções entre minha história com a trajetória de Firmina ampliaram o meu interesse pelo tema, para além da admiração e respeito por seus posicionamentos e sua representatividade.

O projeto *Insubmissa mulher: Maria Firmina dos Reis, uma voz feminina no contexto da abolição* derivou-se, também, do olhar dos discentes da escola pública nominada Escola Municipal de Pituvaçu, que atende à Educação Básica, no segmento dos Anos Finais do Ensino Fundamental, instituição em que fui gestora e atualmente leciono. É bastante simbólico que a descoberta de Maria Firmina dos Reis tenha ocorrido no contexto escolar. No ano de 2016, enquanto gestora, ao pesquisar com um grupo de discentes possibilidades de mulheres negras potentes, para que pudéssemos realizar um evento na escola, nos deparamos com Maria Firmina dos Reis. Até então a escritora era completamente desconhecida para mim.

Ser professora sempre ocupou um lugar de relevância para a minha formação como ativista e para a construção da minha visão de mundo. Seguramente, é preciso descolonizarmos a educação e deslocarmos o eurocentrismo presente nos currículos, incluindo o ponto de vista e os saberes de quem não foi escutado, negros e negras, mulheres, pobres, periféricos, indígenas, pois, “o fenômeno histórico do colonialismo, ao lado do extermínio físico e da violência predatória, fez-se sempre acompanhar da validação de uma forma única de conhecimento” (SODRÉ, 2012, p. 20). A escola, no seu formato clássico, reproduz as desigualdades sociais e as reforça, pois não inclui a diversidade inerente à produção do conhecimento, num país diversificado e multicultural como o Brasil, profundamente marcado por distintas opressões. Paulo Freire (1996) preconiza que o prazer e a esperança são fundamentais para a educação transformadora e, assim sendo, precisa pautar as ações das educadoras e educadores.

A educação é uma ação política e, segundo a Constituição de 1988, é um direito do cidadão. Na Escola Municipal de Pituaçu, entendíamos a nossa práxis como uma possibilidade concreta de luta contra opressões e reinvenção de liberdades. Como nos ensina bell hooks (2017, p.10), “aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista”. A Escola Municipal de Pituaçu foi responsável pelo meu amadurecimento como professora, lugar de profundas trocas e aprendizados. Não havia contexto mais apropriado que o escolar para o meu primeiro contato com as ideias de Maria Firmina dos Reis.

A pulsante produção de Maria Firmina foi apagada por quase cem anos. A quem interessava esse silenciamento? Como era vista, no contexto de efervescência das lutas pela abolição, uma mulher negra intelectualizada que usava a sua escrita como um contundente questionamento social? Que relações podemos estabelecer entre a vida e a obra de Firmina com as lutas antirracistas da atualidade? E qual a interface com as necessárias discussões dos feminismos negros sobre invisibilidade e estereotipação das mulheres negras? Como é possível estabelecer um diálogo entre o contexto em que Firmina viveu e produziu, ou seja, sua vida e obra, com a formação de uma intelectualidade feminina negra na literatura atual?

O objetivo precípua desta pesquisa é analisar a obra e trajetória da escritora, com o intuito de darmos visibilidade e relevo ao nome de Maria Firmina dos Reis. Seu legado tem relação estreita com o presente e seu estudo contribui para evitar o contumaz silenciamento de negros e negras na história e cultura desse país e afirmando seu lugar de sujeitos no enfrentamento do racismo e suas mazelas. Destarte, esta pesquisa está ancorada nos estudos decoloniais e, sobremaneira, nas lutas anticoloniais e antirracistas.

Os escritos de Reis nos revelam facetas marcantes da sociedade oitocentista e nos possibilitam um alargamento para a compreensão das dicotomias do Brasil atual. Como essas obras nos ajudam a interpretar o Brasil? Ocultada pela consciência ideológica da branquitude, a memória da autora é um elo que une passado e presente, opressões e resistências. Em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), Ailton Krenak afirma que “se as pessoas não tiverem vínculos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos” (2019, p. 14). Outrossim, recuperar a memória de Maria Firmina dos Reis e assegurar seu lugar na história como uma intelectual negra à frente de seu tempo é um construto para a preservação das nossas memórias ancestrais,

fazendo frente à ideologia hegemônica da branquitude que se outorga como signatária da verdade e protagonismo histórico.

A ressignificação da obra firminiana é consonante com os estudos pós-coloniais, e insere-se no contexto de recrudescimento do racismo e caminha *pari passu* com as pressões para a abertura de novas abordagens que levem em conta protagonistas negras, negros e povos indígenas. Essas reivindicações têm sacudido firmemente as bases da catástrofe epistemológica produzida neste país. Assim, a presente pesquisa reveste-se de dupla complementaridade: aviva a memória de Maria Firmina dos Reis, esta importante mulher negra intelectual do século XIX, estudiosa e escritora e, ao mesmo tempo, se coloca ao lado dos estudos decoloniais e antirracistas.

Neste estudo, será utilizada a metodologia da revisão bibliográfica. Entendemos que as metodologias são um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de maneira sistemática. Outrossim, a história, sem a reflexão metodológica necessária, torna-se puramente descritiva, compilatória de dados, aproximando-se dos fatos históricos de maneira caricata e superficial. Nas palavras de Bloch, “uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos” (2002, p. 68). A metodologia imprime o caráter científico à pesquisa, por isso é crucial. Faz-se mister definir quais os instrumentos que possibilitarão encontrar as repostas para os questionamentos levantados, ou seja, através de qual(is) método(s) se chegará à elucidação das questões propostas.

Contudo, é preciso destacarmos que as metodologias têm levado em consideração apenas o que legitima e perpetua um padrão científico do “Norte Global”. Para a teórica Patrícia Hill Collins, uma metodologia refere-se “aos princípios amplos de como conduzir uma pesquisa e como aplicar os paradigmas interpretativos” (2019, n.p). E são de crucial importância porque historicamente têm revelado a predominância branca ocidental de produzir ciência, menosprezando outros saberes, desvinculando-se da experiência vivida em nome da enganosa neutralidade epistemológica. Tal concepção metodológica gerou um epistemicídio, pois, ainda segundo a pensadora, “o nível epistemológico é importante porque determina quais questões são dignas de serem investigadas” (2019, n.p). Destarte, não é sem propósito que os saberes desenvolvidos pelas mulheres negras, pelos homens negros, pelos povos indígenas são

desacreditados, considerados periféricos e que estão à margem do padrão eurocêntrico, são secundarizados e invisibilizados, como elemento mantenedor do racismo e das discriminações.

A pesquisa *Insubmissa mulher: Maria Firmina, uma voz feminina no contexto da abolição* foi desenvolvida através da metodologia qualitativa, pois, segundo Martins (2004), realizando-se um exame detalhado dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos revelam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. A metodologia qualitativa adequa-se à própria natureza do objeto de estudo, inserido no campo das Ciências Sociais e pelas possibilidades de utilização de múltiplas fontes de pesquisa, inclusive as fontes escritivas³ já que ao analisar os dados qualitativos, a minha experiência como mulher negra, pobre e nordestina indicará a posicionalidade com a qual investigo e analiso os fatos estudados na presente pesquisa. Dito isso, é falacioso advogar por uma neutralidade metodológica, quando uma mulher negra pesquisa outra mulher negra, no caso, a escritora Maria Firmina dos Reis. As experiências vividas estarão presentes, o que não minimiza a importância do fazer científico, ao contrário, essas experiências contribuem para descolonizar a produção epistemológica eivada pelo tecnicismo capitalista.

As metodologias qualitativas suscitam uma discussão ética importante e cuidadosa. Para a historiografia, é imperativo definir seu objeto de estudo com contornos bastante nítidos e precisos, pois, nas Ciências Sociais, os fenômenos são complexos e multifacetados, não sendo fácil separar causas e motivações isoladas e exclusivas. Portanto, a metodologia qualitativa é, de fato, a mais indicada e se aproxima da investigação a ser realizada, pois, seguindo o pensamento de Martins:

[...] a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos, ela é a *flexibilidade*, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita (2004, p. 292).

A revisão bibliográfica em curso nesta análise, inicialmente, estribou-se no levantamento das produções acerca de Maria Firmina dos Reis através, primordialmente, de livros e artigos. A investigação também alcançou sites, congressos e seminários on-line nos

³ Discutimos o conceito e a importância da referida fonte para a presente pesquisa no capítulo 1 *Novos paradigmas, novas abordagens: discussões teóricas*.

quais participei como ouvinte, como exemplos: o *Ciclo de Palestras – 200 anos de Maria Firmina dos Reis* (2022), *Maria Firmina dos Reis: vida, obra e legado* (2023), *4 Momentos da Literatura Afro-Brasileira* (2023). Nos últimos dois anos, como já mencionado, o leque de publicações sobre a autora ampliou-se bastante. No segundo momento, procederemos a leitura e análise das fontes levantadas, escrutinando as abordagens que examinam a sua trajetória pessoal e a sua produção.

A perspectiva metodológica consiste, desse modo, em uma recuperação e ordenamento do conhecimento científico sobre a autora, a partir de seus próprios escritos e das contribuições de seus herdeiros críticos. Como fundamentação basilar do presente trabalho, também analisaremos autoras e autores que têm contribuições relevantes no campo da decolonialidade, interseccionalidade e escrevivência, conceitos centrais em nossa pesquisa. Outrossim, também faremos uma seleção de estudiosos e pesquisadores que contribuíram com estudos sobre o período monárquico brasileiro, destacando o contexto abolicionista e as perspectivas de gênero.

Todavia, como fontes primárias, analisamos os discursos políticos e libertários presentes nas obras da autora, a saber, o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A Escrava* (1887) publicados no contexto abolicionista. Essas obras se entrecruzarão com o processo construtivo da pesquisa, pois Maria Firmina dos Reis foi testemunha de um singular período da história do país e, através da sua produção literária, nos legou uma abordagem da sociedade oitocentista a partir do olhar dos excluídos, denunciando os horrores da escravidão e das diversas opressões.

O ato de escrever a história é, de *per si*, um construto intertextual. O diálogo entre literatura e história é, assim, de grande relevância, como observa Pesavento:

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos [...]. Ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. [...] a literatura fornece os indícios para pensar como e porquê as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2003, p. 82-83).

A leitura do material literário será seguida de fichamento, análise crítica e posterior confrontação das fontes com o contexto histórico abordado. Assim, obteremos pistas para entendermos o que a obra transmite do seu tempo, como é feita essa transmissão e com quais intenções.

Marc Bloch (2001) afirma que documentos não falam, senão quando são interrogados e as perguntas que fazemos condicionam a análise. Os periódicos serão uma importante fonte analítica. Sabe-se da importância de analisar nos jornais aquilo que eles revelam ou silenciam

em seus editoriais, em suas imagens e reportagens. Por trás de toda notícia impressa, existe sempre um caráter ideológico, socioeconômico e histórico no seu conteúdo. Os periódicos publicados no Maranhão no período oitocentista também serão utilizados como lastros dessa pesquisa. A intenção é a busca de informações sobre o contexto histórico e a vida e produção da autora analisada.

Como principais arcabouços teóricos que dão fiabilidade à presente pesquisa, destacamos as seguintes autoras e autores: Wlamyra Albuquerque (2009), Emília Viotti da Costa (2010), Florestan Fernandes (2008), Maria Helena Machado (1994), Lilian Schwarcz (2015), Raymundo Faoro (2004), Edward Eric Telles (2003), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Heloisa Starling e Antônia Pelegrino (2022), João José Reis (1999; 2003), Augusto Sérgio dos Santos de São Bernardo (2016; 2022) e Ynaê Lopes (2013). Estes autores e autoras serão importantes fontes de pesquisa para compreendermos o recorte histórico da trajetória e produção de Maria Firmina dos Reis, no período imperial brasileiro.

Propomos um entrelaçamento entre autores clássicos e contemporâneos, priorizando obras, autoras e autores com maior comprometimento com as lutas contra a colonialidade como Wlamyra Albuquerque (2009), estudiosa da abolição e do projeto de nação racializado que emergiu no Brasil no contexto abolicionista e se consolidou com o advento da República, e como Maria Helena Machado (1994) que realizou um relevante estudo sobre a multiplicidade de projetos em jogo nas lutas pela abolição, enfatizando a utilização do termo “movimentos abolicionistas”, reforçando a pluralidade dos objetivos que contracenavam no cenário da abolição. A recém lançada obra *Independência do Brasil: Mulheres que estavam lá* (2022), organizada por Starling e Pellegrino, inaugura um importante estudo sobre a vedação da participação de mulheres nas lutas pela emancipação política do Brasil e que faz, ao mesmo tempo, um importante resgate da presença feminina nesse processo.

No tocante a trajetória de Maria Firmina dos Reis e sua produção literária, que estão no epicentro da nossa pesquisa, serão analisados artigos, livros, teses, dissertações de autoras e autores como Nascimento Morais Filho (1975), Agenor Gomes (2022), Agostinho Régia (2022), Ana Lúcia da Silva (2023), Rafael Balseiro Zin (2011; 2015), Eduardo de Assis Duarte (2018), Zahidé Lupinacci Muzart (1999), Gabriel Chagas (2022), Fernanda Rodrigues Miranda (2019; 2022), Constância Lima Duarte (2018), autoras e autores que realizaram pertinentes e criteriosos estudos sobre Maria Firmina e sua produção, realçando seu contexto histórico e a importância das suas contribuições para a contemporaneidade. Seminários e congressos

dedicados à autora também fazem parte das referências da presente pesquisa. O primeiro passo foi realizar a leitura, na sequência, o fichamento do material analisado e, posteriormente, confrontá-los criticamente. As convergências, afastamentos e lacunas entre os herdeiros críticos da escritora são notórias, o que parecia ser uma dificuldade, resultou em substancial material para a pesquisa. Multifacetada, Maria Firmina dos Reis é analisada sob múltiplas perspectivas pelas pesquisadoras e pesquisadores presentes nesta pesquisa, o que possibilitou um campo amplo de análises e descobertas.

Nascimento Morais Filho (1975) é, neste empreendimento, uma leitura prioritária para compreensão da vida e obra firminiana, por ser seu primeiro biógrafo. Também têm singular relevância outros importantes pesquisadores como Eduardo Assis (2009; 2018), estudioso da literatura negra, incansável em pesquisar o caráter inaugural da obra firminiana, além de Agenor Gomes (2022); Gabriel Chagas (2022); Rafael Balseiro Zin (2018; 2022); Zahiddé Muzart (1999); Régia Agostinho (2022) e Fernanda Rodrigues Miranda (2019) que escreveu o premiado livro *Silêncios prEscritos* (sic) em que a autora analisa a literatura negra feminina no Brasil a partir da análise de oito autoras, dentre elas, Maria Firmina dos Reis.

As intelectuais, ativistas e escritoras Beatriz Nascimento (2006), Conceição Evaristo (2008; 2020), Lélia Gonzales (2020), Luíza Bairos (1998), Ângela Figueiredo (2020; 2021), Patrícia Godinho (2021), Sueli Carneiro (2020), bell hooks (2017; 2020), Ângela Davis (2019), Patrícia Hill Collins (2019), Grada Quilomba (2019), Heloisa Toller Gomes (2022), Florentina Souza (2017; 2022), têm relevância em nossa pesquisa por ampliarem e corroborarem com a construção de uma episteme comprometida com as lutas afrodiaspóricas e com os feminismos negros.

Como aporte teórico sobre os estudos decoloniais que molduram a presente pesquisa, foram priorizados as seguintes autoras e autores: Aníbal Quijano (2010), Ângela Figueiredo (2020; 2021), Beatriz Nascimento (1989), Moniz Sodré (2012; 2015), Nilma Gomes (2010), Sueli Carneiro (2020), Lélia Gonzalez (2020), Luciana Ballestrin (2013) com importantes discussões acerca do colonialismo, do racismo, dos feminismos negros, da colonialidade.

A análise das obras de Maria Firmina dos Reis, notadamente *Úrsula (1859)* e *A Escrava (1887)* são fontes fundamentais para o presente estudo. Nessas obras, encontramos o cerne do pensamento da autora, por isso são angulares para compreendermos não apenas seu pensamento, mas a sociedade oitocentista.

Como uma mulher negra do seu tempo, a obra de Firmina é testemunha e legítima intérprete do Brasil oitocentista, época determinante para a formação do Estado brasileiro, consolidando-se suas assimetrias sociais. Firmina escreveu e sistematizou em sua produção suas memórias e suas experiências, sua escrita, assim, se revela escreviente e disruptiva. Não pactuou com a literatura vigente e trouxe à tona em sua obra novos protagonistas e, conseqüentemente, novas abordagens e paradigmas. O movimento negro, gradativamente, vai se apropriando da herança firminiana, porém muito ainda há para ser investigado.

Buscando alcançar este desiderato, a presente pesquisa está estruturada em três capítulos, a saber: 1. Novas abordagens, novos paradigmas: uma discussão teórica; 2. O contexto histórico do Brasil oitocentista. 3. *E eu não sou uma mulher?* Apresentando a trajetória de Maria Firmina dos Reis e as Considerações finais.

No **primeiro capítulo**, desenvolvemos uma discussão teórica ao redor de conceitos essenciais para a presente pesquisa, e que servirão de assaolho para o processo investigativo e construção da dissertação. Priorizamos os seguintes conceitos: Decolonialidade, Escrevivência, Literatura Feminina Negra, interseccionalidade.

No **segundo capítulo**, o contexto histórico é analisado a partir das profundas transformações que o Brasil atravessava no século XIX. A escravidão é tratada como principal esteio da sociedade. O recorte é o período monárquico brasileiro, inaugurado com a emancipação política, em 07 de setembro de 1822, até o ano 1889, no momento da Proclamação da República, precipitada pelo fim da escravidão. Estes marcos históricos foram escolhidos, pois correspondem ao período em que Maria Firmina nasceu (março de 1822) e produziu a sua obra antiescravagista. As transformações, rupturas e permanências em curso nesse período, o protagonismo de mulheres negras e homens negros na luta pelo fim da escravidão e por equidade social, as discussões políticas acerca do fim da escravidão; o projeto de nação excludente, racista, patriarcal, classista, as violências do racismo, ou seja, a opressão contra as mulheres, a opressão de classes, a modernização do país, as mercês e privilégios e o clientelismo assegurados às classes dominantes, a economia cafeeira, os jogos de poder e suas relações verticalizadas, este é o contexto histórico analisado, pois é a conjuntura constitutiva da formação e produção de Maria Firmina dos Reis.

No **terceiro capítulo**, a trajetória pessoal de Maria Firmina dos Reis é conciliada ao contexto histórico em que a autora viveu e edificou sua obra. Sua família, religiosidade, estudos, trabalhos e vida social são abordados em paralelo aos fluxos sociais, políticos e econômicos do

Maranhão, província onde Firmina nasceu e viveu. A sociedade oitocentista, racista, patriarcal e elitista é determinante na vida e na intelectualidade da autora. A produção literária e o pensamento crítico de Maria Firmina são analisados a partir de duas de suas obras centrais: *Úrsula* (1859) e *A Escrava* (1871), nas quais enfatizamos a representação de escravizados e escravizadas e seus discursos políticos.

1 NOVOS PARADIGMAS, NOVAS ABORDAGENS: discussão teórica

A autora Maria Firmina dos Reis é o esteio da presente pesquisa. A partir de conceitos e como escrevivência e interseccionalidade a vida e obra da autora são interpretadas, enfatizando-se o contexto histórico em que viveu e produziu sua obra. Os textos de Maria Firmina dos Reis contam a história das/os subalternizadas/os sob novos ângulos e premissas. A análise focará não apenas na presença, mas também na *forma* como escravizadas e escravizados aparecem na obra firminiana.

A escrevivência é um conceito central em nossos estudos, pois evidencia a posicionalidade de Maria Firmina ao escrever como mulher negra, pobre vivenciando, cotidianamente, as opressões de raça, gênero, classe, no Brasil oitocentista. Conquanto possamos compreender as dificuldades que atravessou, escreveu de maneira solidária com as/os excluídas/os, seus textos possuem como marcadores indelévels: seu posicionamento contra a escravidão e o patriarcado. Firmina escreveu a partir do contexto que vivenciava e do seu corpo-mulher.

O termo escrevivência foi difundido pela Professora Conceição Evaristo⁴, importante autora contemporânea, e ganhou força na literatura negra, destacadamente a *literatura negra feminina*. Evaristo, ao falar de suas memórias ancestrais, diz que, “Foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2007, p.16-17). A escrita-vivente é, nesse sentido, resgate e reparação, é a voz das/os desassistidas/os, atravessados por questões de raça, gênero e classe, falando de sua história através de suas próprias vozes.

[...] E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influencia em minha subjetividade (EVARISTO, 2009, p.18).

O conceito de escrevivência está intimamente relacionado às experiências cotidianas experienciadas pelas/os afrodiáspóricas/os inseridas/os no contexto das mazelas do racismo,

⁴ Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 70. Graduiu-se em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense e da rede privada de ensino superior. É mestra em Literatura pela PUC-Rio e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense (OLIVEIRA, 2009, p. 16).

sendo, conseqüentemente, insurgente. A escrevivência configura-se como uma potente ferramenta utilizada na denúncia da exclusão e marginalização dos afrodiáspóricos da história, dos espaços de poder, da interlocução e do *corpus* literário oficial. A esse respeito, nos diz a pesquisadora e professora Florentina Souza, prefaciando o livro *Silêncios prEscritos*, de Fernanda R. Miranda:

Esse ritual de silenciamento e/ou apagamento das autoras e suas obras pode ser indício de que não há interesse em fazer circular ou tornar conhecidas as interpretações apresentadas pelas mulheres negras. Inserida no processo de silenciamento, uma certa crítica acadêmica mostra-se incapaz de analisar tais textos fora de categorias instituídas como universais e, ao expor a incompetência da metodologia, ou procurar descobrir outras estratégias ou categorias de leitura e análise, prefere dizer “isto não é literatura”, ou seja, prescrever a invisibilidade, o silêncio como punição ao atrevimento da insurgência (SOUZA, 2019, p. 7).

Além de abarcar a emocionalidade de negras e negros, protagonizando suas narrativas individuais, coletivas e ancestrais, a escrevivência constrói espaços até então negados pelos dogmas oficiais da academia e da literatura às mulheres negras e homens negros, possibilitando um falar de si e para suas/seus iguais, forçando a presença de novos sujeitos na literatura, constituindo-se, assim, em construção identitária, resgate de humanidades violentadas e é sensível à história de resistências e opressões das(os) afrodiáspóricas(os), por isso, tem sido amplamente discutida e empregada na construção da literatura negra. Por conseguinte, as personagens da obra firminiana assumem esse lugar de eu-enunciante, confrontando o colonialismo e falando de seus corpos aprisionados, resistentes e desejantes de liberdade.

O pesquisador Luís Henrique Oliveira (2009) aponta três eixos básicos – corpo, condição e experiência, que caracterizam a escrevivência:

O primeiro elemento reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. A representação do corpo funciona como ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo elemento, a condição, aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. A experiência, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e poder de persuasão à narrativa (OLIVEIRA, 2009, p. 622).

A escrita escreviente, por ser uma postura epistemológica, extrapola os rincões da literatura e pode ser utilizada em outros espaços de pesquisa científica e produção de conhecimento. A escrevivência vem sendo difundida também no universo acadêmico, em virtude do crescimento do número de negras e negros que adentram nos espaços das

universidades, alterando significativamente as agendas de investigação/pesquisa, pois, segundo Ângela Figueiredo (2020), “[...] a maioria d@s estudantes elege temas próximos, muitas vezes relacionados ao próprio cotidiano [...]” (FIGUEIREDO, 2020, p. 10). Essas estudantes e esses estudantes optam por temas de pesquisa e investigação que abordem as suas experiências sobre sua comunidade, dinâmica que resulta em uma multidiversidade de abordagens e em novos paradigmas epistemológicos, forçando um movimento mais democrático e inclusivo nas universidades.

A escrevivência, assim, adquire visibilidade por ser um percurso metodológico em profícua fruição com os sujeitos negros, nos “permitindo falar *de nós*, afrodiaspóricas e afrodiaspóricos, à luz da ciência. Para o pesquisador Luís Henrique Oliveira,

[...] processa-se uma espécie de exercício de elasticidade de um eu-central. Desliza-se com facilidade na prosa de Evaristo entre o romance e a escrita de si. Se, tradicionalmente, aquele se preocupa com o universal humano e esta, com o particular ou com o indivíduo, a autora propõe a junção dos dois gêneros, pois, para ela, pensar a si é também pensar seu coletivo (OLIVEIRA, 2009, p. 622).

Destarte, a escrevivência é uma escrita disruptiva, pois contrapõe-se às opressões, estreitamentos e apagamentos que vivenciamos no universo literário, dentro das academias e na produção de conhecimento. A escrita-vivente traz à tona novos sujeitos, nessa dupla elasticidade, quando através do texto ficcional, a autora ou o autor falam de si, dos seus semelhantes e das suas vivências, fazendo emergir um franco diálogo entre história e literatura, já que a escrita, sem fugir ao lirismo, é reivindicatória e denunciadora, narrando as opressões que desumanizam mulheres e homens negros e suas histórias de resistências. São novas e novos protagonistas, novos saberes e, portanto, diferentes olhares sobre a cultura, a literatura e a história.

A escritora Conceição Evaristo aponta que os estudos escrevíveis iniciaram quando percebeu em sua produção uma linha confluyente entre suas experiências e a de sua comunidade, este era um lugar de frequente retorno. Em entrevista ao *Leituras Brasileiras* (2020), a autora revelou que seus escritos “doem” visceralmente e são, muitas vezes, produzidos sob suas lágrimas, pois a sua escrita, de mulher negra, afrodiaspórica, é a escrita das suas vivências, da sua comunidade e das mulheres que a antecederam. No texto *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita*, Conceição Evaristo reafirma a origem da sua escrita escrevível entrelaçada por suas experiências e por suas memórias ancestrais:

Mas digo sempre: creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados a meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite (2007, p. 20).

Desse modo, a escrita escreviente atua no campo da luta pela descolonização do pensamento e coaduna com a construção de uma epistemologia decolonial que resiste ao apagamento do nosso passado e, concomitantemente, evidencia o sujeito branco como beneficiário do racismo epistemológico. Descolonizar o pensamento perpassa pelo conteúdo e pela forma. A escrevivência é uma escrita íntima e coletiva, particular e histórica e está profundamente vinculada a nossas lutas por sobrevivência e equidade.

Para pensar a **literatura negra feminina**, Evaristo a defende como um importante elemento no construto da identidade e da igualdade social, pois a ausência dela sempre garantiu um lugar de subalternidade às negras e negros. Segundo Evaristo:

[...] a literatura, ao compor o negro ora como um sujeito afásico, possuidor de uma “meia-língua”, ora como detentor de uma linguagem estranha e ainda incapaz de “apreender” o idioma do branco, ou ainda como alguém anteriormente mudo e que, ao falar, simplesmente “imita”, “copia” o branco, revela o espaço não-negociável da língua e da linguagem que a cultura dominante pretende exercer sobre a cultura negra (EVARISTO, 2009, p. 22).

A exclusão de negras e negros na literatura, como é evidenciado por Evaristo, é subvertida por Maria Firmina dos Reis. É inerente à sua obra uma solidariedade atenta aos infortúnios dos sujeitos da diáspora africana e a valorização das personagens femininas, traço bastante inovador para o período, pois, conforme Evaristo (2009), na literatura tradicional, branca e eurocentrada, a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe, cabe a ela apenas o lugar de corpo-desejo e o papel de corpo-reprodutor. As pesquisadoras Ângela Figueiredo e Patrícia Godinho também trazem luz a essa discussão ao apontarem, através da análise da obra de Lélia Gonzalez, a estereotipagem e invisibilidade reservadas aos corpos das mulheres negras:

[...] A esse respeito, o trabalho de Lélia Gonzalez (1983) é significativo em sua capacidade de demonstrar os estereótipos construídos sobre as mulheres negras, que se consolidam em três figuras emblemáticas: a ama de leite, a mulata e a empregada doméstica (FIGUEIREDO e GOMES, 2016, p. 911).

A análise de Gonzalez, abordada pelas referidas professoras, é precisa. Na sociedade brasileira, ainda é reservado às mulheres negras estereótipos que as limitam e as prendem a padrões de inferioridade, subalternização, hipersexualização, violências e marginalidade, criando imagens de controle. Essa é a grande subversão proposta por Maria Firmina: afastando-se dos estereótipos tradicionais, suas personagens femininas ganham centralidade, são fortes, corajosas, plenamente cientes da sua opressão e de quem é o opressor. Dessa forma, seu discurso não é neutro, posicionando-se claramente ao lado das mulheres e dos escravizados que foram historicamente oprimidos e explorados. Seu nome tem suscitado profundas interlocuções com a literatura negra, principalmente na escrita de autoria feminina.

As mulheres negras foram colocadas em lugares de subalternidades, a escrita feminina negra reinventa um outro lugar para essas mulheres, e, quando as autoras negras assumem essa posicionalidade, empoderam outras mulheres. Escritoras como Conceição Evaristo e Maria Firmina dos Reis, ao lado de outras escritoras negras, em diferentes temporalidades e territorialidades, são unidas por um passado diaspórico comum e pela vivência em seu corpo-mulher-negra, atravessado por diversas opressões e, em contínuo movimento de resistência, arrogam o agenciamento de suas histórias e combatem o epistemicídio. Como afirma Florentina Souza,

[...] as mulheres negras reagiram e reagem. Elas falaram, cantaram, escreveram, insistiram em manter acesa a chama da sua criatividade. E figuraram/figuram como exemplos para outras mulheres negras que contemporaneamente fazem uso da palavra em livros, sites, blogs, jornais, revistas, compartilhando suas leituras de mundo, do Brasil e das suas histórias (SOUZA, 2017, p. 25).

A literatura feminina negra é um espaço de resistências, conseqüentemente, é uma escrita insubmissa. É crescente o número de mulheres que buscam esse espaço - o da escrita - como lugar de expressão e exercício de liberdade, num movimento ascendente que tem forçado as academias a inserirem textos produzidos por autoras negras, forçando um outro olhar sobre a produção negra no Brasil. Maria Firmina dos Reis foi a precursora desse movimento.

A decolonialidade é uma postura ética e política diante da colonialidade e visa a promover mudanças substanciais nas relações decorrentes da modernidade colonial e suas permanências pós-movimentos de independência. Utilizaremos as contribuições de estudiosos como Aníbal Quijano (2005) (2010), Ramon Grosfóguel (2007), Walter D. Mignolo (2007), Santiago Castro-Gómez (2007), Nelson Maldonado-Torres (2007) e Luciana Ballestrin (2013)

como principais aportes teóricos da nossa pesquisa, no tocante a delimitação do conceito de decolonialidade.

Os estudos decoloniais têm início na década de 90, com a formação do grupo Modernidade/Colonialidade - M/C, formado por intelectuais das mais diferentes áreas e regionalidades. Através de conferências, seminários, artigos e livros, o M/C difunde uma ideia de nova conformação do poder, antirracista e contra-hegemônica. Em vista disso, O M/C propõe uma epistemologia disruptiva, ancorada em novas referencialidades para a construção de novas matrizes do conhecimento (BALLESTRIN, 2013). Para Ballestrin, esse grupo “compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhes conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p. 99). Para o intelectual Mignolo, membro do M/C,

[...] La decolonialidad es, entonces, la energía que no se deja manejar por la lógica de la colonialidad, ni se cree los cuentos de hadas de la retórica de la modernidad. Si la decolonialidad tiene una variada gama de manifestaciones [...], el pensamiento decolonial es, entonces, el pensamiento que se desprende y se abre [...] encubierto por la racionalidad moderna, montado y encerrado en las categorías del griego y del latín y de las seis lenguas imperiales europeas modernas (MIGNOLO, 2007, p. 27)⁵.

Desse modo, a decolonialidade desacredita a retórica da modernidade e da colonialidade⁶, evidenciando suas permanências monolíticas, subalternizantes e excludentes. Na mesma linha de raciocínio, o intelectual peruano Aníbal Quijano (2005) contextualiza que raça, gênero e trabalho são os principais eixos que formam e sustentam o capitalismo mundial e, para o autor, não existe modernidade sem colonialidade, esta é o esteio da outra. Assim, ancorados na exploração da América e no trabalho compulsório de negros e indígenas, a economia capitalista desenvolveu-se e consolidou-se hegemonicamente. Dessa forma, para Aníbal Quijano,

A América constitui-se como a primeira ideia de identidade da modernidade, sendo o primeiro espaço-tempo de um padrão de poder de vocação mundial. Dois eixos históricos convergiram e estabeleceram-se como eixos fundamentais de um novo padrão de poder: ‘por um lado, a codificação da

⁵ A decolonialidade é, então, a energia que não se deixa manejar pela lógica da colonialidade nem crê em contos de fada da retórica da modernidade. Se a decolonialidade tem uma variada gama de manifestações [...] o pensamento decolonial é, então, o pensamento que se desprende e se abre [...] encoberto pela racionalidade moderna, montado e fechado nas categorias do grego e das seis línguas imperiais modernas (Tradução nossa).

⁶ Aníbal Quijano assim define Colonialidade da seguinte maneira: “[...] é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América” (QUIJANO, 2010, p.84).

diferença entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros’ e “por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 107).

A colonialidade estende seus tentáculos de dominação nas esferas do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder mantém a raça e o racismo como estruturantes da dominação e subalternização do sistema mundo. A colonialidade dos saberes impõe a ciência como uma criação exclusivamente europeia, os saberes produzidos pelos demais povos, africanos, asiáticos, ameríndios, é inferiorizado e desacreditado, criando uma geopolítica do poder. A colonialidade do ser invisibiliza os povos subalternizados, categorizando sua cultura como inferior (BALLESTRIN, 2013). A filósofa e pesquisadora costa-riquenha Maria Laura Stephen Chaves defende que:

No es casualidad que la llamada “Historia Universal” “Filosofía Universal”, “Literatura Universal”, por mencionar algunos ejemplos, solamente se enfocan en las producciones de Norte Global, que se interpretan como productos que representan a la humanidad en general (STEPHEN, 2022, p. 21).⁷

O colonialismo e a colonialidade produziram uma barbárie civilizatória alicerçada no racismo, no sexismo, no elitismo e na episteme norte-global que se denomina como detentora do conhecimento e da verdade tida como universal. Os estudos decoloniais envolvem a produção intelectual de conhecimento denunciando as exclusões e injustiças geradas pela colonialidade, assim, combatem as desigualdades presentes na América Latina, fruto do seu processo de colonização e do epistemicídio. Para Stephen, “[...] es fundamental visibilizar la injusticia cognitiva que se gesta a partir de la conquista y el comienzo del colonialismo moderno” (STEPHEN, 2022, p. 32-33)⁸. A decolonialidade contrapõe-se a um sistema-mundo que operacionaliza as opressões raciais, patriarcais, do colonialismo e do capitalismo em que a ciência moderna,

[...] foi se constituindo ancorada nas teorias raciais oriundas da Europa e dos Estados Unidos, o racismo científico deu base para as desigualdades sociais e raciais, por conta da hierarquização das “raças”. O branco era concebido como “raça superior” enquanto os não-brancos eram vistos como “raças inferiores”,

⁷ “Não é por acaso que a chamada “História Universal”, “Filosofia Universal”, “Literatura Universal”, para mencionar alguns exemplos, somente enfocam as produções do Norte Global, que se interpretam como produtos que representam a humanidade em geral” (Tradução nossa).

⁸ “[...] é fundamental visibilizar a injustiça cognitiva que foi gerada a partir da conquista e o começo do colonialismo moderno” (Tradução nossa).

que deviam ser “civilizados”, “colonizados”. Assim, os europeus tinham um “fardo”, ou seja, a “missão civilizadora” (SERRANO, 1995, p. 3 apud SILVA, 2023, p. 101).

A decolonialidade confronta a colonialidade, excludente e europeizada, que propaga valores legitimadores de ideologias racializadas e opressoras, no qual existe, segundo Muniz Sodré, o “primado do Um sobre o pluralismo cultural” (SODRÉ, 2012, p. 22). Outrossim, o colonialismo defende o saber único, em contrapartida, a episteme decolonial propõe a validade de saberes que incluem outros sujeitos e novas formas de produção do conhecimento ancorados na descolonização efetiva, modificando, dessa forma, as estruturas fixas nas quais a epistemologia foi edificada pela colonialidade. Só existe a decolonialidade porque existiu, e persiste, a colonialidade.

Na colonialidade, a Europa continua enunciada como centro do mundo e o modelo civilizatório a ser seguido e validado, numa verticalidade epistemológica, hierarquizando culturas em superiores e inferiores e assegurando poder às classes dominantes. Para Maldonado-Torres, a colonialidade é “*resultado del colonialismo moderno [...] se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131)⁹. A decolonialidade, por oposição, prega a horizontalidade do conhecimento e perpassa pela análise da história sob outros ângulos, negras, negros, mulheres, indígenas, periféricos saem das margens para o centro das narrativas, negando-se a colonialidade do ser, onde sobreleva a história única, a preponderância do norte-global como detentora do saber e as/os demais sujeitos são invisibilizados, inferiorizados e desumanizados, subalternizados.

A colonialidade do poder, do ser e do saber tem como padrão a opressão, a decolonialidade e a equidade. A decolonialidade desamarra velhas categorias e conceitos e, ancorada em postulados não eurocentrados, cria uma nova episteme. Descolonizar é, portanto, incluir novas vozes e sujeitos apagados pela história hegemônica. A decolonialidade é uma insubordinação, uma desobediência epistemológica.

No Brasil, uma parcela significativa da sua população encontra-se à margem do epicentro de poder, o apagamento dessas pessoas faz parte da premissa da colonialidade que

⁹ “[...]resultado do colonialismo moderno [...] se refiere a la forma como o trabalho, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado mundial e da ideia de raça” (Tradução nossa).

assegura, mediante a permanência do racismo, as estruturas de segregação e apagamento dos afrodiáspóricos e povos indígenas. Lélia Gonzalez (2020) alerta para o fato de que, nas Américas, as mulheres negras (amefricanas) e indígenas estão mais sujeitas às mazelas da colonialidade devido à sua posição de raça, gênero e classe, aumentando sobre seus corpos as violências, as explorações e os apagamentos, “a discriminação que elas sofrem assumem um caráter triplo: dada a sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, em sua maioria, do proletariado afro-latino-americano” (GONZALES, 2020, p. 46). Os estudos decoloniais criticam o colonialismo e propõem uma nova episteme, mais plural e inclusiva, que abarque os saberes ancestrais, este é um dos caminhos possíveis para construirmos uma sociedade verdadeiramente alicerçada na equidade e na democracia.

Os estudos decoloniais não são apenas denunciatórios, eles apontam caminhos para a desconstrução do racismo e de outras formas de opressões. Assim, a decolonialidade está no campo da epistemologia e da política. Segundo Santiago Castro-Gómez e Ramon Grosfoguel,

[...] una implicación fundamental de la noción de ‘colonialidad del poder’ es que el mundo no ha sido completamente descolonizado. La primera descolonización (iniciado em el siglo XIX por las colonias españolas y seguidas en el XX por las colonias inglesas y francesas) fue incompleta, ya que se limitó a la independencia jurídico-política de las periferias. En cambio, la segunda descolonización – a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad – tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas sexuales, epitémicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas (CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007, p.17).¹⁰

A emancipação política na América Latina teve como limite a persistência do colonialismo em diversas estruturas, assegurando a permanência do racismo, do patriarcado, do epistemicídio e da exploração e subordinação econômica, a decolonialidade propõe a crítica e uma radical ruptura com o *modus operandi* da colonialidade. Como nos demais países latino-americanos, a independência brasileira não desconstruiu efetivamente a colonização, ao contrário, ela continua sendo utilizada como aparato de subalternização, hierarquizações e controle social.

¹⁰ [...] uma implicação fundamental da noção de colonialidade do poder é que o mundo não tem sido completamente descolonizado. A primeira descolonização (iniciada no século XIX pelas colônias espanholas e seguida no século XX pelas colônias inglesas e francesas) foi incompleta, pois se limitou à independência jurídico-política das periferias. Por outro lado, a segunda descolonização – a qual aludimos com a categoria de decolonialidade – terá que dirigir-se à heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intactas. (Tradução nossa)

A emancipação não alcançou todos os estratos da sociedade. Estudarmos Maria Firmina dos Reis, sob a ótica dos estudos decoloniais, é fazermos da sua escrita *escreviente* um elemento de contestação às opressões de raça, gênero e classe, ampliando-se os quadros das lutas antirracistas ao colocar em destaque a obra de uma mulher negra, pobre, que utilizou a sua escrita para denunciar as mazelas da colonização e da escravidão, desconstruindo a visão eurocentrada de que negras e negros se silenciaram diante dos horrores da escravidão.

O termo interseccionalidade foi sistematizado primordialmente por Kemberlé Crenshaw nos Estados Unidos, em fins da década de oitenta. A pensadora procurava evidenciar a marginalização de mulheres negras a partir do cruzamento de opressões. Dessa forma,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ele trata especificamente da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam a posição relativa de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo processos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

À vista disso, a interseccionalidade tem sido o conceito mais utilizado por intelectuais por sua abrangência e por visibilizar o que o epistemicídio tentou dissimular: a experiência das mulheres afrodiáspóricas que está localizada nessa encruzilhada de opressões. É partindo desse lugar que as mulheres negras têm produzido conhecimento, resistências e insurgências. A utilização do termo no Brasil é ainda recente e coincide com o crescimento dos estudos capitaneados pelos movimentos feministas negros. A interseccionalidade é um referencial teórico que evidencia a encruzilhada de opressões que atingem determinados sujeitos.

Inicialmente, esse referencial teórico era prioritariamente vinculado às intersecções de raça, gênero e classe, contudo, atualmente, o conceito tem sido utilizado por novos agentes históricos, como o movimento LBTQIAPN¹¹, e passou a incluir outras gamas de opressões como localização geográfica, cultura, etarismo, etc.

Os feminismos negros têm feito indagações que o epistemicídio tentou encobrir e colocam a valorização da experiência como parte fundamental de uma nova epistemologia, pois

¹¹ A sigla é utilizada pelos movimentos em defesa da diversidade de gênero, sexo e sexualidade. Assim na respectiva ordem temos: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários. O símbolo +, que finaliza a sigla, representa outras diversidades ainda não incluídas, dessa forma, temos LGBTQIA+.

assumem a falência da neutralidade científica como um paradigma eurocentrado e assumem o olhar, as vivências e a posicionalidade da mulher negra como inerente à sua produção científica.

A exclusão social, econômica e política imputadas às mulheres negras, no decorrer da história, trouxeram, como contrapartida, sua invisibilidade como sujeito das Ciências. Dessa forma, a interseccionalidade é um instrumento político de análise e intervenção que elabora as subalternizações como persistência da colonialidade e do racismo, concomitantemente, desenvolve estratégias de intervenção e contraposição, desmascarando em seu movimento de denúncia e de resistência o conjunto de opressões que permeiam as sociedades pós-coloniais.

No Brasil, pensadoras e ativistas como Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (1989), Sueli Carneiro (2020), Luíza Bairros (1995), Ângela Figueiredo (2020; 2021) e tantas outras intelectuais se valem do conceito, utilizando a encruzilhada interseccional como marcadora de raça, gênero e classe, imprescindível para a compreensão das desigualdades que obstaculizam a mulher negra no país. Levar em consideração o cruzamento das opressões que atravessam as mulheres negras é fundamental para a compreensão do Brasil. Os estudos interseccionais conferem visibilidade a vozes que estão submersas.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL OITOCENTISTA

“O mar vagueia onduloso sobre os meus pensamentos/a memória
bravia lança o leme: / Recordar é preciso/o movimento vaivém nas
águas-lembranças / dos meus marejados olhos transborda-me a vida /
salgando-me o rosto e o gosto / Sou eternamente naufraga / mas os
fundos oceanos não me amedrontam e nem / me imobilizam / Uma
paixão profunda é a boia que me emerge/ sei que o mistério subsiste
além das águas” (EVARISTO, 2017, p. 11).

“Desde 1500/Tem mais invasão do que descobrimento/Tem
sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado/Mulheres, tamoios, mulatos/
Eu quero um país que não está no retrato”
(*História para ninar gente grande*, 1919)¹².

A construção da presente pesquisa possui estreita vinculação com o contexto histórico do Brasil oitocentista, notadamente da província do Maranhão. Outrossim, só podemos compreender os contornos políticos e sociais da obra de Firmina ao nos inteirmos do contexto histórico em que a autora viveu e produziu seu legado. O século XIX é marcado pela escravidão, racismo, patriarcalismo e conflitos de classes, contornado por transformações que conduziram à abolição da escravatura e, a seguir, à mudança do regime imperial para o republicano, contexto este que atravessa a produção da autora de maneira indissociável. Nosso recorte temporal é o da Independência (1822) à proclamação da República (1889), ou seja, o ano de nascimento da autora (1822) e o período áureo da sua produção. É nesse complexo interseccional que Firmina dos Reis, uma mulher negra, pobre e nordestina, filha de uma ex-escravizada, vivencia suas experiências cotidianas e escolhe a literatura como instrumento de explicitação e denúncia das mazelas sociais do seu ambiente societário. Vida e obra estão, assim, profundamente amalgamadas e a tessitura dos escritos da autora deve ser compreendida dentro da conjuntura em que viveu e produziu seu legado literário.

¹² Samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira - “Histórias para ninar gente grande” (2019), Composição: Tomaz Miranda / Ronie Oliveira / Márcio Bola / Mamá / Deivid Domênico / Danilo Firmino. A Mangueira conquistou, no ano de 2019, seu 20º título de campeã, ao desfilar na avenida com uma aula de história resgatando heróis da resistência negra dos povos originários.

A história brasileira prima em ignorar eventos relativos às trajetórias dos africanos e seus descendentes no Brasil, escamoteando o protagonismo negro em suas lutas, apartando seus descendentes de suas verdadeiras histórias. Como afirma a historiadora Ynaê Lopes, é impossível concebermos a história do Brasil sem compreendermos a história do racismo, são indissociáveis (2013). Muito tem sido discutido sobre a questão impulsionado pelos movimentos negros e pelos estudos decoloniais, entretanto as injustiças do racismo persistem, com profundas raízes na sociedade. Em *Racismo à Brasileira*, Telles (2003) discute as mazelas do racismo no Brasil e atrela a atual desigualdade que impera no país como uma deliberada política do Estado:

O Estado brasileiro e seu antecessor, o Estado português, criaram a instituição da escravidão, que dependia inteiramente de um sistema de dominação racial. Através de regulações e apoio do Estado [...] asseguravam o modelo de servidão através de meios altamente repressivos, inclusive a tortura. Assim, até 1888, o Estado brasileiro formalizou uma desigualdade racial extrema (TELLES, 2003, p. 250).

Em consequência, o que temos como *História do Brasil* são fragmentos de uma historiografia eurocentrada, feita por homens brancos, eivada de violência, opressões, estereótipos, lacunas e sujeições. A narrativa da história, como é oficializada no Brasil, bem como na maioria dos países que utilizaram a escravidão negra como força produtiva, perpetua o racismo, a subjugação e violências, pois, como traduz Chimamanda Adichie: “[...] as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar a dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 31). A subjetivação, humanização e as resistências de negras, negros, povos originários e pobres são secundarizadas, excluídas da arquitetura de poder – constituem o Brasil não oficial, o “país que não está no retrato”, como canta a Estação Primeira da Mangueira em seu samba-enredo de 2019.

Autoras como Maria Firmina dos Reis têm destacada importância literária e histórica, pois, além de produzirem textos com forte teor de contestação às iniquidades do seu entorno, legaram à história através de suas obras, um importante testemunho sobre a época em que viveram, a partir do olhar dos oprimidos, sendo, assim, a contrapelo da historiografia oficial.

2.1 Da “Independência” à Proclamação da República: opulência, opressão e resistência no Brasil Imperial – *A História que a História não conta*

A ruptura de laços políticos entre o Brasil e Portugal, ocorrida em 07 de setembro de 1822, pouco alterou a vida da maioria da população. Articulada pelos ricos proprietários, ela não incluiu os pobres e oprimidos em seu projeto de Estado. Em carta a seu pai, Dom João VI, Dom Pedro assim se refere ao processo ocorrido em 07 de setembro:

“Jazemos por muito tempo nas trevas; hoje vemos a luz. Se Vossa Majestade cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro, sabendo prezar sua liberdade e independência, se empenha em respeitar a autoridade real, pois não é um bando de vis carbonários, e assassinos, como os que têm a Vossa Majestade no mais ignominioso cativoiro.

Triunfa e triunfará a independência brasileira, ou a morte nos há de custar.

“O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não; porque enquanto houver sangue em nossas veias há de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o — *Rapazinho* — e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas cortes estrangeiras.

“Peço a Vossa Majestade que mande apresentar esta às cortes! Às cortes, que nunca foram gerais, e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divirtam, e gastem ainda um par de moedas a esse tísico tesouro.

“Deus guarde a preciosa vida e saúde de Vossa Majestade, como todos nós brasileiros desejamos.

“Sou de Vossa Majestade, com todo o respeito, filho que muito o ama e súdito que muito o venera PEDRO” (1916, p. 154-155).

Essa carta foi escrita pelo príncipe regente, Dom Pedro, em resposta a uma outra enviada por Dom João VI que, apoiado pelas cortes de Lisboa, exigia a recolonização do Brasil e questionava a desobediência de Dom Pedro em retornar a Portugal e acatar as decisões da Coroa portuguesa. Qual o real significado da frase: “O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não”? Por que a independência, após concretizada, não retirou os grilhões de grande parcela da população? Os negros e negras escravizados (as), mesmo os nascidos no Brasil, não eram considerados brasileiros. A infâmia da escravidão não foi abolida.

Os ânimos estavam bastante acirrados entre a metrópole e a colônia e a iminente ruptura era arquitetada com a anuência de amplas parcelas da classe dominante e da Inglaterra. José Bonifácio, considerado o mentor e artífice do processo que conduziu às rupturas de relações entre a colônia e a metrópole, líder do Partido Brasileiro e homem de confiança do príncipe, foi presença singular no contexto e é assim descrito por Faoro,

Homem de autoridade, realista infenso ao romantismo político dos deputados paulistas às cortes, fiel à causa do trono, adota, ao findar do ano de 1821 já congregado à opinião do Rio de Janeiro, Minas Gerais e da sua província (São

Paulo), a tese de ruptura com o governo português, sob o penhor da permanência de D Pedro no Brasil. Advertia D Pedro em manifesto saído de suas mãos e entregue ao príncipe a 1º de janeiro de 1822, “do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil”, lembrando-lhe o “risco de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe (FAORO, 2004, p. 272).

José Bonifácio captura o clima favorável à emancipação e faz as amarras necessárias para o feito. A ruptura eminente deveria, contudo, ser feita pelo príncipe. Nas ruas, era perceptível a inevitabilidade do nascimento de um Estado, devido ao evidente desgaste entre o Brasil e Portugal, o maior cuidado deveria ser o empreendimento para evitar um movimento radical, que colocasse o próprio trono em risco. O arranjo fora organizado pelas classes dominantes com o auxílio do Partido Português e Brasileiro.

Na análise de Emília Viotti da Costa, o objetivo basilar da Independência era “libertar o país das restrições impostas pelo Estatuto Colonial, assegurar a liberdade de comércio e garantir a autonomia administrativa” (COSTA, 2010, p. 60). Era evidente que a nova arquitetura de poder visava a preservação dos interesses dos ricos comerciantes e grandes proprietários que assumiram o poder em 22 de abril de 1822, ao lado do novo rei. Assim, as tradicionais estruturas sociopolíticas e econômicas, excludentes e opressivas, foram mantidas basicamente intactas “Ficaram excluídos do poder as camadas populares, uma vez que escravos e índios foram excluídos do conceito de cidadão” (COSTA, 2010, p. 60). Aos despossuídos, não foi assegurada nenhuma melhoria nas condições de vida, nenhum direito de acesso ao voto, nem mesmo um aceno de esperança ou empatia do novo governo.

O papel destinado às mulheres livres e às que estavam atadas aos grilhões do cativeiro, não foi alterado. Maria Firmina dos Reis, filha de uma ex-escravizada e mulher de poucas posses, acompanhou vivamente a mudança do estatuto político do Brasil e a permanência das opressões e exclusões. O patriarcado determinava lugares sociais de subalternidade e subserviência às mulheres. Cabia-lhes apenas o espaço da casa, o matrimônio, os serviços domésticos, o cuidado com as crianças e com o marido e, para as não livres, o rigor da escravidão.

A contrapelo do lugar social destinado às mulheres no século XIX, Maria Firmina dos Reis era uma mulher não apenas letrada, mas uma régia concursada que teria direito à vitaliciedade do cargo e receberia proventos em igualdade com os mestres, conforme designação da Lei de Outubro de 1827:

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14. Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua. (BRASIL, Lei de Outubro de 1827, Dispõe sobre a instituição de escola de primeiras letras no Brasil)

No século XIX, a educação era secundarizada e quase exclusivamente destinada às mulheres ricas. Incluía bordados e piano e uma gama de atividades nas quais o objetivo central era o preparo para a vida conjugal. As mulheres menos abastadas eram alijadas dos processos educativos, raras eram as que dominavam a escrita e, tuteladas pelas figuras masculinas, eram excluídas da inserção no universo político e econômico. Dessa forma, a educação feminina, via de regra, era

[...] direcionada para a formação de uma vida conjugal era responsável pelo abandono da escola por um grande número de mulheres antes mesmo de saberem ler ou escrever, uma vez que a escola não era sua prioridade, e sim o matrimônio. No início do século XIX, a alfabetização das mulheres se restringia, em muitos casos, apenas a sua capacitação para uma leitura razoável de textos religiosos. Pais e maridos defendiam a ignorância como uma forma de evitar a correspondência amorosa. As disciplinas cursadas se direcionavam para o estudo da língua pátria, da aritmética, da religião, do bordado e da costura (FONSECA, 2021, p. 2).

A educação era também uma importante ferramenta de dominação e sujeição das mulheres, imputando-lhes o estigma de inferiores e menos capazes, construção que alicerçava a sociedade patriarcal. No momento em que o império passou a ofertar a educação primária extensiva às mulheres, negou-lhes o acesso às matérias de cálculos, por exemplo, alegando que as mesmas não tinham *aptidão* para esse aprendizado. Em discussão no Parlamento brasileiro, no ano de 1827¹³, quando foi instituída a primeira lei que permitia a presença de mulheres no âmbito das escolas, surgiu a necessidade de definirem-se os conteúdos pertinentes à educação feminina. O Marquês de Caravellas fez a seguinte ressalva: “quanto à Aritmética somente as quatro operações, e não se ensinarão as noções de geometria prática” (ANNAES, 1876, p. 264 Apud CUNHA; SILVA, 2010, p. 99). Dessa maneira, podemos observar que as mulheres eram

¹³ A primeira lei a mencionar a inclusão das mulheres na educação data de 15 de outubro de 1827 e suscitou acaloradas discussões no Parlamento com o intuito de definir quais disciplinas eram destinadas às mulheres. A Constituição de 1824 já apresentava a inclusão masculina em seus termos, excetuando-se os escravizados.

tidas como menos capazes para determinadas disciplinas, destacadamente as que envolviam cálculos.

Basicamente, os conteúdos destinados às mulheres eram pertinentes às habilidades domésticas, domínio básico de leitura e escrita e as quatro operações matemáticas. Além disso, apesar do texto da Lei de 1827 incluir a presença feminina, determinava em seu artigo “Art. 11. Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho julgarem necessário este estabelecimento”¹⁴ (BRASIL, Lei de Outubro de 1827). Se o número de escolas já era escasso em todo país, a situação se agravava em relação às regiões interioranas, onde a brecha de isenção deixada pela lei - permitindo às províncias e vilas oferecerem o ensino se “julgarem necessário” - tornou irrisório o número de escolas para meninas.

Conforme a publicação da pesquisadora Nísia Floresta em 1853, em meados do século XIX, na província de Minas Gerais, de 209 escolas, apenas 24 eram reservadas às meninas. Na Bahia, de 184, somente 26 atendiam ao sexo feminino. E no Rio de Janeiro, de 116 escolas, 36 eram para meninas. Esse cenário de escassez seguia por todo país (FLORESTA, 2019). As escolas eram, essencialmente, espaços masculinos, assim sendo, não se destinavam a oportunizarem inclusão às mulheres e colaboravam, sobremaneira, para a perpetuação das desigualdades.

O advento do Império não alterou a estrutura patriarcal da sociedade, ao contrário, fortaleceu suas bases. Desse modo, coube ao homem branco e rico modelar a sociedade, estabelecendo seus contornos e perpetuando suas desigualdades. A educação ofertada era precária e as mulheres, que deveriam permanecer em posição de subalternidade e submissão, foram afastadas dos processos educativos. Ampliar o acesso à escolaridade era condição para a modernização do país, mas, ao contrário, ofertada a poucos, a educação ajudou a consolidar as hierarquias e assimetrias sociais.

No tocante à constituição familiar, o modelo permanece muito próximo ao do período colonial, a primazia é também masculina. O patriarcado configurou-se no retrato mor do Brasil, onde homens brancos e ricos são detentores do poder familiar e político, estendendo sua dominação em todas as esferas sociais, silenciando mulheres, destacadamente as negras, estruturando o aparato legal que garantisse sua perpetuação no poder e utilizando ainda como

¹⁴ A Lei de 15 de outubro de 1827 pode ser encontrada na íntegra no site oficial do governo federal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm

recurso a violência, o clientelismo, as mercês e privilégios legitimados pelo Estado. Segundo análise de Buarque de Holanda,

a família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral e inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens (HOLANDA, 1995, p. 85).

Esse vínculo, que ligava entre si os homens brancos e ricos, conferia-lhe autoridade, determinava os jogos de poder, assegurava a manutenção do patriarcado e marcava profundamente a vida do Império. Numa relação dialética, o sistema patriarcal e o Estado se sustentam e se mantêm. Por conseguinte, no outro extremo, situava-se a mulher, excluída e silenciada, tudo lhe era negado – educação, participação política, cidadania. Seu universo era o de dentro da casa, dos cuidados com a prole, com os afazeres domésticos e com seus maridos, a quem deviam profunda obediência. As lutas femininas e a vilania do patriarcado são tônicas constantes na obra firminiana que, simbolicamente, emancipou as mulheres, negras e brancas, em suas tramas nas quais, por vezes, a morte era preferível à submissão.

As mulheres foram invisibilizadas também pela historiografia, mas começam a transformar essa situação. Por exemplo, as estudiosas Heloisa Starling e Antônia Pellegrino são organizadoras do livro intitulado *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá* (2022). Na obra, as autoras tratam da participação feminina nas lutas pela independência a partir de sete mulheres – Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, Bárbara de Alencar, Urânia Vanério, Maria Felipa de Oliveira, Maria Quitéria de Jesus, Maria Leopoldina, Ana Maria José Lins. Essas mulheres pensaram o Brasil para além dos limites impostos pelo patriarcado, com diferentes participações intelectuais ou na luta armada, nos legaram uma importante e ativa participação nas lutas anticoloniais. Como apontam Starling e Pellegrino:

E algumas delas levaram a sério um projeto de independência para o Brasil. Vivenciaram esses projetos de maneiras diferentes, partindo de patamares sociais desiguais e atuando de forma diversa: empunharam armas, se engajaram no ativismo político, fizeram uso da palavra escrita no debate público. Comum a todas elas é a recusa ao lugar subalterno que lhes era reservado. Apesar disso, até hoje sabemos pouco - ou quase nada – sobre a história dessas mulheres pioneiras e o modo como se posicionaram no centro da vida pública durante o processo de Independência do Brasil. Seu protagonismo continua ignorado (STARLING e PELLEGRINO, 2022, 10-11).

Os nomes dessas mulheres insurgentes foram marginalizados, assim como o de Maria Firmina dos Reis, mas, gradativamente, estão emergindo graças, principalmente, ao afinco de

estudiosas do protagonismo feminino ao longo da história do Brasil, fato este necessário à colaboração às lutas feministas. O silenciamento acerca da participação política das mulheres está no epicentro das discussões de gênero no Brasil. Assim, segundo as autoras, “é preciso que a participação (das mulheres) no mundo público apareça e se faça história.” (STARLING e PELLEGRINO, 2022, p. 11). O estudo dessas vozes femininas contestatórias inclui o nome de Maria Firmina dos Reis que, no contexto da abolição, desafiou o patriarcado e as classes dominantes e defendeu a liberdade e equidade.

Em relação à estrutura social, política e econômica do oitocentos, Emília Viotti, em sua obra *Da Monarquia à República* (2010), discute como o patriarcado, o clientelismo e a escravidão estão entrelaçados e constituem o panorama do Brasil no século XIX. O período imperial perpetua no poder as classes dominantes, o latifúndio e, conseqüentemente, os privilégios oriundos desse lugar socioeconômico. Dessa maneira, segundo a historiadora:

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção de estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. Após a independência reafirmaram a tradição agrária da economia brasileira, opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando a abolir o tráfico de escravos. Formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, trabalhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática. [...]. Organizaram um sistema político fortemente centralizado que colocava os municípios na dependência dos governos provinciais e as províncias na dependência do governo central. Continuando a tradição colonial, subordinaram a Igreja ao Estado e mantiveram o catolicismo como religião oficial (COSTA, 2010, p. 11).

O Estado brasileiro foi forjado sob a égide da exclusão, do racismo, do patriarcado e do elitismo. As mudanças de estatutos Colônia-Império-República não suplantaram essa realidade para os subalternizados, ao contrário, reforçaram suas bases e sedimentaram as opressões e os privilégios. Esse é um projeto construído pelo Estado e Igreja em prol da manutenção dos interesses das classes dominantes. A feitura da história brasileira sempre foi branqueada e legitimadora das desigualdades sociais. Os arranjos que se seguiram à independência não alteraram as estruturas vigentes, mas, ao contrário, reforçaram o poder tradicional dos ricos proprietários.

A Constituição Outorgada de 1824, primeira do Brasil, determinou como forma de governo uma monarquia hereditária representativa, com ampla centralização de poderes nas mãos do imperador. Já no preâmbulo da cerimônia de abertura, o imperador Dom Pedro I declara fidelidade à Carta Magna, desde que “fosse digna do Brasil e de mim” (FAORO, 2004, p. 284) e prossegue em seu discurso:

Uma constituição que pondo barreiras inacessíveis ao despotismo, quer real, quer aristocrático, quer democrático, afugente a anarquia e plante a árvore daquela liberdade a cuja sombra deve crescer a união, tranquilidade, e independência desse Império, que será o assombro do mundo novo e velho (FAORO, 2004, p. 284).

Apesar do discurso de Dom Pedro I elevar, garbosamente, a importância da democracia, na prática, verificamos a sua antítese: a Constituição de 1824 perpetuou a escabrosa escravidão, manteve as mercês e privilégios dos latifundiários, restringiu o direito de voto, assegurando-o apenas para os proprietários, e as mulheres, os negros e os indígenas permaneceram excluídos. Além disso, a Carta Magna concentrou poderes absolutistas nas mãos do Imperador com a criação do Poder Moderador¹⁵. Desse modo, a conservadora Constituição Outorgada de 1824 manteve inalterada a ordem escravocrata, patriarcal e classista a qual interessava a permanência de poder e privilégios para as classes dominantes.

De acordo com os estudos do professor e advogado Augusto Sérgio dos Santos de São Bernardo, “A Constituição Imperial de 1824 repetiu o repertório da Constituição Portuguesa, ‘a lei será igual para todos’, mas na prática, esse ‘todos’ não incluía os escravos” (SÃO BERNARDO, 2022, p. 56). O texto constitucional outorgado em 1824 foi marcado pelo autoritarismo, preservou os privilégios das classes dominantes, a escravidão e a exclusão das mulheres da vida política, a instituição do voto censitário limitou aos ricos os direitos políticos do voto e das candidaturas, ou seja, mais uma vez o poder de decisão do Estado ficou em poder de homens brancos. São Bernardo realizou debruçou-se sobre as leis imperiais e, em seu livro *Xangô e Themis* (2016), conclui que existe uma forte relação entre a institucionalização do racismo e o Estado brasileiro. Desse modo,

Outra manifestação do racismo sustenta-se na razão hegemônica do Estado, através de uma bem montada ordem política e jurídica, que, por meio da força e da violência, produziu leis e políticas estatais que reproduziam os papéis sociais de mando e submissão. Assim, o aparelho de Estado aparece como um

¹⁵ A Constituição de 1824 situa no poder moderador a chave de toda organização política do Brasil. Segundo estabelecido no art. 98, “privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante para que incessantemente, vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos” (FAORO, 2004, p. 290)

dos realizadores de uma violência material e institucionalizada como suporte de uma maneira de estratificar e segregar, preconizando aquilo que iremos chamar na atualidade de racismo institucional (SÃO BERNARDO, 2026, p. 109).

No livro *Direito e filosofias africanas no Brasil: ancestralidades, ubuntuidades, e o pensamento Kalunga como formadores do repertório ético-jurídico brasileiro*, publicado em 2022, São Bernardo ratifica sua linha de pensamento afirmando que,

[...] através de um governo centralizado, hierárquico e eugenista, produziu um bem orquestrado repertório legislativo e institucional a serviço de políticas públicas racialistas, consolidando, no Brasil moderno, uma violência material e institucionalizada, preconizando aquilo que, na atualidade, chamamos de racismo institucional (SÃO BERNARDO, 2022, p. 60).

O projeto de Estado no Brasil nasce, assim, assentado no autoritarismo e comprometido com os interesses das classes dominantes, que modernizam o discurso, mas mantêm a prática de subalternização, condenando parcelas da sociedade à precariedade e à exclusão, aliados do processo eleitoral, da distribuição de renda e do acesso à terra, negras, negros, pobres e indígenas foram empurrados para a precariedade, a partir de aparatos legais violentos, coercitivos e segregadores. O racismo brasileiro, uma das mais perversas faces da colonialidade, é, em última instância, um projeto de governo. As mazelas da modernidade/colonialismo têm suas raízes nos primórdios da montagem do Estado brasileiro que assegurou às classes dominantes o poder e as mercês e privilégios característicos das engrenagens burocráticas do Estado. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda,

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições (HOLANDA, 1995, p. 73).

A independência não trouxe as necessárias rupturas para o império. Os donos do poder continuaram com a mesma cor - branca, e beneficiários de um sistema que os acolhia e protegia. Para os demais, oprimidos pelo governo, e vítimas de um Estado punitivo e desigual para os pretos e pobres, a luta cotidiana por sobrevivência e a reinvenção de possibilidades de futuro. O I Reinado foi marcado por crises políticas, econômicas e convulsões sociais. O autoritarismo

do imperador foi assegurado com a criação do Poder Moderador. Frei Caneca¹⁶ dirigia-se a esse poder como uma “invenção maquiavélica”, “a chave mestra da opressão da nação brasileira. (COSTA, 2010, p. 1147). A crítica de Frei Caneca referia-se à excessiva centralização política em mãos do imperador, legitimando posturas autoritárias e totalitárias do governante. Para Faoro, além de todos os problemas que enfrentava o monarca, destacava-se,

Nem o progresso da instrução nem os esforços sediciosos do jornalismo, nem as irregularidades da vida privada de Dom Pedro, eram a causa principal de sua impopularidade em todo Império. Outra causa militava, além da administração do gabinete, causa que nunca se fez menção, mas, todavia, se fazia geralmente sentir: era nunca ter sabido ser o - *homem de seu povo*, - nunca ter-se constituído inteiramente e verdadeiramente um brasileiro (FAORO, 2004, p. 298).

Dom Pedro I nunca conquistara a simpatia popular, seu governo foi visto com desconfiança, o antagonismo foi ampliado pela disputa pelo trono português com o irmão, Dom Miguel, além disso não conseguiu sanar a aguda crise econômica que assolava o país e amargou vergonhosa derrota na Cisplatina, perdendo o território anteriormente anexado por seu pai. Isolado, sem apoio das classes dominantes, em 07 de abril de 1831, Dom Pedro I renunciou em favor de seu filho e retornou para Portugal. Na impossibilidade de Dom Pedro II assumir o trono, o infante tinha apenas cinco anos de idade, o Brasil passa a ser governado por regentes (SCHWARCZ; STARLING, 2015, COSTA, 2010).

O período regencial atravessou diferentes fases: Regência Trina Provisória, Trina Permanente e Una. A vacância do trono agravou as tensões raciais e de classes, a crise econômica e os desmandos políticos existentes no Brasil. Movimentos sociais que clamavam por justiça, liberdade e abolição da escravidão abalaram o país de norte a sul e ameaçaram fortemente a unidade territorial.

O Estado brasileiro, controlador e racista, expunha suas históricas fraturas sociais em revoltas: Cabanagem, no Pará (1835/1840); Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1835/1845); Malês (1835) e Sabinada (1837/1838) na Bahia; Balaiada, no Maranhão (1838/1841). Assim,

De outro lado, porém, a questão sucessória incendiou às demais províncias que sem um rei no poder, passaram a contestar a legitimidade dos novos

¹⁶ Frei Caneca era um liberal pernambucano, acabou sendo morto após liderar a Confederação do Equador em Pernambuco no ano de 1824, movimento que questionou o poder central e a corrupção política, a crise econômica (COSTA, 2010, p. 147).

governantes., os quais estariam excessivamente voltados para a lógica da Corte carioca. E dá-lhe barulho (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 243).

As revoltas demonstram os desmandos políticos, o agravamento da crise econômica, as profundas desigualdades sociais e a aguda opressão a que a população pobre e os escravizados estavam submetidos, além disso pesava a sobrecarga tributária e a excessiva centralização política.

Dentre as rebeliões regenciais, parece-nos relevante salientar a Revolta dos Malês (1835), pela efetiva participação de escravizados em luta por liberdade e pelo temor que causou à sociedade. A Bahia, na primeira metade do século XIX, presenciou uma onda de importantes movimentos contestatórios dos escravizados e ex-escravizados.

Alguns levantes foram desarticulados logo em sua fase inicial, mas a Revolta dos Malês, mesmo tendo durado poucas horas de combates, abalou as estruturas do Brasil por ter colocado em risco o sistema escravagista.

A regularidade das revoltas parecia demonstrar que o Brasil podia mesmo vir a ser o próximo Haiti das Américas. A ameaça rebelde na Bahia se repetiu em 1814, 1816, 1822, 1826, 1827, 1828, 1830 e 1835, período em que aconteceram cerca de 30 revoltas, a maioria delas promovidas por escravos haussás e nagôs, estes últimos africanos iorubás. A mais séria delas aconteceu em 1835. Em janeiro daquele ano a capital foi surpreendida pela denúncia de que os malês – como eram conhecidos os nagôs muçulmanos – tramavam um grande levante. A organização dos rebeldes surpreendeu os brancos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 136).

Os movimentos malograram em seu intento, mas evidenciaram a insatisfação com as agruras do cativo. Para além do seu caráter de contestação à ordem, essas rebeliões espelharam a resistência que crescia entre escravizadas e escravizados em luta por sua emancipação e colocaram a classe dominante e seus aparatos de controle em alerta. A Revolta de 1835, organizada e liderada por negros muçulmanos denominados malês, pelo seu grau de força e ousadia, causou um alvoroço na Bahia, no Brasil e, até mesmo, no exterior. As repercussões do movimento foram longínquas e perduraram pelo II Império. João José Reis, em extensa pesquisa sobre o movimento publicada no livro *Rebelião escrava no Brasil: A História dos levantes dos Malês em 1835* (2003), afirma que:

[...] No Rio de Janeiro uma notícia detalhada chegou ao público por meio de periódicos que publicaram um relatório do chefe de polícia da Bahia. Temendo que o exemplo baiano fosse seguido, as autoridades cariocas estreitaram a vigilância sobre os negros locais, sobretudo na Corte Imperial. Além de disseminar o medo e provocar o aumento do controle de escravos em todo o Brasil, os rebeldes também reavivaram os debates sobre a escravidão e o tráfico de escravos da África [...]. Em Londres, Nova York, Boston e

provavelmente outras cidades da Europa e das Américas a imprensa também publicou relatos do levante. A África teve conhecimento do fato por intermédio dos libertos para ali deportados como suspeitos pelas autoridades baianas (REIS, 2003, p. 10).

Outro elemento que demonstra o pânico causado pela revolta entre as classes dominantes está na quantidade de material sobre os autos do inquérito para responsabilizar os envolvidos. Esses documentos são hoje importantes fontes para o conhecimento do período escravocrata brasileiro. Além disso, a repressão foi particularmente violenta e evidenciava o temor das classes dominantes de que a revolta frutificasse e servisse de exemplo para outros movimentos. O exemplo haitiano era bastante vivo na memória da classe dominante brasileira, e, a todo custo, sua repetição deveria ser evitada. Os malês lutavam por poder político, expansão do islamismo e imediata liberdade dos escravizados.

A revolta estava sendo organizada, provavelmente, há um ano. A informação é pouco consistente, pois, parte dos escravizados envolvidos no movimento e ouvidos nos autos de devassa guardaram silêncio sobre esse fato. (REIS, 2003). Delatado, o movimento foi precipitado e, após algumas horas de renhidas lutas, os malês foram derrotados, entre as sanções estavam a pena de morte, o açoite e o degredo. (SCHWARCZ; STARLING, 2015; REIS, 2003). A Revolta dos Malês foi a maior rebelião de escravizados da história do Brasil, evidenciou a violenta arquitetura do racismo no Brasil e nos legou uma história de resistência.

Os conflitos regenciais mobilizaram os excluídos, que entraram em luta em busca de justiça e dignidade. “O Império não caiu, mesmo sacudido em suas estruturas por tantos movimentos que eclodiram de norte a sul do país” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 265). O governo utilizou a força bruta e foi implacável nas punições aplicadas aos insubmissos, principalmente aos mais pobres. Para debelar os movimentos em curso e assegurar a unidade territorial forjada pelas classes dominantes, os latifúndios e a escravidão, outro percurso foi apontado como primordial: antecipar a posse do rei Dom Pedro II - o Golpe da Maioridade entrara em curso:

A ideia de antecipar a subida de D. Pedro ao trono, originalmente prevista pela Constituição para 1843, quando o monarca completaria 18 anos, era segredo de polichinelo. Afinal, já em 1840, com a criação do Clube da Maioridade, que o projeto tomou forma: os deputados liberais contrários à regência de Araújo Lima, vão ao Senado e exigem a posse antecipada de Pedro de Alcântara. Inusitado pensar que, diante das várias rebeliões regenciais, dos projetos republicanos e da radicalização da situação, reforçou-se uma saída simbólica, sustentada num sistema de governo monárquico e liderado pelo Centro-Sul do país: só o monarca poderia garantir um poder centralizado e de representação nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 247).

As rebeliões regenciais causaram pânico entre a classe dominante, devido às ameaças de perdas territoriais, assim, para assegurar a “ordem”, a estrutura de privilégios e o combate às rebeliões populares, foi instituída no ano de 1931, a Guarda Nacional por determinação do então Ministro da Justiça, Diogo Feijó, que descendia de tradicionais famílias latifundiárias paulistanas (FAORO, 2004). Em seu texto deliberativo encontramos as seguintes prerrogativas que esclarecem seus objetivos:

Defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar e Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas; toda a deliberação tomada pelas Guardas Nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra a liberdade, e um delito contra a Constituição. (Artigo primeiro da lei de 18 de agosto de 1831 *apud* FAORO, 2004, p. 302-303)

Depura-se do enunciado no Artigo primeiro que a Guarda Nacional deveria funcionar como agente auxiliar do Exército no combate à “desordem” do país e assegurar a tranquilidade pública. Na prática, assegurou sobrevivência e longevidade aos latifúndios. A Guarda nacional passou a funcionar como aparato da política central, atendendo aos interesses das classes dominantes. Teve papel decisivo no controle das rebeliões organizadas pela população oprimida que abalaram o país durante a regência e ameaçaram seriamente a unidade do Império.

A composição da Guarda nacional demonstrava, nitidamente, sua composição racial e classista, pois estavam aptos a ingressarem apenas os cidadãos entre 21 e 60 anos, mas só os que estavam em condições de eleitores. Esse critério eliminou a participação de escravizados, indígenas, pobres e mulheres (VIOTTI, 2010). A Guarda Nacional permitia que a classe dominante, controladora da política local nas províncias, elegesse seus coronéis e majores, o que tem estreita relação com as bases do coronelismo e do mandonismo local, importante mecanismo de controle para a manutenção de privilégios dos brancos latifundiários, destacadamente na região Nordeste (FAORO, 2004).

Com as agitações do Período Regencial, o Golpe da Maioridade começou a ser articulado como solução possível, sendo deflagrado em 1840, pôs fim à regência e iniciou o II Reinado. Aos catorze anos de idade, Dom Pedro II assumiu, efetivamente, o trono brasileiro, dando início à última fase do império.

O II Reinado abrigou o incipiente início do capitalismo no Brasil, que precisou, em maior ou menor escala, ajustar-se ou transformar as velhas e tradicionais estruturas vigentes.

Em pleno século XIX, descompassado do restante do mundo, o Brasil era ainda um país escravocrata. É o produtor imediato, o escravizado, que garante a dinâmica das lavouras e dos gêneros de exportação, transformando-se “na engrenagem que viabilizou, não apenas a experiência exitosa da exploração colonial, como também a própria criação do mundo capitalista” (LOPES, 2013, n.p). Assim sendo, o capitalismo periférico coexistiu com estruturas sociais ultrapassadas, obsoletas e limitantes e com o cenário de acirramento das lutas pelo fim da escravidão. Registra Emília Viotti da Costa que, “[...] no Brasil, que estava à margem da revolução industrial, a elite conservou seu poder e apoiou unanimemente a escravidão até pelo menos 1870” (COSTA, 2010, p. 362), o Estado brasileiro, expressão de poder das classes dominantes, procrastinou ao máximo a abolição, os cafeicultores exigiam indenização para aceitarem o fim do trabalho escravo.

Politicamente, o século XIX marca a entrada do liberalismo no Brasil, importado do modelo europeu, mas, por essas bandas dos trópicos, a ideologia liberal não encontra uma classe burguesa consolidada para difundir seus conceitos. Contudo, o liberalismo, ainda que caricato, se adequa aos interesses das classes dominantes na preservação dos latifúndios e da escravidão. Por conseguinte, o lema *liberté, égalité e fraternité* era, exclusivamente, pertencente às classes dominantes. Para Ynaê Lopes, liberdade e igualdade começaram a ganhar novos sentidos, mas, no século XIX, ainda eram “interditadas para grande parte da população que vivia nas Américas” (2013), pois para os subalternizados as desigualdades e a perversidade do sistema escravista perduraram. Os avanços e retrocessos entre liberais e conservadores circundam ao redor da questão da centralização ou maior autonomia provincial. As divergências entre os dois grupos eram irrisórias, pois, de fato, o Partido Liberal e o Partido Conservador eram oriundos da mesma camada social – os grandes comerciantes e proprietários (LOPES, 2013). Na análise de Emília Viotti da Costa,

A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietários e por comerciantes envolvidos na economia de exportação-importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal que se adequassem à sua realidade e atendessem a seus interesses. Purgando o liberalismo de seus aspectos radicais, adotaram um liberalismo conservador que admitia a escravidão e conciliaram liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avós haviam conciliado a escravidão com o cristianismo (COSTA, 2010, p. 160).

Os dois grupos que se alternavam no poder eram oriundos das classes hegemônicas e, portanto, perpetuavam os privilégios da aristocracia, bem como a estrutura fundiária e

escravagista do Brasil. Nas questões fundamentais para os pobres, não havia divergências entre os liberais e conservadores, ao contrário, nas alternâncias entre os dois partidos no poder, durante o período imperial, não assinalou nenhuma mudança significativa para os escravizados e oprimidos. As classes privilegiadas defenderam ferrenhamente a escravidão e a manutenção de seus privilégios.

O ano de 1850 é marcado por duas leis decisivas da história do Brasil, a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós. Essas leis atingem certamente a mão de obra escravizada e a população pobre, de maneira geral. Segundo Viotti da Costa, a Lei de Terras, assinada em 1850, decretava a “aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa” (2010, p. 174). Para Schwarcz e Starling, “o objetivo da lei era desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos novos imigrantes” (2010, p. 274). Os ex-escravizados foram impossibilitados de adquirirem terras, pois a referida lei dificultou o acesso à terra pelos mais pobres ao impor como única forma de aquisição da mesma a compra e concentrou terras em mãos de quem já as possuía – os latifundiários. A propriedade territorial passa a ser um bem ainda mais valioso e a expressão da hierarquização marcada pelo poder econômico, para além da simbologia de prestígio social.

A Lei de Terras fora votada pouco antes da Lei Eusébio de Queirós e visava concentrar o acesso e permanência na terra para os ricos latifundiários. A Lei Eusébio de Queirós põe fim a legalidade do tráfico negreiro e foi uma consequência direta do Bill Aberdeen, imposto pela Inglaterra para inibir o tráfico de escravizados africanos. Embora arrefecido, o tráfico prosseguiu assegurando ainda a entrada de um significativo número de escravizados e escravizadas no Brasil. A referida lei teve diversos desdobramentos na conjuntura do século XIX: os recursos antes utilizados no tráfico migraram para a agricultura, o tráfico interprovincial deslocou escravizados do Nordeste para o Sudeste, que se constituía no novo eixo econômico do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2010, p. 274-275).

Na segunda metade do século XIX, o Brasil participou da Guerra do Paraguai, compondo a Tríplice Aliança ao lado da Argentina e Uruguai. As disputas comerciais e políticas na região platina levaram à eclosão do movimento. A guerra foi iniciada em 1864 e findou em 1870. Com apoio financeiro da Inglaterra, a Tríplice Aliança triunfou. A luta foi atroz e suas consequências longevas, principalmente para o Paraguai. Contudo, as marcas do confronto foram determinantes na conjuntura do Brasil (SILVA, 2022).

A Guerra do Paraguai contou com significativa participação de homens negros, escravizados e livres, lutando nos campos de batalha. Convocados à revelia, mal treinados e sem qualquer prestígio diante do Exército, fizeram história na guerra, lutando lado a lado com soldados brasileiros e de outras nações. Como nos informa Silva,

O governo imperial, por meio do Decreto n. 3.725, de 06 de novembro de 1866, ordenou que aos negros escravizados da nação em condições de servir o Exército se desse gratuitamente a liberdade, e que se fossem casados, esse benefício se estendesse às suas mulheres. Nos batalhões assentariam praça os negros escravizados que os senhores quisessem libertar para o serviço de guerra, mediante indenização. Os libertos pelo governo eram adquiridos de particulares conforme o preço de mercado, os proprietários recebiam em dinheiro e/ou em apólices da dívida pública, às vezes se combinava os dois tipos de pagamento, tornando-se um comércio vantajoso para os senhores. Assim, com a finalidade de ampliar os Corpos Voluntários da Pátria, o Governo Imperial fez uso dessa prática comercial reiteradas vezes. Isso representava a “alforria para a guerra” (SILVA, 2023, p. 53).

A guerra modifica profundamente o pensamento dos homens que dela participaram, principalmente dos escravizados: o Brasil era o único país monarquista e escravagista nos campos de batalha, o que impactou profundamente na permanência da escravidão e relações entre o Exército e o Governo e a instituição da escravidão. Para pesquisadora Ana Lúcia Silva, é notório o crescimento das fugas e revoltas de escravizados e do movimento favorável ao fim da escravidão durante a Guerra do Paraguai, pois a análise de “biografias de personalidades negras abolicionistas, possibilitam afirmar que durante a Guerra do Paraguai (1864 - 1870) os ativistas intensificaram as lutas em prol da liberdade do povo negro escravizado” (SILVA, 2023, p. 118). Maria Firmina dos Reis, como parte ativa do movimento abolicionista, manifestou seu olhar sobre a guerra e a escravidão em alguns poemas, como observamos abaixo:

Saudação à passagem de Humaitá

Sincera gratidão.
 Oh! Brasil, eu te saúdo,
 Vasto império do cruzeiro!
 És na América o primeiro,
 És minha pátria gentil,
 O grande, o nobre tu és.
 A pátria de heroica gente,
 Que seus avós não desmente,
 Sequer na vida uma vez!
 Glória a ti!...Que bravos filhos
 Bem te vingam denodados,
 A teu brado alevantados
 Foi qual pó que o vento ergueu!

E das balas se sorrindo
 Passam Mercede, e Cuevas!
 Legando seu nome aos evos;
 A ti, de glória, um troféu.
 É que da armada ao exercício,
 Do general ao soldado.
 Só se escuta o mesmo brado;
 Eia! Vencer ou morrer!
 Então pulsam destemidos
 Os peitos de infinitos bravos
Vão remir milhões de escravos,
Indo a pátria defender.
 Avultam Mariz e Barros.
 Afonso, Marcílio Dias.
 Mil outros que em nossos dias
 Douram as páginas da história!
 E caem co'a fronte exausta;
 Mas que importa? Seu nome,
 Ganha o Brasil um renome
 É padrão de eterna glória!
 Avante! Avante – lá ficam
 Destroços, ruína...embora!
 Humaitá, eis a hora,
 Da tua ruína final!
 Já sob tuas muralhas,
 Por sob balas, clamores,
 Passam galhardos vapores,
 Como brisa em fundo Val.
 Chove a metralha à porfia
 Sobre a armada brasileira,
 Mas a auriverde bandeira
 Não se curva altiva está!
 Qu'importa que o inimigo ocupe,
 Superior posição?
 Não teme a armada o canhão
 Da misérrima Humaitá.
 Viste o bravo Mauriti,
 Honra, e glória do Brasil!
 A arrostar metralha mil.
 Sempre tranquilo a passar?
 Era o gênio das batalhas,
 Aquele jovem guerreiro!
 Nelson, eis um brasileiro,
 Que vem teu nome ofuscar,
 Era belo vê-lo assim
 Alheio a todo vapor
 Desse hediondo fragor,
 Que, nele é glória a afrontar:
 Era vê-lo corajoso, sob as imigas muralhas,
 Qual semideus das batalhas,
 A passar e repassar!
 Oh! Brasil, eu te saúdo,

Vasto Império do Cruzeiro!
 És na América um luzeiro,
 Eu te saúdo, oh Brasil!
 Prossegue em tua carreira,
 Vinga teu brio ofendido,
 E do monstro envilecido
 Curva a fronte negra, e vil.
 Dize a essa antiga Roma
 Que não lhe invejas os brilhos;
 Sim, que tens heróis por filhos,
 Por divisa - Liberdade!
 Que esmagar sabes um déspota,
 Saber vergar um tirano,
 Que no solo americano
 Ostenta ferocidade.
 Mas, que levas generoso,
Depois da guerra - o perdão!
Que vais quebrar o grilhão
Desses míseros escravos!
Que vais levar-lhe – bondoso
Paz, amor, fraternidade,
Instrução, lei, liberdade,
 Fazê-los povo de bravos.
 Vais desmentir esses ecos
 Da soberba Inglaterra,
 Que te faz mesquinha guerra,
 Que te diz - conquistador!
 Vai mostrar à Europa inteira,
 Que no solo americano
 Não se consente tirano,
 Não se sofre um ditador.
Dize que os povos escravos
Vais levar com lealdade
Não ferros, mas liberdade,
Progresso - não opressão.
Vai quebrar as vis cadeias,
As algemas de seus pulsos,
De amor em doces impulsos,
Vai dizer-lhe: És meu irmão!
 Avante! Eu te saúdo,
 Vasto império do Cruzeiro,
 Que à voz de Pedro Primeiro
 Despertaste assim gentil!
 Oh! Minha pátria gigante,
 Esmaga o fero Solano,
 Mostra ao povo americano
 Quanto és nobre, oh! Meu Brasil! (REIS, 1871, p. 57 – 61 – destaques nossos).

17

¹⁷ O poema foi publicado no livro “Cantos à Beira mar” no ano de 1871. Diversas temáticas aparecem nos 56 poemas que compõe o livro: críticas à escravidão e ao patriarcado, exaltação da província do Maranhão, nacionalismo, abolicionismo. Muito do pensamento de Reis está, desse modo, presente na publicação. A obra é dedicada à sua mãe, Leonor Felipa dos Reis, já falecida. (Carvalho, 2021).

Os contornos temáticos do poema de Maria Firmina dos Reis são amplos e importantes para compreendermos o contexto da época e a trajetória da autora como escritora e intelectual oitocentista. A obra é uma exaltação ao patriotismo, homenageia pessoas ilustres, eleva a coragem dos soldados que lutavam nos campos de batalhas. Maria Firmina dos Reis não esconde seu orgulho e nacionalismo e sua inabalável crença na vitória do Brasil. O poema evidencia também que a escritora estava atenta com os assuntos da política externa do Brasil, além do conhecimento sobre a guerra, as relações com a Inglaterra e Europa são enunciadas pela autora. Contudo, o poema é, oportunamente, um clamor pela liberdade dos escravizados.

Na obra, são recorrentes as passagens em que Firmina evidencia seu posicionamento antiescravagista. Nas estrofes, destacadas no texto poético, fica evidente essa postura: “Depois da guerra – o perdão! / Que vais quebrar o grillão / Desses míseros escravos / Que vais levar-lhe – bondoso / Paz, amor, fraternidade, Instrução, lei, liberdade” e, mais abaixo, “Vais levar com lealdade/ Não ferros, mas liberdade/ Progresso - não opressão/ Vais quebrar as vis cadeias /As algemas de seus pulsos / De amor em doces impulso / Vai dizer-lhe: És meu irmão”. Maria Firmina dos Reis exulta a liberdade, a igualdade, a fraternidade, educação e o progresso para os escravizados, sua concepção de nação é inclusiva e emancipadora.

Para Reis, o fim da escravidão, em qualquer rincão do Brasil e das Américas, seria a única recompensa possível diante da bravura dos combatentes e da iniquidade do regime escravagista. Firmina ressaltava a coragem dos que lutaram pela defesa da pátria. O governo do Brasil, revogando a escravidão, demonstraria ao mundo sua coragem, humanidade e senso de justiça, contrapondo-se, na visão firminiana, ao déspota Solano Lopes, tratado no poema como “fero”. A escritora, mais uma vez, posiciona-se criticamente diante das injustiças sociais.

Nessa conjuntura de guerras, transformações econômicas e resistências, marcadas pelos avanços e retrocessos que precipitam o fim da escravidão, novos sujeitos passam a fazer parte da formação societária brasileira – os imigrantes europeus. A imigração passa a ser encarada como um projeto de branqueamento da população brasileira e alternativa à ilusória crise da mão-de-obra. No Brasil, tradicionalmente, persegue-se o ideal do branqueamento através da mestiçagem. Lélia Gonzalez nos lembra que esse fenômeno tem início no século XIX com a entrada maciça de imigrantes no Brasil (GONZALEZ, 2020, p. 169).

Os imigrantes chegam da Europa para o trabalho nas lavouras de café e na principiante indústria brasileira. Distribuem-se, primordialmente, entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil. A imigração marcou profundamente a história do Brasil, seus contornos são bastante nítidos

ainda na atualidade. A partir de meados da década de 1860, o governo passa a organizar e financiar a imigração, pois essa:

[...] traria “novo benefício”, como o branqueamento da população, apregoadado pelas teorias científicas da época. Afinal não era possível esquecer o receio que pairava, nesse momento, com relação ao futuro de um país de raças mestiças, e o persistente medo do *haitianismo*¹⁸, num país de maioria escrava. Em 1849, contabilizavam-se no Rio de Janeiro 110 mil escravos para 266 mil habitantes, o que dava à corte a impressão de uma pequena África, sendo este, aliás, o apelido do bairro vizinho ao paço onde d. Pedro morava (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 310).

Para atrair cada vez mais europeus, o Estado promoveu campanhas sobre os benefícios de trabalhar no Brasil, entretanto a realidade aqui encontrada foi bastante adversa. O estudioso Florestan Fernandes enfatiza que, no contexto das ondas migratórias do século XIX, a pior inserção no mercado de trabalho livre ficou para os negros e “mulatos” que têm um *começo bem por baixo*, em outros termos, são esses sujeitos que outra vez se depararam com condições subumanas de trabalho agravadas pelos baixos salários. Muitos estudos apontam que a mentalidade escravocrata no Brasil e a sanha capitalista por lucros precarizaram o início do trabalho assalariado e os imigrantes (FERNANDES, 2008).

A escravidão era o esteio da sociedade brasileira. Homens negros e mulheres negras asseguraram a prosperidade da colônia e do império no Brasil, trabalharam nas lavouras de açúcar, algodão, café e na mineração. Os senhores de escravizados defenderam ferrenhamente a manutenção do regime escravista alegando a imprescindibilidade destes trabalhadores, alguns argumentos tornaram-se notórios nestas alterações, sendo amplamente discutidos:

O primeiro (argumento) afirmava que, no fundo, a escravidão era benéfica para os negros, ao retirá-los da ignorância e da barbárie do continente africano para incorporá-los à supostamente humanista e avançada civilização católica portuguesa que se instalara nos trópicos. Dizia-se que o negro seria incapaz de sobreviver em liberdade, cabendo aos senhores brancos educá-los, orientá-los e tutelá-los de todas as maneiras possíveis – incluindo, obviamente, o uso do chicote e outros meios de punição e contenção, quando necessária à disciplina e ao bom funcionamento do sistema. Por fim, sustentava-se que a escravidão, embora condenável do ponto de vista humanitário, era um ‘mal necessário’ (GOMES, 2022, p. 31).

Mesmo nos momentos de divergências políticas, a manutenção da escravidão e do latifúndio, unia as classes dominantes, por ser crucial para a manutenção de poder e privilégios.

¹⁸ No livro *Rebelião escrava no Brasil* (2006), Reis chama a atenção para o temor causado pelo haitianismo no Brasil, referindo-se aos levantes motivados pela presença das ideias revolucionárias do movimento do Haiti, organizado pelos escravizados.

As discussões giravam sempre em torno dos interesses dos senhores e tinham como prerrogativa retardar a abolição. Ynaê Lopes (2013) analisa a escravidão a partir de dois sujeitos – o escravizado e seu proprietário:

[...] Era comum que o dono do escravizado fosse chamado de *senhor(a)* de escravo. Uma expressão que revela um jogo de poder no qual os dois ocupavam posições antagônicas, em que um é dono do outro. Sendo assim, o contrário de ser escravizado não era ser livre, mas proprietário de escravizados. Essa constatação é fundamental para entender não só os diversos sentidos de liberdade que existiram durante a escravidão, como também compreender que ser proprietário era estar o mais longe possível da chance de ser escravizado (LOPES, 2013, n.p).

Ser proprietário de escravizado era um título aspirado por todos, pois era um lugar de segurança, reconhecimento e privilégio. Ser livre era gozar das prerrogativas de ser proprietário de homens negros e mulheres negras submetidos ao cativo, na mais aviltante experiência humana. Foram aproximadamente trezentos anos de brutalização, crueldade e aviltamentos, em nome do progresso econômico e, quando a emancipação chegou, não trouxe nenhum reconhecimento aos escravizados e escravizadas. Os oprimidos que porventura ousassem subverter a ordem eram, nas palavras de Faoro, recebidos a “golpe das armas, a ferro e fogo. Para os de boa vontade, a terapêutica dos emolientes; para os outros, a espada nua, mal encobertas [...] nas prisões amparadas na justiça” (FAORO, 2004, p. 243). Contudo, a violência não silenciou as manifestações dos escravizados que tentavam, utilizando de diferentes estratégias de negociação, fugas e levantes, pôr fim ao cativo.

Os escravizados fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos, separação de entes queridos por vendas ou transferências inadequadas ou o simples prazer de namoro com a liberdade. [...]. A soma de fugas individuais e coletivas frequentemente resultava em quilombos onde os fugitivos tentavam inventar a liberdade na “terceira margem” do regime escravocrata. Se o quilombo ainda permitia alguma convivência, embora incômoda e perigosa com o sistema, as revoltas significavam ruptura absoluta e quase sempre trágica para os escravos nelas envolvidos. Mas a própria possibilidade de rebelião – bem como fugas e quilombos – funcionava como um limite aos excessos de tirania senhorial. Pode-se dizer, sem pieguismo, que o sacrifício de rebeldes não foi em vão, pois os que não entravam nos levantes, e mesmo os levantados cujos senhores poupavam para evitar prejuízos, podiam passar a manipular o medo senhorial de nova rebelião (REIS; SILVA. 1989, p. 9-10).

Em meados do século XIX, principalmente após o fim do tráfico negreiro, em 1850, a escravidão passou a ser pauta de debates e lutas com fugas de escravizados e formação de quilombos. Segundo os pesquisadores Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga, para além dos

personagens já registrados pela historiografia, o movimento em favor da abolição era constituído também por anônimos, pessoas do povo “[...] Foram pessoas que estiveram à frente dos movimentos de rua, enfrentando a polícia que perseguia escravos fugidos, distribuindo jornais, discutindo nas tavernas” (2006, p. 190). As lutas pela liberdade cresciam, a despeito da violência, e sacudiam o país.

Se a escravidão era pensada no Brasil oitocentista como sinônimo de ser negro, a liberdade era uma prerrogativa naturalizada aos brancos. A historiadora Ynaê Lopes pensa as lutas pela liberdade empreendidas pelos escravizados e escravizadas como um jogo de disputa política (LOPES, 2013). A historiadora Maria Helena Machado chama a atenção para a variedade e a complexidade do que se convencionou chamar genericamente de abolicionismo. A autora preconiza uma complexa interação de projetos e atuações diversas, que atingiram o país e diversificaram o movimento. Assim, restringirmos o processo abolicionista a apenas uma feição é negarmos sua multiplicidade e diversidade, pois, em verdade, estavam em jogo diferentes sujeitos, projetos, estratégias e perspectivas (MACHADO, 1994).

O jovem estado brasileiro entrara em ebulição com os movimentos abolicionistas, mobilizando parcelas da população e fortalecendo-se como movimento social e político. As classes dominantes, temendo prejuízos econômicos, tentavam retardar o processo gerando uma enorme tensão social. Protagonizada pelos negros livres e escravizados, a campanha abolicionista precipitou a derrocada da escravidão: associações e clubes abolicionistas, os quilombos, as fugas maciças, os embates políticos, tudo arquitetava a sua inviabilidade. Sobre esse contexto:

Mesmo assim, em meados do século XIX, não havia nenhuma garantia de que o fim da escravidão no Brasil se daria em breve. Nas regiões cafeeiras do Sudeste, especialmente nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a escravidão ganhou forças com o crescimento da exportação do café. Era de interesse dos fazendeiros de café que a escravidão se prolongasse o máximo de tempo possível. Políticos das regiões cafeeiras fizeram de tudo para impedir qualquer medida legal que levasse à abolição imediata. Alegavam que a abolição provocaria crise econômica, pois a grande lavoura não suportaria a perda dos braços escravos. Em 1867, Nabuco de Araújo, pai do futuro abolicionista Joaquim Nabuco, afirmou que a abolição imediata precipitaria o Brasil em um abismo profundo e infinito (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 174).

A data da abolição era desconhecida, mas o seu fim era, na segunda metade do século XIX, perceptível. Diante da iminência do fim da escravidão, para ganhar tempo, o governo promulga duas leis de caráter bastante questionável que precedem a Lei Áurea: a Lei do Ventre

Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885). A primeira lei decretava que, mediante indenização, toda criança nascida a partir de então seria livre, mas a mãe da criança permaneceria em cativeiro. A segunda lei torna livre os escravizados a partir dos sessenta anos. Como observa Viotti da Costa,

Por volta da década de 1880, era óbvio que a abolição estava iminente. O Parlamento reagindo ao abolicionismo de dentro e de fora do país, vinha aprovando uma legislação gradualista. As crianças nascidas de mães escravas foram consideradas livres em 1871, e em 1885, a liberdade foi garantida para os escravos com idade superior a 65 anos. O movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras, onde quase dois terços da população escrava estava concentrada. Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio em segmentos da população que simpatizavam com a causa abolicionista, grande número de escravizados fugiram das fazendas, a escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada, quase ninguém opunha-se à ideia da abolição, embora alguns reivindicassem que os fazendeiros deviam ser indenizados pela perda de seus escravos. O único grupo que, no Parlamento, resistiu até o último minuto foi o dos representantes dos fazendeiros de antigas áreas cafeeiras, para quem os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas. Em maio de 1888, eles votaram contra a lei que aboliu a escravidão (COSTA, 2010, p. 364).

Ambas as leis têm acanhado alcance, mas são importantes no cenário das discussões abolicionistas. A Lei do Ventre Livre liberta pouquíssimos escravizados, que são apartados de suas mães. Há humanidade e garantia de dignidade possível numa lei que, à revelia, separa os filhos de sua mãe? Para Schwarcz e Starling, “apesar de seu perfil tímido e da defesa de um modelo gradativo para o fim do sistema, significava um passo importante nessa direção” (2010, p. 299). Quanto à Lei dos Sexagenários, em verdade, poucos escravizados atingiam os sessenta anos e grande parte dos que alcançavam esta idade estavam incapacitados, pelos excessos nos duros anos de trabalho.

O caráter ultrapassado e conservador da medida gerou reações adversas, vale ressaltar que a essa altura o movimento abolicionista ganhara forças (SCHAWARCZ; STARLING, 2020, p. 306). Sem nenhuma indenização ou política assistencial, esses escravizados são despejados nas ruas. A Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário eram leis enganosas que não restituíam aos escravizados a liberdade e condições dignas de sobrevivência, retardando, em benefício dos proprietários de escravizados, o fim efetivo da escravidão no Brasil.

Não obstante, diante do recrudescimento dos movimentos abolicionistas, o Estado sem alternativas, promulga a Lei Áurea (1888) pondo fim à oficialidade da escravidão. Às vésperas

da assinatura do documento, ao fazer a abertura da sessão legislativa, na Fala do Trono, a princesa Izabel sentenciou:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários (GOMES, 2022, p. 49-492).

O texto da Princesa Izabel contém um caráter quase romântico ao partir da premissa de que fora a abolição um fato pacífico e desejado por todos. Não fora. A estudiosa Emília Viotti da Costa revela que os grandes proprietários resistiram até o último instante ao fim da escravidão, lutaram à exaustão pelo caráter indenizatório. A luta foi renhida, a princesa Izabel apenas oficializou abolição, pois os movimentos de luta dos escravizados estavam na ordem do dia e poderiam levar o país ao caos. (COSTA, 2010; GOMES, 2022). Ganhara forças nas ruas, nos debates públicos e, principalmente, entre os escravizados, forçando a uma radical redução do número de escravizados, mesmo antes do fim oficial da escravidão. Outrossim, contrariando a expectativa dos cafeicultores, a abolição veio sem a pleiteada indenização. O texto da Lei Áurea é curto e sucinto:

Art. 1º É declarada extinta desde a data dessa lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revoguem-se as disposições em contrário (GOMES, 2022, p. 39).

A exiguidade do texto revela, a um só tempo, sua premência e alcance aligeirado. Nas palavras de Schwarcz e Starling, “a libertação tardara demais, e representou o rompimento do último laço forte da monarquia: os cafeicultores perderam a esperança de ver seus bens ‘ressarcidos’ e divorciaram-se, de maneira litigiosa, de seu antigo aliado”. (2015, p. 310). Sem o apoio das classes dominantes, o governo não encontrou forças para resistir às pressões das mais diversas ordens – Igreja, cafeicultores, Exército. O resultado do “divórcio litigioso” foi que, no dia 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca, com apoio dos cafeicultores e do exército, proclamou a República no Brasil.

Obviamente, a questão da abolição, um dos mais sérios embates travados no período, perpassava pela questão econômica e racial. Libertar pretos escravizados de que forma? Sob quais condições? A preocupação gravitacionava em torno dos interesses dos senhores escravocratas, a discussão não era sobre a ignomínia da escravidão ou sobre a vida dos escravizados pós-escravidão, mas sobre cálculos capitalistas: Quem arcaria com os prejuízos? Essa era a pergunta chave, ao invés de: Como reparar os imensos danos causados a homens e

mulheres negras durante os mais de 300 anos de escravidão? Como incorporá-los à sociedade e dar-lhes acesso a tudo que lhes foi negado, educação, emprego, moradia, dignidade? Destarte, feita a abolição,

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativo, para eles a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca. Na ausência de qualquer iniciativa séria por parte do governo para garantir um futuro digno aos negros brasileiros após o 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, endereçou uma carta a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, eles reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 198).

Não é de conhecimento público se a carta efetivamente foi respondida, mas ela evidencia a preocupação dos libertos com reparação e inclusão diante da memória das atrocidades da escravidão, sendo a educação apontada como necessidade básica. A autora Maria Firmina dos Reis, sempre clama por liberdade e igualdade e aponta a educação como premissa para a igualdade e o progresso¹⁹. Contudo, o projeto de cidadania no Brasil, legitimado pelo racismo, não foi inclusivo, ao contrário, afastou negros e negras do acesso aos meios básicos de sobrevivência e à ascensão social. E as reivindicações continuam sendo reiteradas pelo Brasil republicano. A luta persiste.

A abolição não veio acompanhada de ações para permitir o acesso de negros à educação, ao trabalho e à terra, ou o direito de cultivar livremente suas crenças. Quando a República foi proclamada, menos de um ano depois da abolição, a cidadania dos negros não foi considerada nos projetos sociais da nova ordem política. Pelo contrário, o governo republicano teve como principal meta cercear a autonomia dos negros, garantir que o poder de mando dos antigos senhores fosse preservado. Com o argumento de que os negros eram capazes de viver sem rei, mas não sem feitor (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 312).

A abolição não trouxe a igualdade. Para negros e negras permanece, ainda nos dias atuais, a luta por inserção social e dignidade. Para Albuquerque (2009), o processo de emancipação dos escravizados foi marcado pela profunda racialização das relações sociais e a manutenção de certos esquemas hierárquicos foi o principal saldo do longo e tortuoso percurso que levou a sociedade brasileira à extinção legal do cativo em 1888, ou seja, “por dentro do projeto emancipacionista corria, de modo velado, subterrâneo, uma forma de se pensar as relações

¹⁹ Ver poema de Maria Firmina dos Reis nas páginas 41, 42, 43, 44 com grifos nossos.

sociais a partir de uma noção racial” (ALBUQUERQUE, 2009, p.75). A questão acerca da cidadania plena inquietava a todos: como conferir direitos civis em uma sociedade com alma escravista? O fim da escravidão não trouxe a cidadania plena para todos e um duro e excludente processo de segregação foi implantado no Brasil chegando até nossos dias.

2.2 O Maranhão no período oitocentista: *O Brasil que não está no retrato*

Maria Firmina dos Reis conviveu com muitas escravizadas e escravizados, sua própria mãe fora uma escravizada, mas recebeu a alforria. Por conseguinte, a autora teve acesso a incontáveis testemunhos sobre as ignomínias da escravidão, universo que transcreveu para seu romance, contos, poesias e músicas. Seus textos contêm uma fala assertiva contra o sistema escravocrata e a submissão das mulheres. Com uma escrita escrivente assentada em intersecções, narra como testemunha e interlocutora, uma época. Segundo a pesquisadora Ana Lúcia Silva,

Sendo assim, a análise das escrevivências de Maria Firmina dos Reis nos instigara a (re)pensar as vivências de africanos e seus descendentes no Brasil, do povo negro e das mulheres negras no contexto da diáspora africana, na sociedade oitocentista, escravocrata, patriarcal, racista e machista (SILVA, 2023, p. 213).

A obra firminiana é, assim, profundamente marcada por seu contexto societário. E Reis não se furtou a posicionar-se diante das violências cotidianas que observava, das notícias que chegavam do Brasil, dos relatos de sua mãe e avó (também ex-escravizadas). O Maranhão é presença constante em sua obra, embora, por vezes, não nominada, a província aparece sempre como uma referência idílica e romântica, é o pano de fundo paradisíaco onde as ações humanas se desenvolvem. Vejamos a seguinte descrição com a qual a autora faz a abertura do romance *Úrsula* (1859):

São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano de bonança calma, – branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo vasto correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que miudamente se afagam, e que depois desaparecem para de novo voltarem – os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito.

[...]

E altivas erguem-se milhares de carnaubeiras, que balançam pelo soprar do vento recurvam seus leques em brandas ondulações.

Expande-se-nos o coração quando calcamos sob os pés a erva reverdecida, onde a gota o orvalho chora no correr da noite esse choro algente, que se pendura da folhinha trêmula, como a lágrima de uma virgem sedutora, e que, arrancada do coração pelo primeiro gemer da saudade se balança nos longos cílios. Depois vem a ardência do sol, e bebe o pranto noturno, e murcha a flor, que enfeitiça a relva, porque o astro, que rege o dia, reassumiu toda a sua soberania; mas ainda assim os campos são belos e majestosos.

[...]

Quem haverá aí que não se sinta transportado a vista por esses vastos páramos ao alvorecer do dia, ou do arrebol da tarde, e não se deixe levar por um deleitoso cismar, como o que escuta o gemer da onda sobre areais de prata, ou o canto matutino de uma ave melodiosa!... a vista expande-se e deleita-se, e o coração volve-se a Deus, e curva-se em respeitosa veneração; porque aí Ele está (REIS, 2018, p. 49-50).

No último trecho transcrito, a autora nos convida a sentir a presença divina na cena que descreve. Apesar das belezas do cenário, há também os horrores da escravidão, bem como a subjugação das mulheres, narradas página por página, constituindo um depoimento bastante corajoso e amplo do período. *Úrsula* é um romance sobre a escravidão, o elitismo e o patriarcado. Se há dúvida sobre o lugar de inspiração da referida narrativa, Régia Agostinho da Silva faz a seguinte análise:

A descrição da paisagem, do clima, do solo, da vegetação, era uma prática comum na literatura romântica, na qual Maria Firmina pode ser enquadrada, lendo com lentes de aumento as belezas naturais, tecendo a própria ideia de uma nação majestosa, fértil, tanto do ponto de vista natural como do ponto de vista intelectual, cuja própria literatura, genuinamente brasileira, ainda estava se constituindo e se formando. A descrição de uma das maiores e mais ricas províncias do norte nos deixa entender que o narrador firminiano é um narrador que se enquadra na escola romântica [...] (SILVA, 2013, p. 14-15).

A descrição está contida nas primeiras páginas do romance *Úrsula* e, possivelmente, é uma descrição do lugar onde Firmina nasceu e produziu suas obras. Contudo, vale ressaltar que a visão romântica não obliterou a capacidade da autora de julgar lucidamente as mazelas sociais que assolavam o Maranhão e o Brasil no período oitocentista e sua pena não poupou críticas a essas assimetrias.

O Maranhão, terra natal de Maria Firmina dos Reis, resguarda algumas peculiaridades em relação às demais províncias do Brasil. É bastante comum na literatura histórica encontrarmos referências ao Maranhão oitocentista como “províncias do Norte”. O professor e historiador Yuri Costa, em seu artigo *Sociedade e escravidão no Maranhão no século XIX*, chama a atenção para a homogeneização que tal nomenclatura pode ocasionar, pois, segundo o

estudioso, a historiografia tradicionalmente utiliza o termo “províncias do Norte” sem atentar para as especificidades que a região apresenta, pois os processos colonizadores foram distintos na capital e no interior. Essa distinção é importante para compreendermos a amplitude da província no período (COSTA, 2018, p. 242). Certamente, São Luís era o principal polo econômico, político e social da colônia, mas outras regiões do interior tiveram importantes contribuições econômicas e políticas.

A província maranhense possuía singularidades também na sua conformação histórica - desde o período colonial, os trâmites econômicos e administrativos eram negociados e resolvidos diretamente com a metrópole. Essa condição possibilitou feições peculiares enquanto província. “A sede do governo ficava em São Luís do Maranhão e os contatos administrativos, financeiros e políticos eram realizados diretamente com Lisboa” (SCHWARCZ; STARLING, 2006, p. 263). Desse modo, embora compartilhasse características fundantes e estruturais semelhantes às demais províncias, como o latifúndio e a escravidão, o contato direto com a metrópole deu contornos diferenciados à história do Maranhão. Esses marcos, oriundos do período colonial, são determinantes para entendermos as especificidades e os jogos de interesse no Maranhão pós-independência.

Apesar de sua primazia nos contatos com a metrópole, o Maranhão não despertou de pronto o interesse da Corte no tocante à efetivação da colonização, situação modificada a partir de 1755, com a fundação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão, pois “A companhia monopolizou as redes de comércio que permitiam a exportação de algodão e a entrada de escravos e produtos metropolitanos e, dessa forma, conseguiu controlar os produtores” (COSTA, 2018, p. 245).

Desse modo, a Companhia Geral do Comércio do Maranhão trouxe grande impulso à economia maranhense e ao tráfico de escravizados, mas não solucionou todos os problemas dessa província.

A segunda metade do século XVIII e o início do XIX, é considerado o período de ouro da província maranhense. O Maranhão foi um porto com grande fluência de entrada de escravizados, a companhia também foi responsável pela organização e potencialização do comércio. A partir da Independência, as oscilações econômicas se fizeram presentes de maneira contundente, o algodão era, nesse período, o principal produto econômico da região e sua oscilação contribuía para a ascendência ou decadência econômica. Yuri Costa faz uma análise sobre o período:

Novo desafio foi superar a instabilidade gerada pelo contexto de Independência o que desorganizou a produção algodoeira entre 1822 e 1823. Os anos de 1824 e 1825 não foram mais promissores, haja vista a diminuição da produção local, gerada agora pela seca e por uma nova queda de preço no mercado europeu (COSTA, 2018, p. 245).

Quando a lavoura cafeeira se tornou proeminente no Brasil, em meados do século XIX, e o império *era* o café, a província do Maranhão *era* o algodão. Reinando como principal produto do sistema agroexportador da região, o algodão gerou opulência e suas crises cíclicas reverberaram em toda a sociedade. O arroz e o açúcar também foram produtos de destaque, contudo, a concorrência com o açúcar antilhano fez sucumbir a produção açucareira, que também foi afetada pela crise da mão de obra, pois, a partir da Lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico Atlântico, houve o início ao traslado de escravizados do Nordeste para o Sudeste (COSTA, 2018).

As análises historiográficas mais recorrentes analisam o Maranhão oitocentista como marcado por constantes tentativas de revitalização econômica, o período é classificado pelo chamado “decadentismo”, ou seja, a crise do sistema agroexportador, que se espalha em todos os aspectos da sociedade. “O decadentismo foi marcado por um intenso sentimento de falta, caracterizando o Maranhão monárquico enquanto um contexto de ausência daquilo que o passado colonial e opulento proporcionou à região” (COSTA, 2018, p. 246). Yuri Costa, no entanto, chama a atenção para o fato de que o Oitocentos no Maranhão não foi vivenciado apenas por crises perenes, mas, em verdade, uma constante alternância entre crises e recuperação econômica, a *ideologia da decadência*²⁰, segundo o pesquisador, não parece considerar tal fato e constrói uma narrativa na qual se desconsidera os períodos de ápices econômicos vivenciados na província maranhense no referido período (COSTA, 2018). A nomenclatura decadência/decadentismo é bastante rígida e não permite flexões, eliminando as oscilações que marcaram a economia do período, com ascensões e reveses.

A classe dominante maranhense resistiu à ruptura de laços com Portugal, pois possuía estreitos vínculos com Lisboa. Vencida a resistência, a Independência gerou para o Maranhão problemas idênticos aos que atravessavam as demais províncias – instabilidade política, pesada

²⁰ O professor e pesquisador Yuri Costa afirma que o termo *ideologia da decadência* foi cunhado por Alfredo Wagner Almeida, que assim se refere ao período: “As interpretações gravitam em torno da falta de conhecimento profissionais’, ‘falta de capitais’, falta de braços’ ‘falta de comunicações apropriadas’ e ‘falta de terras por causa do gentio’. Contudo, o professor acredita que a terminologia possui limitações (ALMEIDA, 2008, p. 22 apud COSTA, 2018, p. 246).

tributação, crise econômica (SCHWARCZ; STARLING, 2006). A situação arrastou-se no período regencial, conduzindo a uma das mais expressivas rebeliões da Regência - a Balaiada. Movimento com forte presença da população menos favorecida, o Maranhão foi a tradução da insatisfação contra as opressões e desigualdades sociais. Conforme análise de Schwarcz e Starling,

Os grupos que mais sofriam com tal situação eram os trabalhadores, camponeses, vaqueiros e escravos – e foram esses grupos que se mobilizaram desde o início contra as injustiças que grassavam na região. Mas eles não eram os únicos setores insatisfeitos na população: os profissionais liberais maranhenses, também descontentes, passaram a reivindicar mudanças nas eleições locais e fundaram um jornal de nome *O Bem-te-vi* com o objetivo de difundir os princípios republicanos e federativos aos quais haviam aderido. Para aumentar a pressão, esses mesmos setores médios e urbanos se aproximaram das camadas mais pobres da população, compartilhando reivindicações comuns. A revolta se iniciou em 1838, sem grande mobilização ou clareza de metas e ganhou o apelido de um dos seus líderes: Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, por alcunha o Balaio (SCHWARCZ; STARLING, 2006, p. 264).

O estopim para o início do movimento foi a prisão de um político do Maranhão com estreitas ligações com os cabanos do Pará. Seu nome era José Egito. A Balaiada foi uma complexa rebelião regencial com participações heterogêneas - vaqueiros, artesãos, lavradores, indivíduos sem ocupação, aquilombados e, por outro lado, fazendeiros que no final abandonam o movimento, temendo sua radicalização, o que colocou em xeque o poder instituído, a unidade territorial do império, a grande propriedade e a própria escravidão. A temida radicalização não tardou. Os escravizados participam ativamente do movimento sob a liderança de Cosme Bento, mais conhecido como “Negro Cosme”, que organizou a resistência “na região de Itapecuru e do Baixo Parnaíba, com destaque para o quilombo Lagoa Amarela, em Brejo, articulando um dos últimos focos de resistência às autoridades dos Império” (COSTA, 2018, p. 256). Por conseguinte, a repressão foi violentíssima:

Para combater o movimento, a Regência enviou ao Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva [...] os setores médios que até então apoiavam o movimento, preocupados com os caminhos que eles tomavam, acabaram por apoiar as forças militares imperiais. A insurreição foi contida em 1841, deixando um saldo de 12 mil sertanejos e escravos mortos nos combates, os revoltosos presos foram anistiados por Pedro II, e a vitória levou o coronel Luís Alves de Lima e Silva a ser condecorado com o título de “barão de Caxias” (SCHWARCZ; STARLING, 2006, p. 265).

Outras rebeliões sacudiram o período regencial: Cabanagem, Sabinada, Malês, Farroupilha, entretanto é notório que as punições mais severas foram reservadas aos movimentos de caráter mais popular com ampla presença de negros e escravizados. Pela eficácia das execuções, Luís Alves de Lima e Silva alcançou fama, reconhecimento e condecorações. Debelado o movimento, as classes dominantes locais passaram a conviver com o medo de uma nova onda de insurgência.

É nesse cenário convulsionado do II Reinado, esticado por diferentes tensões, que a potente obra de Maria Firmina vem à tona. Diante das crescentes reivindicações e lutas em prol da abolição, a autora colocou-se como sujeita ativa da sociedade em que vivia ao escrutinar os horrores e as mazelas da escravidão, dando ênfase, no escopo de sua produção literária, à voz dos oprimidos em luta por justiça e igualdade. Seu romance inaugural foi escrito em 1859, no contexto das efervescentes discussões sobre justiça e liberdade.

No Maranhão do século XIX, as famílias tradicionais dos ricos proprietários de terras e escravizados entraram em disputas pela hegemonia do poder político. A busca por concessões, favorecimentos, mercês e privilégios deu origem ao clientelismo que marcou a política do Oitocentos. O *paradigma da família* e os acordos a ele concernentes garantiram a governabilidade e a estabilidade política. Os revezamentos nos cargos públicos pretendiam acalmar os ânimos aflorados, assegurando o clima de paz e os laços de solidariedade entre as classes dominantes. Dessa forma, asseguraram permanência no poder e estabilidade política. Por conseguinte,

O fim do Período Regencial inaugurou uma organização política baseada na intensa relação entre centro e periferia. As práticas federalistas ensaiadas com o Ato Adicional de 1834, muito embora posteriormente atingidas pelo recrudescimento da política centralizadora adotada a partir de 1837, consolidaram os interesses das elites regionais como elemento a ser observado pela administração central do Império. A partir daí, o arranjo político-institucional sustentou sua engrenagem na difícil conciliação entre a afirmação do poder da Corte a vazão aos interesses das elites provincianas (COSTA, 2019, p. 144).

O governante, amparado em seu carisma e no poder advindo do Poder Moderador, distribuía cargos, emitia títulos nobiliárquicos numa grande fluência de interesses. No Maranhão, como em todo território brasileiro, o interesse das classes dominantes, apesar das divergentes facções partidárias, era fazer perdurar a estrutura fundiária e a escravidão. Contudo, há que se observar que o mesmo governante que nomeia, destitui. Essa é parte importante do poder moderador, e é nesse jogo, de soltar e reter, que a política no II Reinado foi construindo

suas feições oligárquicas. Esse mecanismo estava na base de sustentação do poder político no Oitocentos, uma profunda mescla entre a esfera pública e privada.

Daí porque o entendimento da dinâmica política do Império depende, em grande parte, do estudo de suas “extremidades”, da trama desenvolvida em nível local e de seus mecanismos de diálogo ou de resistência com relação ao poder central. Entendo que a política desenvolvida na província do Maranhão pode ser integrada a essa dinâmica. A rarefeita estabilidade ali construída dependeu da capacidade das elites locais de, em um constante jogo de aproximação e repulsa com a Corte imperial, digladiarem-se sem solapar a ordem e os valores consensualmente perseguidos pelas elites, tais como a estrutura fundiária e o escravismo (COSTA, 2019, p. 144),

Na ponta dos dois extremos estava o imperador Dom Pedro II que, segundo definição de Raymundo Faoro, governa “dentro da burocracia, não contra ela. O governo tudo sabe, administra e provê. Ele faz a opinião, distribui a riqueza e qualifica os opulentos” (FAORO, 2004, p. 393). Na outra extremidade, estão as classes dominantes locais, que afrouxavam o poder central. Esses grupos, vinculados ao centro, orbitando sob sua esfera, garantiram sua manutenção e seus privilégios. Entre as trocas de mercês e privilégios entre a província e a Corte, decerto que o cargo mais almejado era o de presidente de província, este cargo era concedido, ou retirado pelo Poder Moderador. Yuri Costa observa que “no Segundo Reinado, com 49 anos de duração, o Maranhão teve 43 presidentes, sem contar que mais de 40 assumiram o posto de forma interina” (COSTA, 2019, p. 147). Essa ciranda entre os cargos era uma prática comum não apenas no Maranhão, mas em todo o país e é bastante ilustrativa dos jogos de poder que marcavam a política do período.

No Maranhão, uma forma de escapar das crises cíclicas que acometiam as lavouras maranhenses era concordar com o poder imperial. No âmbito local, diferentemente, as relações eram entremeadas, ocasionalmente, por confrontos locais que beiravam a *guerra civil* - um vale tudo mal disfarçado de política envolvendo mortes, roubos, difamações, todos os sortilégios eram válidos na disputa de poder (COSTA, 2019, p. 147). No entanto, em relação ao poder central, o ideal entre os partidos maranhenses era a conciliação,

Ao longo do Império, uma das preocupações centrais dos grupos políticos no Maranhão foi construir sua hegemonia regional através da relação com as esferas de poder no Centro-Sul. Na corrosiva crítica que fez a tal política, João Francisco Lisboa destacou a tendência dos partidos em apoiarem a Corte, apenas encontrando razões para a criticar quando não possuíam outro recurso para sua reprodução. Nesse quadro, as facções desenvolviam um estranho e mesmo cômico teatro de subserviências, tendo como principal foco de encenação a fidelidade à Coroa (COSTA, 2019, p. 147).

O fator que não era alterado nessa ciranda de disputas partidárias era o interesse comum na manutenção do regime escravocrata e da posse da terra. Numa extensa cadeia de dominação e clientelismo, as classes dominantes, aliadas do poder central fizeram perdurar as estruturas vigentes, enquanto ganhavam tempo para se reorganizarem em novos arranjos de interesses e manutenção de privilégios e opulências. O contexto das lutas pela abolição foi determinante para o reordenamento e acomodação de papéis de comando que adentram o período republicano.

No Oitocentos, o Maranhão possuía uma configuração social profundamente marcada pelas desigualdades e exclusão social. A desumanidade da escravidão gerou rebeliões de diversas ordens e lutas por liberdade que sacudiram com força a sociedade. É importante ressaltarmos que a proporção de escravizados era bastante relevante. Vejamos:

Nos primeiros anos do Império, preponderou na província uma população de negros escravizados sobre a de homens e mulheres livres [...] 30,8% da população era composta por brancos e 64% por negros e mulatos, livres ou cativos. Nesse mesmo momento, a população da Capitania do Maranhão era de 78.694 habitantes. A partir dos apontamentos do coronel Antônio Pereira do Lago, Josenildo Pereira registrou que, em 1822, quando o número de habitantes da província foi estimado em 152.893, havia 77.914 escravos, correspondentes a 51% do total da população. Em São Luís, que concentrava um maior contingente de cativos, o número percentual de escravos chegou a 62% da população (COSTA, 2018, p. 247).

Os percentuais descritos foram bastante modificados com alterações em curso no país, notadamente a Lei Eusébio de Queirós (1850), que promoveu o tráfico interprovincial, diminuindo, sobremaneira, a quantidade de escravizados no Maranhão. Destarte, segundo dados apresentados por Yuri Costa,

A partir de 1850 houve considerável declínio da população cativa. Em 1875, segundo os apontamentos de Antônio Cândido de Moraes Rego no *Almanak Administrativo da Província* do Maranhão, a população de toda a província [...], era de 348.495 pessoas, sendo 274.528 homens e mulheres livres e 73.967 escravos. Ou seja, em meados da década de 1870, a população cativa no Maranhão correspondia a apenas 21,2% (COSTA, 2018, p. 247).

O percentual de escravizados cai drasticamente, como apontam os dados de 1875, devido a uma miríade de fatores, para além da Lei Eusébio de Queirós: o aumento no valor dos escravizados, o próprio contexto da abolição da escravidão, pois o acirramento dos embates ocasionou uma série de fugas, acordos e alforrias. Conforme analisa Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho, “desde então, possuir escravos passou, aos poucos, a ser o privilégio de alguns, especialmente dos mais ricos” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 175), e o

ano de 1850 foi decisivo nesse desequilíbrio. Em todo Brasil, o período anterior à escravidão foi marcado pelo decréscimo do número de escravizados e escravizadas. No livro *Escravidão* Vol. III, Laurentino Gomes, no capítulo intitulado *Pânico*, refere-se ao momento de terror vivenciado pelas classes dominantes pela africanização e violência dos escravizados em luta pela liberdade. O autor cita um anúncio de jornal pernambucano *Diário de Pernambuco* de 1866:

Uma negra com algumas habilidades de 17 anos
 Uma mulata idem de 16 anos
 Uma moleca fula, bonita figura de 12 anos
 Um moleque idem de 9 anos
 Um negro da Costa de 37 anos
 É tempo de aproveitar (GOMES, 2022, p. 479).

“É tempo de aproveitar”, o que significa esta frase que encerra o anúncio? O que urge? O contexto revolucionário que sacode o país e coloca em xeque a perpetuação do esteio de toda a sociedade imperial - a escravidão anuncia seu declínio. No Norte e no Nordeste do Brasil, as transformações foram sentidas com mais força e pujança, com uma “diminuição significativa da população cativa em decorrência da maior demanda de trabalho nas lavouras de café das províncias do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 175). Em discurso reproduzido por Laurentino Gomes, um proprietário do Vale do Paraíba afirma que a abolição realizada açodadamente seria não apenas um erro social, como “também equivale a se preparar a ruína da nação” (GOMES, 2022, p. 481). Já pontuamos em tópicos anteriores que as classes dominantes temiam o fim da escravidão, mas já reconheciam a sua inevitabilidade.

O Maranhão era um importante porto de entrada de escravizados durante o período colonial, atividade que perdurou durante o império. Os primeiros registros do tráfico datam de meados do século XVII, quando o padre Antônio Vieira solicita que a mão de obra utilizada no Maranhão fosse a escrava africana, em substituição à escrava indígena. A Igreja, a essa altura, reconhecia a *humanidade* dos indígenas, no entanto, não aplicava os mesmos princípios aos escravizados africanos (COSTA, 2018, p. 250). A escravidão africana era a sustentação da economia agroexportadora maranhense e sua decadência comprometeu toda a prosperidade da região. Diante da crise de abastecimento no país, o Maranhão tornou-se importante fornecedor para as regiões de predominância do café, o eixo Centro-Sul,

A maioria dos escravos exportados pelo Maranhão seguia para o Rio de Janeiro, fato explicado pelo pioneirismo dessa província na produção cafeeira.

Porém, a partir da década de 1860, a província de São Paulo vivenciava o crescimento da produção de café e passou a disputar os escravos maranhenses (COSTA, 2018, p. 252).

O intenso fluxo de escravizados que entravam e saíam do Maranhão marcou toda a sociedade. Para Agenor Gomes, conterrâneo e herdeiro crítico de Maria Firmina, o impacto desse intenso trânsito na vida e obra da autora é notório. Em sua análise, Gomes afirma que os personagens escravizados Túlio, Susana e Antero são frutos de um intenso convívio de Firmina com os locais. A descrição da África no romance *Úrsula* é pormenorizada, rica em detalhes, assim como a própria experiência do tráfico é narrada com requinte. A narrativa firminiana é bastante realista. Na palestra *Muitas Áfricas na Guimarães de Maria Firmina*²¹, Gomes defende que a inspiração para a escrita tão rica em detalhes vem do que Firmina observa e ouve ao conversar com escravizados do seu entorno (GOMES, 2022).

A intensa presença de negros e negras escravizados fez do Maranhão um campo propício para as intensas lutas por liberdade. As alternativas eram diversificadas: fugas, formação de quilombos²², rebeliões, negociações, etc. Nos *Livros de Registro de Crimes e Fatos Notáveis*, da Chefatura de Polícia, há registros dessas ocorrências:

Incêndio praticado por um preto escravo na Vila do Rosário” [Rosário, 1 de janeiro de 1860]. “Fuga de escravos presos na Vila de Itapecuru-Mirim, na casa de Ana Quirino de Araújo” [Itapecuru, 7 de janeiro de 1860]. “Manuel, escravo do tenente Mariano Lourenço Bezerra, tentou matar com um tiro de espingarda o seu proprietário” [Vargem Grande, 26 de janeiro de 1865]. “O escravo Tomé assassinou seu proprietário, Vitório Joaquim Rodrigues de Oliveira” [Grajaú, 2 de novembro 1865]. “Foram indiciados Frederico Gonçalves e seu escravo Benedito, por cometerem homicídio contra o português Joaquim Antônio Ferreira”. [São Bento, 4 de novembro de 1865]. “O preto Guilherme, escravo de Francisco Coelho Albuquerque, cometeu tentativa de homicídio contra seu proprietário” [Barra do Corde, 17 de janeiro de 1868]. “Homicídio praticado pelo escravo Aprígio, que matou seu Senhor João Lázaro da Silva de forma “horrorosa” chegando a decepar seus membros [São Luís Gonzaga, 12 de novembro de 1879] (MARANHÃO, 1873, fls. 54-258; MARANHÃO, 1881, fls. 43-181 *apud* COSTA, 2018, p. 255).

²¹A palestra foi proferida no **Ciclo de palestras: 200 anos de Maria Firmina dos Reis**, em 2022. As palestras, foram realizadas por estudiosos da vida e obra firminiana e faziam parte do curso promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa em parceria com a Romã Atômica Produtora. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7mLHpg_9i6A.

²² Em alguns quilombos a organização, inclusive econômica, desfaz possíveis suposições de isolamento e produção voltada exclusivamente para a subsistência. Ao contrário, os quilombos tiveram importância e complexidade, desenvolvendo diversificada produção agrícola com relativo comércio com o entorno. (COSTA, 2018, p. 257)

O volume de ocorrências deixa evidente que durante o Império o número de insurgências era significativo, principalmente a partir da segunda metade do período. Diante dos horrores da escravidão e das mais perversas formas de contenção, as negociações e os conflitos foram contínuos. A historiografia, apenas muito recentemente, tem revisitado o tema, pressionada por novas abordagens propostas pelos estudos decoloniais e por pesquisadores comprometidos com as lutas antirracistas que buscam, efetivamente, questionar e desmitificar a história única oficializada no Brasil e a falaciosa passividade dos escravizados e escravizadas durante a vigência da escravidão no Brasil e suas fortes implicações na atualidade. No livro *Negociação e Conflito*, João José Reis amplia bastante o conceito de resistência dos escravizados:

Tema apenas periférico na historiografia tradicional, a resistência ao trabalho escravista tem inspirado, nas últimas três décadas, uma produção significativa tanto no Brasil quanto no exterior. Por toda a parte, e não sem polêmicas, abre-se um leque de questões que vão das formas explícitas de resistência física (fugas, quilombos e revoltas), passando pela chamada resistência do dia-a-dia – roubos, sarcasmos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos –, até aspectos menos visíveis, porém profundos, de uma ampla resistência sociocultural (REIS, 1989, p. 62).

O autor acredita ser a fuga a “unidade básica da resistência no sistema escravista” (REIS, 1989, p. 62). Por conseguinte, a fuga não deve ser banalizada, pois “é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores, garantindo-lhes espaço para a negociação no conflito.” (REIS, 1989, p. 63). A rebeldia escrava é parte da anatomia do regime escravagista brasileiro – onde houve escravidão, houve resistência, exatamente por isso, senhores e governantes empreendiam violentas sanções contra os rebeldes, mas foi impossível conter as lutas emancipatórias.

No contexto das acirradas lutas dos escravizados, ocorreram debates parlamentares e campanha abolicionista em todo o Brasil, Maria Firmina Reis compõe, em 1871, um hino pela liberdade dos cativos:

HINO À LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
 Da nefanda Escravidão!
 Aqueles que antes oprimias,
 Hoje terás como irmão!
 (REIS, <https://lintrab.blogspot.com/2013/04/hino-liberdade-dos-escravos.html>)

Reis teve participação ativa no movimento pró-abolição. No poema, deixa claro o seu posicionamento antiescravagista e seu compromisso ético, clamando, não apenas por liberdade, mas por igualdade. Para a autora, a escravidão seria a antítese do progresso para a nação. Este posicionamento é manifesto em quase todos os seus escritos, Firmina nunca se conformou com a “nefanda” escravidão que colocava em lugar de subserviência outros seres humanos. O poema também possui nítido caráter nacionalista, presente em outras obras firminianas. Desse fato, depura-se que Firmina defende abolição e a igualdade. Essa postura crítica, obviamente, vai de encontro ao pensamento dos senhores de escravizados, em luta por garantirem o direito às suas propriedades.

A Guerra do Paraguai foi decisiva na província maranhense para aumentar as fugas e rebeliões. O conflito, devido à ferrenha resistência de Solano López, prolongou-se mais que o esperado. Diante das baixas, o governo Imperial determinou que as províncias enviassem 1% de sua população para a guerra (COSTA, 2018, p. 256). O recrutamento compulsório ampliou o cenário de crise, provocando deserções e fugas. Foram enviados aos campos de batalha “aproximadamente 3.000 homens, muitos deles milicianos da Guarda Nacional, o que correspondia à quase totalidade da tropa de linha” (COSTA, 2018, 256). Sem esses efetivos, o caos foi instaurado, os escravizados aproveitam-se da escassez das forças de repressão e acirraram as contendidas pela emancipação.

A abolição é o resultado de um processo que começou no navio negreiro. É uma luta engendrada, cotidianamente, por gerações. A história contada nos anais da história e que alcança as escolas brasileiras, nega o protagonismo de mulheres negras e homens negros na luta por sua integridade e autonomia. Em seu projeto de nação, as classes dominantes impuseram um projeto civilizatório branco, excludente e genocida. Onde está a história desse povo? A desigualdade está presente em todos os aspectos da sociedade brasileira, dando-lhe contornos bastantes específicos. Reafirmamos que o racismo é fundante e explicativo do Brasil e, neste sentido, estudar o pensamento e a obra de Maria Firmina dos Reis é pensar a história com novos protagonistas, o que colabora com a construção de um Brasil mais plural, diverso e inclusivo.

Maria Firmina dos Reis tem muito a contar sobre a sua época, oferecendo uma oportunidade de lapidarmos a compreensão da sociedade brasileira a partir da ótica do povo preto. Seu depoimento é o de uma mulher que não se submeteu aos pressupostos societários calcados no patriarcado, no paternalismo, na escravidão e no racismo. O romance *Úrsula* e o conto *A Escrava* são depoimentos que denunciam a escravidão e anunciam novos sujeitos – negros/as e mulheres, em um contexto em que fervilhava a discussão e a luta pela abolição da escravidão.

O romance *Úrsula*, escrito em 1859, antecipa os discursos libertários, sendo, portanto, o primeiro romance abolicionista da história. No auge das campanhas pelo fim da escravidão, a escritora lança na *A Revista Maranhense*, nº 3, 1887, novos poemas e o conto *A Escrava*, no qual denuncia os maus-tratos e a crueldade da escravidão. Esta talvez seja a obra mais abolicionista da autora. Que mais uma vez reforça o horror da escravidão e a urgência da liberdade. Maria Firmina intensifica, através das suas obras, o seu pensamento antiescravagista, emancipador e libertário.

3 E EU NÃO SOU UMA MULHER? APRESENTANDO A TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINAA DOS REIS

“Sei que vocês sentem comichões e vontade de vaiar quando veem uma mulher de cor se levantar e falar de coisas e dos direitos das mulheres. Nós fomos tão rebaixadas que ninguém pensou que iríamos nos levantar novamente; mas já fomos pisadas por tempo demais, vamos nos reerguer, e agora eu estou aqui” (Sojourner Truth).²³

Como vimos no capítulo anterior, no século XIX, o Maranhão era uma sociedade agrária, escravocrata e patriarcal. Maria Firmina dos Reis nasceu, cresceu e viveu cercada por escravizadas e escravizados, mulheres, homens, pobres, negros e negras forras, como sua mãe, que narravam suas experiências - a vida em África, o tráfico negreiro e a indignidade do cativo no Brasil. A argila que moldou a consciência crítica e a escrita da autora vem desse lugar. Reis foi uma testemunha do contexto societário do oitocentos e vivenciou muito de perto a hediondez do sistema escravagista e do patriarcado. Como nos lembra Rafael Balseiro Zin,

Vale lembrar que qualquer escritor, localizado em uma determinada sociedade, não deve ser considerado apenas como um indivíduo capaz de exprimir sua originalidade e seu intelecto, mas, sobretudo, como alguém que desempenha um papel social específico, ocupando uma posição relativa em meio aos demais membros de seu grupo e correspondendo a certas expectativas de seu público leitor (2018, p. 16).

Maria Firmina dos Reis participou ativamente do seu contexto social, foi uma testemunha histórica atenta no Maranhão oitocentista, vivenciando suas agruras, suas transformações e permanências políticas e econômicas. Negou-se a silenciar diante das aflições dos desafortunados. Foi uma mulher negra e insubmissa do seu tempo e à frente dele. Utilizou sua tinta a bico de pena para expressar os anseios e as dores de mulheres e homens oprimidos. Maria Firmina dos Reis nos legou uma importante obra de reflexão crítica de uma época, inaugurando a literatura negra no Brasil. Muito ainda precisamos conhecer sobre a autora, mas sua vida e obra estão despertando interesse e recebendo singular atenção no campo das lutas antirracistas na contemporaneidade.

²³ Trecho do discurso de Sojourner Truth na convenção de Akron, Estados Unidos, no ano de 1851, defesa dos direitos das mulheres (TRUTH apud DAVIS, 2016, p. 73).

3.1 A interseccionalidade em Firmina dos Reis: uma mulher negra, pobre e nordestina afrontando as bases racistas do Brasil oitocentista

Devido à escassez de documentação, a história de vida de Maria Firmina dos Reis é envolta por muitas lacunas e questionamentos. Apesar das controvérsias em torno da data do seu nascimento, de acordo com os documentos mais recentes encontrados por Dilercy Aragão Adler, a probabilidade mais aceita atualmente é que a autora tenha nascido, de fato, em 11 de março de 1822²⁴. Mesmo ano em que o Brasil rompia laços com Portugal e festejava sua “independência”. Longeva, a autora faleceu em 1917, com 95 anos de idade, atravessou todo o período monárquico e testemunhou a aurora republicana do país. É nesse período de intensa agitação que Maria Firmina dos Reis observa e situa-se como agente na sociedade em que vive.

Firmina conviveu com escravizados e escravizadas em seu entorno, desenvolvendo uma profunda empatia e uma aguda crítica ao regime escravagista, que são a tônica marcante em seus escritos (MIRANDA, 2018). Certa feita, segundo relata seu primeiro biógrafo, Nascimento Morais Filho, sua tia sugeriu que Firmina fosse de palanquim²⁵ assumir o cargo de Mestre Régia, sugestão à qual Firmina reagiu assim: “Negro não é animal para se andar montado nele” (MORAIS FILHO, 1975, n.p.), ou seja, com essa resposta, Reis exprimia sua indignação com o tratamento desumano e perverso reservado aos escravizados e escravizadas no Brasil.

Maria Firmina nasceu na localidade de São Pantaleão, bairro periférico em São Luís, tempos depois muda com a família para o bairro do Rabecão, também na capital. Firmina ficara órfã aos cinco anos de idade, tendo sido cuidada por sua avó materna, Engrácia, e uma tia, Henriqueta Romano dos Reis que, segundo alguns pesquisadores, se encontrava em melhores condições financeiras e, inclusive, possuía um pequeno número de escravizados (TELLES, 2018, p. 40). Sua mãe era Leonor Felippa dos Reis e, apesar de ser ex-escravizada, era alfabetizada (GOMES, 2022). Pouco se sabe sobre a sua progenitora, entretanto, na biografia

²⁴ Em muitas pesquisas a data que aparece para o nascimento de Maria Firmina dos Reis é o ano de 1825. Em 2017, graças a estudos da pesquisadora e biógrafa de Reis, Dilercy Aragão Adler, a dúvida arrefeceu. A pesquisadora encontrou, no Arquivo Público do Estado do Maranhão, documentos comprobatórios sobre a data de nascimento da autora como 11 de março de 1822. A polêmica teve início, pois, segundo alguns de seus biógrafos, há relatos de que Reis pedira no cartório uma mudança da data de nascimento para que pudesse realizar concurso de Mestre Régia, segundo o qual precisaria ter 21 anos. Após as descobertas de Dilercy a dúvida foi atenuada (MIRANDA, 2018; MORAIS FILHO, 1975).

²⁵ Consiste numa espécie de liteira fechada ou de leito ou assento coberto, preso a um varal que é levado no ombro por dois, quatro ou seis homens ou, por vezes, no dorso de elefantes ou camelos. (Oxford Languages – Português. Disponível em <https://languages.up.com/google-dictionary-pt>)

organizada por Moraes Filho, há uma menção a D. Maria Felipa como uma “molata forra”, que fora escrava do Comendador Caetano Teixeira (MORAIS FILHO, 1975, n.p). Conforme estudos de Fernanda R. Miranda, o Comendador Teixeira nasceu em Portugal e era um próspero comerciante da província maranhense entre os séculos XVIII e XIX, “dono de empresas que negociavam por todo o Império colonial luso, sobretudo nas praças de São Luís, Belém, Porto em Guiné, assim como em outros domínios da África” (ADLER, 2017, p. 59).

O pai de Firmina era João Pedro Esteves, poucas referências são encontradas sobre ele. Segundo as linhas parentais do período, por ser Firmina filha bastarda, ficaria afastada do gozo de herança de quaisquer bens que porventura seu pai possuísse. Conforme a lei em vigor no século XIX, filhos ou filhas frutos de relacionamento “sacrílego ou adúltero”, não poderiam ser legitimados (MATTOSO, 1988, p. 48).

A mãe de Firmina ficara grávida e fora alforriada? Casou-se? Não é de conhecimento a sequência e correlação entre esses fatos. Contudo, para Kátia Queirós Mattoso, “a hipótese de uma união legal com escrava, mesmo mulata, quase branca, é por lei, totalmente excluída” (MATTOSO, 1988, p. 180). O concubinato foi frequente no Brasil colonial e permaneceu no período imperial, na maioria das vezes fez parte das violências a que a mulher negra estava submetida na sociedade, subjugadas aos senhores brancos. Por outro lado, o discurso da Igreja era fervorosamente contrário a tais práticas e orquestrava a ideia de que o concubinato era um “desregramento da sociedade brasileira” (MATTOSO, 1988, p. 180-181), o que não impedia que o ato persistisse com o silenciamento e convivência da sociedade.

Conforme nos lembra Mattoso, no oitocentos, “No sentido mais amplo possível do termo, a família representa nesse quadro um papel essencial, elemento tanto de coesão social quanto de abertura do mundo exterior” (MATTOS, 1988, p. 180). Ademais, a família de Maria Firmina era mais um exemplo dessa intrincada teia parental do século XIX, não se constituía em um caso isolado, sua originalidade reside no fato da presença quase que exclusiva de mulheres no seio familiar: avó, mãe, tia, irmã, prima. Essas mulheres, segundo a própria Firmina, foram seu esteio e sua base (MORAIS FILHO, 1975, n.p). No Brasil oitocentista, observavam-se inúmeros filhos e filhas frutos do concubinato e, conseqüentemente, excluídos do convívio e do prestígio da família paterna.

Apesar do nome do pai constar em sua documentação de nascimento, não há registros encontrados, até agora, que apontem para a presença paterna na vida da autora. Sendo filha de um homem branco e uma mulher negra, Reis conheceu de perto os arranjos familiares

característicos do período. Sua obra navega pelos impedimentos e sofrimentos físicos e emocionais causados pelo patriarcado às mulheres.

Outrossim, Maria Firmina dos Reis não fez parte da elite branca, privilegiada, herdeira de mercês e privilégios da sociedade maranhense oitocentista. Não foi a escrita que garantiu o seu sustento. No Concurso Estadual de 1847, foi a única aprovada para a instrução primária na província maranhense, recebendo o título de Mestra Régia. Maria Firmina é a primeira mulher aprovada em concurso público no Maranhão e passa a lecionar em Vila de Guimarães, no interior, exercendo a profissão até 1881, quando se aposenta. Mas, obstinadamente, a professora continua lecionando. Reis assegurou a sua autonomia com seu próprio trabalho, segundo importante análise de Angela Davis sobre a representação do trabalho na vida das mulheres negras, quer seja no período escravocrata, quer seja na atualidade:

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 17).

A pensadora Angela Davis ressalta a importância que o trabalho sempre ocupou na vida das mulheres vítimas do tráfico Atlântico. A desqualificação desse trabalho, ainda na contemporaneidade, é fruto do colonialismo que circunscreve na história ideologias inferiorizantes em relação ao trabalho braçal de mulheres negras e homens negros. As mãos de mulheres negras, no serviço doméstico ou no eito, edificaram a nação brasileira. Assim, o fato de ser concursada é uma outra singularidade de Maria Firmina, a autora faz parte de um número bastante restrito de mulheres que conquistaram independência financeira do *lado de fora de casa*: era uma professora em exercício de função e, portanto, uma mulher que *trabalha fora* e sustenta a si e aos que toma sob sua dependência. Por diferentes prismas, Reis foi inovadora e circunscreveu seu pioneirismo nas lutas das mulheres.

Quase nada conhecemos sobre o rosto de Maria Firmina dos Reis, este é um dos maiores mistérios em torno do seu nome, dando espaço para inúmeras controvérsias. A descrição mais conhecida foi feita pelo Sr. Leudes Guimarães e Sra. Nhazinha Goulart, filhos adotivos de Reis, e por Eurídice Barbosa, uma de suas alunas na escola mista de Maçaricó. Reis seria “uma mulher de rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã (1,58 mais

ou menos) e morena” (MORAIS FILHO, 1975, n.p). Segundo Leudes, os desenhos e fotografias que possuía sobre sua mãe foram roubados. Vejamos seu relato:

Quando vim para São Luís, depois de sua morte, trouxe muitos manuscritos seus. Eram cadernos com romances e poesias e um álbum onde havia muita coisa de sua vida e de nossa família. Mas os ladrões, um dia, entraram no quarto do hotel onde estava hospedado, arrombaram o baú, e levaram tudo o que nele havia. Só me deixaram, de recordação, os restos desse álbum, que encontrei pelo chão (MORAIS FILHO, 1975, n. p).

O diário de recordações, ou o que dele sobrou, foi entregue a Nascimento Morais Filho e, graças a ele, é possível entrarmos em contato com as observações pessoais da autora e sobre seu universo familiar e social. Firmina escreveu sobre suas dores, seus anseios e medos, sua solidão e melancolia. Também teceu críticas ao lugar social das mulheres e sua inconformidade com a situação. O primeiro texto registrado no *Álbum*²⁶ foi escrito em 1853, tendo a autora, portanto, 31 anos.

De compleição débil, e acanhada, eu não poderia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica. Uma espécie de educação freirática, veio dar remate a essas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estelas e as flores que minha avó plantava com esmero; talvez por isso eu amei tanto as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã, e uma prima querida, foram as minhas únicas amigas de infância; e nos seus seios eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos. [...] Vida, bem penosa me tens sido tu! Há um desejo há muito alimentado em minha alma, após o qual minha alma tem voado em infinitos espaços, e este desejo insondável, e jamais satisfeito, afagado, e jamais saciado, indefinível, quase que misterioso, é, pois, sem dúvida, o objeto único de meus pesares infantis e de minhas mágoas. Eu não aborreço os homens, nem o mundo, mas há horas e dias inteiros que aborreço a mim própria (REIS, 1853 apud MORAIS FILHO, 1975, n.p).

E, em outro trecho, prossegue a autora,

Amo a noite, o silêncio, a harmonia do mar, amo a hora do meio-dia, o crepúsculo mágico da tarde, a brisa aromatizada da manhã [...] amo o afeto da minha mãe querida, as amigas [...] e amo a Deus; e ainda assim não sou feliz, porque insondável me segue, me acompanha, esse querer indefinível (REIS, 1853 apud MORAIS FILHO, 1975, n.p).

Destarte, temos a imagem de uma mulher que se diz religiosa, mas melancólica. As referências a Deus e a presença de mulheres em sua vida são destaques, assim como a admiração pela natureza. A melancolia e o “querer indefinível” citados por Reis podem ter diferentes

²⁶ O *Álbum*, é uma denominação dada a páginas escritas pela autora contendo informações sobre sua vida, foi entregue a Nascimento Morais Filho, e consta como anexo da biografia da autora publicada em 1975.

origens. Seria o descontentamento com a solidão? A orfandade? A situação social de sujeição atribuída às mulheres? Sua condição étnica? Ou o conjunto de todas essas interrogações? Maria Firmina também descreve o seu biótipo como débil, não se considerava uma mulher com atributos interessantes, agravava-se a isso sua timidez. Para Firmina, sua condição física era responsável pela solidão que lhe acompanhara por toda a vida.

A autora deixa claro o reconhecimento que tem dos limites da sua condição de mulher e da educação “freirática” que recebera, através da qual deduzimos o seu caráter recluso, servil e de obediência, contra o qual Reis insurgiu-se. Firmina demonstra a sua indignação com tal modelo educacional, impugnando-lhe a responsabilidade pelos males que lhe afligem. Em destaque, também, a solidariedade entre as mulheres e a presença diuturna destas em sua vida, marcando, por justaposição, toda a sua obra. Basicamente o núcleo familiar e de convivência da autora é composto por avó, mãe, tia, irmã e prima.

Para compreendermos a solidão da mulher negra, o racismo e as intersecções são fundamentais, visto que, segundo bell hooks em sua obra *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2020), o pessoal é político e coletivo (hooks, 2020). Dessa maneira, o racismo que modela a sociedade brasileira espalha-se na afetividade de mulheres negras. hooks denuncia, ainda, que apenas com o fim do patriarcado o amor como ética de vida e prática de liberdade pode surgir (2020), ou seja, para a autora é impossível amar dentro de uma estrutura patriarcal, que nomeia quem tem direito à subjetividade e emocionalidade. “Em um mundo ideal, todos aprenderíamos na infância a amarmos a nós mesmos. Cresceríamos seguros do nosso valor e merecimento” (hooks, 2020, p. 107), as sociedades marcadas pelo racismo e patriarcado estão muito longe de serem modelos ideais de sociedade, principalmente para suas vítimas – mulheres negras e homens negros.

O racismo montou estereótipos sobre o corpo da mulher negra e tem fixado lugares sociais de subalternidade e exclusões:

Ser considerada feia, suja, ter seus traços fenotípicos desprezados são consequências dos ideais racistas e da ideologia da supremacia branca, onde pessoas da Europa ocidental (origem) e com traços fenotípicos semelhantes a este (pele branca clara, olhos claros, cabelo liso) são consideradas o padrão ideal a ser alcançado, enquanto outras origens e padrões fenotípicos são considerados padrões hierarquicamente inferiores aos da brancura (MIZAEL, *et al.*, 2021, p. 231).

Estudos recentes têm despertado interesse sobre a solidão da mulher negra no Brasil como consequência direta do racismo, com raízes plantadas desde o período colonial. Os corpos

femininos são produzidos historicamente (PACHECO, 2013, p. 28), os rótulos objetificados de mulheres com mais valorização (brancas) e menor valorização (negras), são, estritamente, uma construção social relacionada ao racismo e opressões de gênero e classe (MIZAEL *et al.*, 2021, p. 232). A afetividade não tem a mulher negra como signatária, o lugar reservado a essas mulheres é o da solidão.

Como solidão da mulher negra, referimo-nos a um amplo leque – solidão no trabalho, na afetividade-sexual, no matrimônio, no abandono parental (MIZAEL *et al.*, 2021, p. 232). Segundo Ana Cláudia Pacheco, “É sobre o ato de amar e ser amado que se alojam hierarquias sociais prescritas e as representações elaboradas a respeito do corpo da negra/mestiça” (PACHECO, 2013, p. 28). Invisibilizadas, estereotipadas, atravessadas por marcadores de inferiorização, a mulher negra permanece de fora do “mercado afetivo”, reservado para as mulheres brancas (CARNEIRO, 2020). O cerne desta discussão perpassa por questões interseccionais de raça e gênero:

Se de fato existe um modelo democrático de relações inter-raciais, como poderia explicar a “solidão” afetiva de mulheres negras (pardas e pretas) no Brasil? Sugiro que raça e gênero, quando combinados, são dois marcadores sociais que afetam mais as mulheres negras do ponto de vista de sua exclusão afetiva-sociocultural do que outros grupos (PACHECO, 2013, p. 51).

Maria Firmina, em vários trechos dos seus diários, narra sobre sua profunda melancolia, possivelmente, derivada de sua solidão. Por vezes, fala em morte, pois sendo uma mulher “feia” de educação “freirática” é, por consequência, uma mulher indigna para a cumplicidade afetiva. O trecho transcrito abaixo é um excerto do poema de Firmina *No Álbum de Uma Amiga*, presente na coletânea, *Cantos à Beira Mar* (1871)

[...] Os crus dissabores que eu sofro são tantos,
São tantos os prantos, que vivo a chorar
É tanta agonia, tão lenta e sentida
Que rouba-me a vida, sem nunca acabar.
[...] Não queiras a vida
Que eu sofro – levar,
Resume tais dores
Que podem matar.
É eu sofro todas, e nem sei
Como posso existir!
Vaga sobra entre os vivos, - mal podendo
Meus pesares sentir
(REIS, 1871, n.p).

Maria Firmina dos Reis carregava o peso da exclusão, e, como consequência, viveu isolada e sentindo-se desvalorizada, o que afetou, diretamente, sua autoestima. Esse panorama ainda emoldura a vida das mulheres negras na contemporaneidade, sendo, portanto, uma questão política e histórico-cultural (PACHECO, 2013). As narrativas estereotipadas, essencializadas e racistas perpetuam a invisibilidade e desvalorização da experiência emocional da mulher negra. Para a Professora Luciana Falcão Lessa:

A colonização, a memória da escravidão e o racismo impactam negativamente a autoestima e a subjetividade de mulheres negras, fazendo com que internalizemos as desigualdades, a sensação de sermos cidadãs de segunda categoria e de que alguns espaços não nos pertencem, e esta inferiorização cotidiana concorre para a negação da identidade negra (LESSA, 2020, p. 52).

O passado escravocrata e a persistência da colonialidade, inferiorizam o corpo da mulher negra, infundindo-lhes crenças subalternizantes. O resultado disso é a exclusão e o isolamento das afrodiáspóricas. A imagem da mulher negra é retratada exaustivamente como mão de obra braçal, portanto inferiores e desqualificadas, amas de leite e hipersexualizadas, aptas para o sexo. Em todos os casos, há o recolhimento do afeto e a proeminência da solidão da mulher negra.

Para Maria Firmina dos Reis, como a solidão e a melancolia eram constantes em sua vida, a escrita foi sua companhia recorrente. Infelizmente, muito da sua produção foi perdida. A literatura traçou rotas de fuga diante da dura realidade da autora, foi um espaço de crítica, de denúncia, de indignação e de insubmissão. Reis utiliza a escrita para externar sua inquietude e divergência com a escravidão e as opressões da sociedade oitocentista e para sublimar seu isolamento. Toda a sua produção tem como *leitmotiv* o contexto do Maranhão, o modo de produção escravista e a opressão de mulheres em uma sociedade patriarcal.

Pródiga, inclusive em sua vida pessoal, Maria Firmina dos Reis nunca se casou, mas criou onze filhos adotivos. O século XIX tinha na instituição familiar um forte esteio social e suas ramificações se estendiam para a vida política. Destarte, o celibato era temido pelas mulheres, pois era sinônimo de exclusão e marginalização. Segundo os ditames da época, a mulher nascera para cuidar da casa e procriar, essa era a concepção essencializada do que representava ser mulher no período oitocentista, a insubordinação era severamente punida. Segundo Kátia Mattoso, a falta do casamento,

Submeteria (as mulheres) totalmente à guarda e ao arbítrio absoluto de um irmão ou irmã e os obrigaria a criar filhos dos outros, enquanto que casando-se, gozariam o prestígio de ter sus próprios filhos, deles cuidar e de reinar

sobre um lar bem constituído e bem mantido. Os homens, estes são quase sempre economicamente independentes. Um solteirão pode gozar do prazer da paternidade procriando fora de qualquer laço familiar (MATTOSO, 1988, p. 154-155).

Maria Firmina era uma mulher solteira em uma sociedade patriarcal. Ainda não está compreensível para os seus biógrafos a razão pela qual Reis nunca se casou. Em seu *Álbum*, a autora relata com frequência o alto preço social de viver só - era muito difícil para uma mulher negra e pobre erigir-se contra o rígido e violento sistema patriarcal. O sistema patriarcal-racista, como o nomeia Lélia Gonzalez (2020), era calcado numa profunda e ostensiva desigualdade que separava homens e mulheres no período oitocentista e marca os contornos societários do Brasil ainda nos dias atuais. A *utilidade* das mulheres era circunscrita ao lar, a vida política era-lhes negada, pois, sequer, eram consideradas cidadãs. Lélia Gonzalez assinala que:

Nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentada por nossas condições biológicas de sexo e raça) suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitas não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. Não será necessário dizer que com todas essas características estamos nos referindo ao sistema *patriarcal-racista* (GONZALEZ, 2020, p. 141).

Os limites impostos pela sociedade patriarcal, racista e elitista não conseguiram silenciar a voz de Maria Firmina dos Reis, pois, apesar de toda ideologia condicionante, a autora escreveu de maneira diuturna e crítica, construindo uma corajosa obra denunciatória, abolicionista e crente no triunfo da liberdade e equidade diante das opressões. Reis leva para a literatura sua ousadia contra o sistema patriarcal-racista, suas personagens femininas são forjadas pela dignidade, pela coragem e insurgência. Em seus escritos, a brutalidade da escravidão é escancarada e as lutas das mulheres e homens negros ganham protagonismo.

A fotografia do Brasil apresentada nos escritos firminianos é singular. Em seus contos, poesias, peças e música, a autora, além de demonstrar grande erudição, permite-nos traçar um cordão umbilical com nossas raízes e ancestralidade negra e nos possibilita um claro entendimento da estrutura racista na qual o Brasil foi, planejadamente, edificado (MIRANDA, 2019).

Sua obra, profundamente política e crítica, caiu no ostracismo por aproximadamente cem anos. O romance *Úrsula*, escrito em 1859, foi localizado, casualmente, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida, em 1962, em um sebo carioca. O pesquisador

entregou o exemplar ao governador do Maranhão, Nunes Freire, e, no sesquicentenário de nascimento de Reis, foi organizada uma edição fac-similar da obra. Em 1973, Nascimento Morais Filho toma conhecimento da obra de Maria Firmina, referindo-se ao feito da seguinte maneira:

Descobrimo-la, casualmente, em 1973, ao procurar nos bolorentos jornais do século XIX, na “Biblioteca Pública Benedito Leite”, textos natalinos de autores maranhenses para nossa obra, “Esperando a Missa do Galo”. Embora participasse intensamente da vida intelectual maranhense publicando livros ou colaborando quer em jornais quer em revistas literárias quer em antologias – “Parnaso Maranhense” – cujos nomes foram relacionados em nota, sem exceção, por Sílvio Romero, em sua História da Literatura Brasileira, registrado no cartório intelectual de sacramento Blake – o “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” com surpreendentes informações, quase todas ratificadas em nossa pesquisa, Maria Firmina dos Reis, lida e aplaudida no seu tempo foi como que por amnésia coletiva totalmente esquecida: o nome e a obra! (MORAIS FILHO, 1975, n.p).

Inegavelmente, é graças à tenacidade de Morais Filho que muito se conhece da trajetória da autora, nominando-a como “a mais expressiva figura feminina maranhense”, e prossegue, “Assim, vemo-la despreziosa, mas convicta, editando livro: O PRIMEIRO LIVRO PUBLICADO POR UMA MARANHENSE” (MORAIS FILHO, 1975, n.p), trata-se do romance *Úrsula* (1859), em verdade, o primeiro romance publicado por uma mulher negra no Brasil. Nascimento Morais Filho foi o primeiro biógrafo de Maria Firmina dos Reis e seu livro intitulado *Maria Firmina – Fragmentos de uma Vida* (1975), versa a vida e obra de Reis, é leitura primordial para os que se debruçam sobre a escritora.

Em 1975, Josué Montello escreveu no *Jornal do Brasil* um texto elogiando a homenagem póstuma que Firmina receberia no Maranhão no momento da 2ª edição do romance *Úrsula* (a primeira fora em 1859): “A edição fac-similar de *Úrsula* permite-nos agora aprofundar, à luz de um de seus textos, que parece ser o mais importante que lhe saiu da pena, o talento literário da escritora” (MONTELLO, 1975, p. 6). A publicação do jornal fez uma láurea a Maria Firmina dos Reis por ocasião, não apenas do fac-similar do romance *Úrsula*, mas também pela inauguração de seu busto na Praça do Panteão, em São Luís do Maranhão, no dia 11 de novembro de 1975. Maria Firmina dos Reis continua sendo a única mulher a ter a imagem representada nessa praça, ao lado de outras dezessete personalidades maranhenses, todas do sexo masculino. Josué Montello, assim se refere ao feito:

No dia de hoje, o seu busto será inaugurado na Praça do Panteão, em São Luís. A cidade que lhe serviu de berço ressarce a dívida que tinha para com ela e

todos nós ignorávamos. E é de justiça reconhecer que isto se deve à pertinácia, ao espírito de pesquisa e ao metal da voz de Nascimento Filho (MONTELLO, 1975, p. 6).

FIGURA 1 – Busto de Maria Firmina dos Reis



Busto de Maria Firmina na Praça do Pantheon, em São Luís (MA). Não existe retrato da autora, e a escultura foi feita pelo escultor maranhense Flory Gama, a partir de um retrato falado. [1]
<https://www.portugues.com.br/literatura/maria-firmina-dos-reis.html>

Apesar da importância da descoberta de Horácio de Almeida, em 1962, da inauguração do busto e lançamento do fac-similar em 1975, o nome de Maria Firmina dos Reis iniciava timidamente sua trajetória de reconhecimento e visibilidade, embora todos esses acontecimentos trouxessem à borda o nome da autora. Todavia, Maria Firmina, enquanto fenômeno acadêmico e popular é recente, foi necessário um aglomerado de ações para projetar a autora e iniciar a sua consolidação em âmbito nacional. Graças às pressões do movimento negro, notadamente dos feminismos negros e dos estudos decoloniais, o nome de Reis tem ganhado relevância e o merecido reconhecimento e notoriedade (DUARTE, 2018).

Maria Firmina dos Reis escreveu contos, poemas, romance, músicas, enigmas, charadas, foi professora, pesquisadora, folclorista, escritora, compositora e intelectual. Rompendo as fronteiras dos limites impostos pela sociedade, publicou em diversos jornais. outro fato bastante incomum para uma mulher negra no Oitocentos.

Em 1860 publicou alguns poemas como colaboradora do jornal *A Imprensa*, assinando com as iniciais M.F.R. Em 1861, começa a publicar *Gupeva*, romance brasileiro, no jornal *Jardim das Maranhenses*. Em 1863 e 1865,

republica *Gupeva*, respectivamente nos jornais *Porto Livre* e *Eco da Juventude*. Em 1871, *Cantos à Beira Mar*, pela Tipografia da Paiz; em 1876 sai a segunda edição dessa obra em *fac-símile* (MIRANDA, 2019, P. 76).

A Verdadeira Marmota, *Seminário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *O Federalista*, são periódicos em que a autora publica com significativa recorrência (ZIN, 2018), com assuntos que versavam geralmente sobre poesia, música, cultura geral, etc. Na sociedade oitocentista, esse não era o papel legado às mulheres. Como a autora conseguiu essa ação disruptiva? E como Reis conseguiu publicar um livro no Brasil, no século XIX? Seus herdeiros críticos ainda buscam respostas a esses questionamentos.

Para a maioria dos estudiosos de Maria Firmina dos Reis, não foi sob influência de Francisco Sotero Reis, seu primo materno, que a autora ingressara nas atividades intelectuais e com constante presença em periódicos da época. Outrossim, segundo Balseiro Zin, o poeta Francisco Sotero Reis era um nome reputado no círculo intelectual maranhense, tendo sua importância reconhecida no tocante à “consolidação da opinião pública, para o alargamento da atividade letrada e para o fortalecimento de um pensamento político mais afinado com os valores e costumes da região” (ZIN, 2018, p. 18). Sotero dos Reis fundou muitos periódicos e foi figura destacada no ambiente literário e jornalístico do período. Mas, até o presente momento, não foram encontradas evidências que validem ter sido o literato um mentor para Maria Firmina.

Convém salientarmos que, em meados do século XIX, a presença feminina na imprensa, ainda que incipiente, não era nula. Há registros de mulheres que não apenas escreviam artigos para jornais, como também criaram periódicos. Essa brecha, obviamente, não tornava o ato um lugar comum, ao contrário, era uma marca da ousadia de poucas. Esse crescimento, no entanto, é provavelmente relacionado às leis imperiais que permitiam a escolarização de mulheres, conquanto o número das que acessaram à escola, era no mínimo, modesto, principalmente quando nos referimos às mulheres negras e pobres. Esses jornais, via de regra, eram voltados ao público feminino, com direção e edição de mulheres. Eram os periódicos mais destacados:

O Jornal das Senhoras (1852), de Joana de Paula Manso, editado no Rio de Janeiro, *O Belo Sexo* (1862), dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, publicado também no Rio de Janeiro, *O Sexo Feminino* (1873), de propriedade de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em Minas Gerais e mais tarde transferido para a Corte. Ainda na década de 1870, surgiu *O Domingo*, editado no Rio de Janeiro por Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, o *Jornal das Damas* e o *Eco das Damas*, de Amélia Carolina da Silva Couto, ambos de circulação na Corte. Já no final do século, são editados *Primavera* (1880) e a *Voz da Verdade* (1885), estes tiveram uma pequena duração. *O Direito das*

Damas (1882), de Idalina D'Alcântara Costa, no Rio de Janeiro, *A Família* (1888) dirigida por Josefina Álvares de Azevedo, no Rio de Janeiro e finalmente a Revista *A Mensageira* (1897), dirigida por Prisciliana Duarte de Almeida, em São Paulo (SOUZA, 2012, p. 13).

A princípio, temendo represálias, as mulheres assinavam suas obras com pseudônimos ou por iniciais, mas foram assumindo seus protagonismos e registrando suas assinaturas nesse importante capítulo da história (ZIN, 2018, p. 19). De acordo com Norma Telles,

(...) várias mulheres fundaram jornais visando a esclarecer as leitoras, dar informações, chegando, no final do período, a fazer reivindicações objetivas. Muitas vezes esses jornais pertenciam a mulheres de classe média, algumas das quais investiram todos os seus recursos nele. Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres (TELLES, 1997, p. 426).

Selecionamos algumas publicações reproduzidas por Rafael Balseiro Zin, em seu artigo intitulado *Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX* (2018), no qual o pesquisador estuda a origem e a importância da imprensa no Maranhão, bem como a presença de Maria Firmina dos Reis e sua obra em diversificados periódicos do período. Zin apoia sua pesquisa nas informações de Nascimento Morais Filho (1975), que tem parte de sua obra dedicada ao estudo da inusitada presença de Reis na imprensa. O Jornal *A Moderação* (1860) e *O Comércio* (1860), por exemplo, fazem críticas bastante elogiosas à escrita e a erudição de Reis:

ÚRSULA – Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar, emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana (Jornal *A Moderação*, 11 de agosto de 1860 apud ZIN, 2018, p. 20).

OBRA NOVA – Com o título ÚRSULA publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha à venda na Tipografia do Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento da autora, e mostra que, se não lhe faltar animação, poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados (Jornal *O Comércio*, 4 de agosto de 1860 apud ZIN, 2018, p. 21).

O periódico do jornal *d'O Maranhense* (1860) atesta a presença de Reis com contribuições ao jornal e anuncia o lançamento do único romance da autora que se tem conhecimento até o presente, trata-se do romance *Úrsula* (1859), além de se colocarem como defensores do “belo e amável sexo”, obviamente, referindo-se ao fato de Firmina ser uma mulher. O jornal tece elogios à obra, suplicando para que os leitores a encorajem. Vejamos:

Com o presente número finaliza-se o terceiro bimestre deste jornal que, graças a Deus e à boa vontade dos Srs. assinantes, – conta com oito meses de existência! Seríamos apelidados de indiferentes, e com muita razão, se, dando esta notícia, não consignássemos aqui o nosso voto de eterna gratidão àqueles que, não só concorreram com as suas assinaturas, como também aos que honraram as páginas do JARDIM com suas produções literárias. A todos em geral novamente suplicamos continuem a prestar sua valiosa proteção a prol deste jornal, que em nada tem desmentido o seu programa; e cujas páginas, como dantes, continuam à disposição daqueles que quiserem honrá-las com seus escritos. Um motivo mui poderoso obriga-nos ainda a fazer esta súplica, digna por certo de ser atendida. Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal, um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade tencionaremos dar princípio do nº 25 em diante. Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la, a não desistir da empresa encetada. Esperamos, pois, à vista das razões expendidas, que as nossas súplicas sejam atendidas; afiançando que continuaremos defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido *Salus et pax* (d’o *Jornal das Maranhenses*, 30 de setembro de 1860, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

O *Jornal do Comércio* acredita ser promissora a carreira da autora e que, futuramente, pode, inclusive, produzir obras de “maior mérito”, caso não desanime:

OBRA NOVA – Com o título *ÚRSULA* publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha à venda na Tipografia do Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento da autora, e mostra que, se não lhe faltar animação, poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes (*O Jornal do Comércio*, 4 de agosto de 1860 *apud* ZIN, 2018, p. 22-23).

O periódico *A Imprensa*, em duas edições, recomenda a leitura da obra e chama Reis de uma “talentosa maranhense”, reiterando a presença da autora nos jornais do Maranhão com relativa constância. Pede ao público que dê o merecido reconhecimento à obra e à autora. A publicação do dia 18 de fevereiro trata do romance *Úrsula* (1859) e a do dia 19 do mesmo mês, faz referência aos poemas publicados no *Parnaso Maranhense*, ressalta a “vivacidade” e o “doce perfume saído do coração”, presentes nos versos. Assim,

ÚRSULA – Romance brasileiro por uma maranhense. Um volume em preço de 2\$0009. Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser a estreia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora a fim de continuar a dar-nos provas do seu belo talento (*A Imprensa*, 18 de fevereiro de 1860 apud ZIN, 2018, p. 21).

Os versos de Maria Firmina dos Reis indicam uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e do doce perfume dos sentimentos saídos do coração sem ensaio nem afetação. De há muito que todos conhecem os talentos e habilidade da autora de *Úrsula*, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso (*A Imprensa*, 19 de fevereiro de 1860 apud ZIN, 2018, p. 21).

Pelo exposto, o lançamento do romance não passou despercebido, os jornais da época já proclamavam o pioneirismo da obra de Maria Firmina. Muitos elogios referem-se à escrita, a inteligência, ao ineditismo e à vivacidade da autora. Parece causar orgulho também o fato de Firmina, uma mulher de tamanha monta, ser uma maranhense, portanto, uma conterrânea. Os periódicos atestam a presença da escritora no círculo da intelectualidade da província. A temática do romance, que traz em seu bojo uma profunda crítica social, não é abordada. Caso tivéssemos conhecimento do seu teor apenas pelas críticas dos jornais, seria construída a imagem de um livro com bom enredo, mas sem o seu contundente caráter denunciatório e de posicionamento antiescravagista.

Contudo, observamos na crítica feita pelo jornal *O Comércio*, supra citado, um certo demérito, ao afirmar que, apesar de revelar talento, a “obra não é perfeita” e convoca a autora para que produza, com animação e trabalho, texto de “maior mérito”. Teria sido o estranhamento diante dos personagens com negras e negros não estereotipadas e com autonomia intelectual presentes no romance? O que macula a obra, segundo a crítica, são as indagações sobre ausências de direitos dos subalternizados? Ou mesmo às mulheres que se arvoram a desobedecer aos padrões societários patriarcais? Os estudos sobre Maria Firmina se debruçam sobre várias indagações como estas. Não é difícil interpretarmos as dificuldades encontradas pela autora, para defrontar as opressões do período oitocentista.

Enquanto professora, Firmina era conhecida por ser enérgica, mas não utilizava castigos físicos, preferia o aconselhamento (MORAIS FILHO, 1975, n.p). Já aposentada, em 1881, Reis criou uma sala mista, para meninos e meninas, na província de Guimarães. A escola era paga para os que podiam arcar com esse tipo de despesa e gratuita para as pessoas de baixa renda, dessa forma a professora alcançaria o maior número de excluídas e excluídos sociais. Recebendo inúmeras críticas, notadamente por sua formação mista, a escola sobreviveu por apenas dois anos (TELLES, 2018, p. 41). Consideremos os depoimentos do Leudes Guimarães, de Nhazinha Goulart e de Eurídice Barbosa sobre a escola de Maçaricó:

Sr Leudes Guimarães relata que a escola funcionava no “barracão” cedido pelo Domingo Mandego, na qual frequentavam “[...] as filhas do fazendeiro João Damas de Azevedo, Loló, Santa e Dona [...] haviam outras meninas e meninos, mas não lembro os nomes [...]

D Nhazinha Goulart, conta que nas aulas era todo mundo junto: meninos e meninas. “Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava. Sobre o transporte utilizado para chegar à escola diz [...] a gente ia com Maria Firmina num carro de boi e Panchada era o pajem.

Dona Eurídice Barbosa Cardoso nos relata que [...] a ‘mestra Maria Firmina era enérgica, falava baixo não aplicava castigos corporais, não ralhava: aconselhava’. A sala era [...] meninas e meninos, estudando juntos. A aula funcionava pela manhã (MORAIS FILHO, 1975, n.p).

Na análise de Nascimento Morais Filho, a escola idealizada por Firmina foi “uma revolução social pela educação e uma revolução educacional pelo ensino, o seu pioneirismo subversivo de 1880” (MORAIS, 1975, n.p). Em diversos textos, Firmina evidencia a crença que depositava na educação emancipadora para a transformação social, a liberdade dos oprimidos e o progresso. Sua turma mista é a primeira que se tem notícias na história do país. Em uma sociedade que renegava às mulheres o acesso à escolaridade, permitindo, quando muito, apenas o aprendizado relativo aos saberes domésticos, através da “educação da agulha” (PAIVA, 2018, p 165), Firmina ousou, mais uma vez, ao propor a formação de uma turma híbrida. O ineditismo da sua ação fica mais evidente quando nos deparamos com os seguintes dados apresentados por Fernanda Miranda:

Como sabemos, a situação de analfabetismo de mulheres era ampla no Brasil, e mais especificamente no Maranhão, em meados do século XIX, os números oficiais sobre o ensino elementar demonstram uma grande diferença na educação ofertada para meninos e meninas: enquanto o número de escolas para meninas eram de 12 com a frequência de 262 alunas, foram abertas 36 escolas para meninos com frequência de 1.222 alunos, em 1850 (MIRANDA, 2018, p. 75).

Os números não omitem dois dados: a desigualdade entre meninos e meninas e a crença obstinada de Firmina na educação como elemento de inclusão e inserção social. Sua profissão como Mestre Régia é angular em sua vida. A escola é um espaço privilegiado para a possibilidade de futuro e liberdade. Também por sua luta nesse âmbito é imprescindível posicionar-se o nome de Maria Firmina dos Reis nos livros didáticos ao lado de outras personagens negras, femininas, que lutaram e lutam por liberdade e dignidade. Isto posto, as lutas antirracistas também perpassam por currículos escolares decoloniais, que sobrelevam a importância da inclusão de novos saberes na educação, o que está em consonância com a lei 11. 645²⁷, que visa a promover a produção diversificada e inclusiva do conhecimento e dos saberes. Esta é uma educação que emancipa os/as sujeitos/as, tão necessários no Brasil marcado por séculos de opressão, exclusão e racismo, possibilitando-lhes entender criticamente a sua condição de opressão e o seu potencial papel como agentes transformadores.

Nesse sentido, é mister “fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de construir é objetivo central da educação transformadora”. (hooks, 2017, p. 56). Existe uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões. Em meados do século XIX, Maria Firmina já possuía uma clara consciência do papel inclusivo e imprescindível da educação transformadora. Contudo, a segregação racial, e as opressões de classe e de gênero obstaculizaram os objetivos da Professora Reis.

Os problemas enfrentados pela autora, no tocante às questões de raça e classe persistem na base estrutural das escolas brasileiras, reproduzindo as dominações e as violências que permeiam a sociedade. É preciso um resgate da humanização dos sujeitos que chegam às escolas, fragmentados em sua autoestima e desesperançados pelo violento sistema capitalista, racista e patriarcal, que marcam a sociedade. As escolas precisam ser, efetivamente, espaços plurais, inclusivos, transformadores. A utopia de Firmina no tocante à educação é pauta ainda necessária para os avanços sociais da contemporaneidade.

Segundo a filósofa Djamila Ribeiro, em prefácio do livro de Angela Davis, *Mulher, Raça e classe* (2016), ao atribuir-se a uma mulher a posição de vanguardista, o que se pretende

²⁷ A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, assinada durante o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino médio, público e privado, em todo país. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

não é afirmar que “ela seja desatenta às questões que afetam a sociedade em seu momento histórico; ao contrário, significa apontar o potencial revolucionário de seu pensamento, que nos inspira a pensar além e a sair do lugar comum” (DAVIS, 2016, p. 11). Maria Firmina era uma mulher insubmissa e à frente do seu tempo, que usa a escrita para denunciar sua inconformidade com o sistema escravista brasileiro e a opressão a que as mulheres, destacadamente as negras, estavam submetidas. Reis foi também uma professora transgressora, causou incômodo e constrangimento à sociedade local, antecipando o anúncio da urgência de novos tempos.

A trajetória de Maria Firmina dos Reis é envolta em lacunas ainda não decifradas. Mas, as pesquisas a seu respeito crescem a cada dia. Muitas são as interessadas e os interessados em enraizar o nome de Maria Firmina dos Reis por seu ineditismo, inteligência e participação ativa nas lutas abolicionistas e antipatriarcais, através da sua escrita antiescravagista. Segundo a pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott,

Da história pessoal da autora que a história da literatura vem esboçando, surge a imagem de uma mulher ao mesmo tempo reservada e ousada, reservada quanto à sua vida íntima, ousada e decidida quanto ao seu trabalho intelectual, já seja como educadora, já como literata. Vivendo num ambiente em que a educação feminina era bastante restrita e mesmo “precária” (MOTT, 1988, p. 61).

Gradativamente, seu nome vai sendo reconhecido e sua luta reverenciada. A trajetória de Firmina dos Reis foi constituída pelas dificuldades que atravessara com o seu fazer literário, em uma sociedade que reservava às mulheres o lugar da opressão, subalternização, silenciamento e violência. Conquanto, publicou um importante romance e esteve presente em jornais da sua época, sempre denunciando as mazelas da escravidão, a marginalização de indígenas, os privilégios da elite, a exploração feminina. Segundo palavras da própria autora, na introdução do romance *Úrsula*:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o risco mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. Então por que o publicas? [...] (REIS, 2018, p. 14).

Maria Firmina justifica-se como “uma mulher pouco lida”, demarcando a excepcionalidade de ser uma mulher pobre que dominava a escrita e, ainda que sendo bastante

culta como demonstram suas obras, estudou como autodidata e não teve acesso à educação formal. Reis sabia das dificuldades para a aceitação de seu romance, inédito para uma mulher negra, nordestina e de poucos recursos. Firmina reconhece, mas não aceita, o lugar de opressão que a sociedade lhe reservava por sua condição de gênero. Em contraponto, o lugar ocupado pelos homens brancos, sem as amarras opressivas, é o da liberdade e do direito de, porventura, escreverem um livro por serem mais “ilustrados”, devido ao acesso à educação.

Para Fernanda R. Miranda, o uso do termo “brasileira” no prólogo do romance é “empenhado como qualitativo étnico (ouso dizer), pois sendo ela filha de uma mulher negra, ‘a língua de seus pais’ é a língua que forma o país” (MIRANDA, 2019, p. 80). O sentimento nacionalista atravessa toda a obra firminiana. O Brasil é, reconhecidamente, sua pátria, contudo, a autora não se furta a fazer as necessárias denúncias da barbárie civilizatória perpetrada pela escravidão. Ao questionamento das razões de publicar o livro, a própria autora responde mais adiante,

Não a desprezeis, antes amparai-a aos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento a autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com educação mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós (REIS, 2018, p. 49).

No século XIX, Maria Firmina já demonstrava uma preocupação bastante nítida com a posicionalidade das mulheres na sociedade, o que encontramos no trecho acima, bem como em basicamente toda a sua escrita. Seu objetivo, como diz, não é a “ vaidade de adquirir nome” e nem o “amor-próprio de autor”, mas sim abrir caminhos para que outras mulheres possam escrever e emitir opiniões no universo literário, hegemonicamente, dominado pelos homens. Seu objetivo é expresso na preocupação com o coletivo, pois a boa recepção ao livro serviria de “incentivo para outras”, ao mesmo tempo, a autora lança um romance que dá voz a polos narrativos diferentes do corpus literário do período: escravizadas, escravizados e mulheres em livre expressão de ideias. Tudo isso no contexto opressivo do século XIX, período marcado pelas injustiças sociais, pelo patriarcado e racismo, a obra de Maria Firmina, conscientemente política, subverteu a ordem estabelecida que negava voz às mulheres. Sua escrita insubmissa é um claro posicionamento de denúncia e protesto no Brasil oitocentista. Segundo a Professora Ângela Figueiredo,

[...] o aspecto prioritário presente no debate sobre posicionalidade, e sobre o lugar do sujeito na produção do conhecimento, é o lugar da enunciação, isto

é, a localização de nacionalidade, étnica ou racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia, nas epistemologias ocidentais, o sujeito que falava estava sempre encoberto, pois isso assegurava o suposto mito da neutralidade (FIGUEIREDO, 2020, p.8).

A obra de Maria Firmina dos Reis não é neutra, ao contrário, exprimia com clareza a consciência do seu *lugar social* nas relações de poder e de gênero e do jugo destinado à mulher negra e pobre, conseqüentemente, das opressões que a atravessavam. Para escrever, Firmina rompeu várias barreiras de raça, gênero e classe, foi uma árdua defensora das mudanças sociais, principiadas pelo fim da escravidão. Outrossim, foi pioneira ao construir um sólido patrimônio literário abolicionista, representando as mulheres negras de maneira humana, afetiva, com direito à racionalidade e complexos questionamentos sobre seu lugar na sociedade.

Dentre as principais publicações de Maria Firmina dos Reis, podemos destacar: *Úrsula* (1859), romance pioneiro de Reis e inaugural da literatura negra; *Gupeva* (1861), novela indigenista; *Cantos à Beira Mar* (1971), coletânea de poesias dedicadas a sua mãe; *A escrava* (1887), uma contundente obra abolicionista; *Hino da libertação dos escravos* (1888), que clama pelo fim da nefasta escravidão, dentre outras obras. A despeito de todas as adversidades, foi fértil a produção de Reis e, como afirma Eduardo Duarte, toda a obra da autora “inaugura uma solidariedade com o oprimido absolutamente inovadora, pois “trata-se de condenar a escravidão enquanto sistema que afronta a religião e a moral”, (DUARTE, 2018, p. 57), ou seja, a autora parte dos princípios e valores para envergar suas críticas à escravidão.

A obra firminiana rompeu com os tradicionais estereótipos relegados à mulher negra na literatura brasileira. Segundo Lélia González (2020), escravas, trabalhadoras domésticas, mães pretas, mulatas hipersexualizadas são os tratamentos mais comuns destinados a essas mulheres no corpus literário. Reis desafiou os parâmetros sociais e sua violenta normatividade em relação às mulheres negras, e sua obra inaugural da literatura feminina negra amplifica seu pensamento tornando-o uma voz pública em defesa da abolição, dos direitos indígenas, incluindo, em igualdade de importância, a luta contra as opressões de gênero e classe.

Alta e independente, Maria Firmina não foi a típica mulher do período oitocentista, registrou seu nome na história como mulher negra insurgente, defensora de liberdades, autonomias e justiça. Exatamente por isso, nos legou importante obra, que vem se tornando expoente nas lutas antirracistas no Brasil. O preço pago por sua insurgência foi alto: Maria Firmina dos Reis e sua obra foram obstaculizadas, apagadas dos anais da história e dos cânones

literários. A autora faleceu pobre e cega, em 11 de novembro de 1917, na cidade de Guimarães, no Maranhão. Ao reinventar outros lugares para as mulheres em sua obra, Reis nos assegurou importante legado para os feminismos negros e para a literatura feminina negra.

Atualmente, há um significativo crescimento das produções acerca da autora com publicações de artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, biografias e reedições de sua produção²⁸. De acordo com Eduardo Assis Duarte, Maria Firmina “é um fenômeno do século XXI” (DUARTE, 2022). Felizmente, seu nome volta a ser celebrado e sua importância reconhecida e propagada, despertando profundo interesse. Entretanto, muito ainda há para ser edificado acerca de Reis.

O estado do Maranhão tem travado renhida luta pelo resgate da memória da autora, um bom exemplo disso foi a eleição de Maria Firmina dos Reis para patrona da Academia de Letras de São Luís. Em comemoração à data de seu nascimento, foi instituído o Dia da Mulher Maranhense (11 de março), de acordo com a Lei Estadual nº 10.763/2017, sancionada pelo então governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino. A autora foi nomeada Doutora “Honoris Causa”, em 2022, pela Universidade Federal do Maranhão. Em 2023, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) solicitou o reconhecimento nacional de Maria Firmina dos Reis como heroína da pátria, o documento foi encaminhado ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva e está em tramitação. No ofício requerente, elaborado pelo Desembargador Paulo Valten, consta o seguinte trecho:

Maria Firmina dos Reis teve sua trajetória de vida altamente representativa do papel feminino, sobretudo das mulheres negras, mesmo tendo sido uma mulher que sentiu o peso das amarras raciais e de gênero, e, ainda assim, confrontou toda a dinâmica da sociedade oitocentista fundada numa estrutura de poder e dominação (VALTEN, 2023).

Os motivos para o requerimento foram elaborados pelo Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e apresentam a trajetória e ineditismo de Reis, para além da relevância de suas obras marcadas pelo seu contundente posicionamento antiescravista (TJMA, 2023). O documento requer a presença do nome de Maria Firmina dos Reis “no Panteão da Pátria, no Livro dos Heróis e Heroínas Nacionais, nos moldes da Lei Federal nº

²⁸ Na palestra *Maria Firmina dos Reis - Precursora da Negritude*, o pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2018) apresentou o levantamento de teses e dissertações de 2011 a 2018, no qual as produções acadêmicas acerca de Maria Firmina dos Reis totalizavam o número de 260 pesquisas Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mzWT29qCJ0k&t=13s>.

11.597, de 29 de novembro de 2007, como homenagem à comemoração dos seus 201 anos de nascimento, a se completarem em 11 de março de 2023” (TJMA, 2023).

A medida promove o combate ao racismo e fortalece a equidade racial, uma vez que dá visibilidade e faz referência positiva à história de uma mulher negra como Maria Firmina dos Reis, criadora da primeira escola mista do Brasil e autora da obra literária, *Úrsula*, lançada em 1857, o primeiro romance abolicionista de autoria feminina e o primeiro romance publicado por uma mulher negra na América Latina (TJMA, 2023).

A solicitação ressalta o reconhecimento e respeito pela envergadura de Maria Firmina dos Reis, sua vida e obra e seu compromisso moral com as lutas abolicionistas e antipatriarcais. Sua obra é corajosa, disruptiva e contra-hegemônica. A trajetória excepcional e extraordinária da autora, ancorada em sua coragem em usar a voz em defesa das oprimidas e oprimidos, fundamentam e legitimam a justa solicitação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em seu bicentenário de nascimento, Maria Firmina dos Reis tem recebido inúmeras homenagens: congressistas discutem seu legado, em 1922, a Feira Literária de Parati - FLIP teve Firmina como laureada pelo evento. Contudo, o desconhecimento sobre esta insubmissa mulher ainda é notório. O apagamento das personagens negras e negros não é inocente, ao contrário, faz parte do projeto racista que preza o afinçamento do colonialismo. A branquitude não reconhecerá o inestimável valor da escrita de Reis e de outras protagonistas negras, portanto cabe aos que estão comprometidos com as lutas antirracistas, o resgate de sua memória e a amplificação de sua voz.

Ao conhecermos a obra firminiana, somos impactados pelo vigor da sua escrita e por sua insubmissão e coragem diante de um contexto societário marcado pela escravidão, pelo patriarcado e pelo elitismo, e, como contraponto, sua obra assinala a resistência de negras e de negros no Brasil. Reis foi uma intérprete de seu tempo. Através de sua escrita e vivência, opôs-se às opressões e injustiças sociais e traçou uma fotografia do Brasil fora dos dogmas tradicionais, desenhando suas personagens com altivez, reservando-lhes valores éticos, morais, dando-lhes voz para que, assumindo o protagonismo que lhes era negado, contassem sobre suas dores, sonhos, anseios e lutas. Firmina denunciou a perversidade do colonialismo, do racismo e da opressão contra mulheres. Foi pioneira e desbravadora e, ainda nos dias atuais, nos surpreende pela força e pelo ineditismo de suas obras e de sua mensagem que exorta a autonomia de escravizadas, de escravizados, mulheres e indígenas. Sua obra é, portanto, pioneira, inaugural, disruptiva e contra-hegemônica.

3.2 Em busca do rosto de Maria Firmina: a questão das representações

A ausência do conhecimento da imagem de Firmina tem gerado polêmicas e, ao longo da história, centenas de representações têm sido feitas da autora, muitas delas branqueando-a. Rafael Balseiro Zin (2022) afirma ter computado entre 250 a 300 representações distintas de Reis. A ideologia do racismo, utiliza-se dessas estratégias para negar a importância das contribuições de negras e negros para a história deste país. Segundo o professor e pesquisador Gabriel Chagas (2022), em relação à trajetória dos povos subalternizados pelo colonialismo, esse apagamento é feito de três formas básicas: *invisibilizando* negras e negros, seus feitos e suas histórias, negando-lhes, dessa forma, o direito à memória; *branqueando* suas feições, como em Machado de Assis e Maria Firmina; ou *igualando* negras e negros solapando desses o direito à individualidade (CHAGAS, 2022). Maria Firmina atravessou as três fases: foi invisibilizada, branqueada e “confundida” com outras mulheres negras. Os movimentos negros estão em luta para criarem a quarta etapa dessa disputa: a reinvenção do nome de Maria Firmina dos Reis.

A estereotipagem criou padrões essencializados e binários que encarceram homens e mulheres negras. Os arquétipos da mãe preta e da mulata sensual e trágica (HALL, 2016; CONZALEZ, 2020), no caso feminino, são bons exemplos das molduras criadas pela ideologia do racismo. Se a autora Maria Firmina dos Reis trouxe visibilidade, humanidade e subjetividade às suas personagens pretas, a sua própria imagem não ficou isenta desse reducionismo essencializador.

Hall (2016) afirma que as imagens são representações racializadas, ou seja, elas não são inocentes ou neutras, mas, ao contrário, estão a serviço da perpetuação do colonialismo e da subjugação de negros e negras. Em seus estudos, tomando por base o cinema americano, Stuart Hall (2016) enunciou alguns tipos predominantes em relação a representação de homens e mulheres negras, a saber: o “Pai Tomás”²⁹, os “malandros”, os “mal encarados”, a “mulata trágica”, as “mães pretas”. Esses estereótipos são bastante conhecidos do racismo à brasileira, que criou a imagem de negros e negras como anti-heróis e antimusas (CARNEIRO, 2020, p.159).

²⁹ Pai Tomás é um conhecido personagem do livro “A Cabana do Pai Tomás”, de Harriet Beecher Stowe, publicado no ano de 1852. A imagem do negro é representada na obra como dócil, pueril, gentil, subserviente, humilde e simples. A partir de então, essa representação transformou-se em um dos estereótipos frequentes atribuídos aos negros no cinema, na literatura e congêneres (DAVIS, 2016, p. 18).

Maria Firmina dos Reis foi representada como mulher branca, teve as feições aumentadas e foi hipersexualizada. A ausência de imagens ou a representação essencializada dos povos subjugados cria viabilidades para o seu apagamento e inferiorização. Vejamos, com maiores detalhes, os padrões de estereotipagem estudados por Hall a partir de estudos de Donald Bogle:

Pai Tomás – os bons negros; mesmo que sejam sempre perseguidos, assediados, caçados, açotados, escravizados e insultados, eles mantêm a fé, jamais se voltam contra brancos e mantêm-se saudáveis, submissos, estoicos, generosos altruístas e oh! tão gentis. (1973;6). *Os malandros (coons)* – pequeninos (*pickninnies*) de olhos arregalados, os animadores de pastelão, os criadores de histórias mirabolantes, “os ‘pretos’ inúteis, aquelas criaturas subumanas, suspeitas, loucas, preguiçosas, que não servem para nada senão comer melancia, roubar galinhas, atirar lixo ou massacrar a língua inglesa” (1973: 7-8). *A mulata trágica* – a mulher de raça mista, que vive aprisionada em sua ‘herança racial dividida’ (1973: 9), bonita, sexualmente sedutora e muitas vezes exótica, o protótipo da heroína ardente e sexy, cujo sangue, (parcialmente branco) faz dela ‘aceitável’ e até mesmo atraente para os homens brancos, mas cuja ‘mancha’ indelével de sangue negro a condena a um final trágico. *As mães pretas* – protótipos da servente doméstica, geralmente grande, gorda, mandona, e intratável, com o seu marido que não serve para nada (além de ficar em casa dormindo), com a sua absoluta devoção à casa dos brancos e sua subserviência, inquestionável em seus locais de trabalho (1973:9). Finalmente os *mal-encarados (bad bucks)* - fisicamente grandes, fortes, imprestáveis, violentos, renegados ‘agressivos e cheios de fúria negra’, supersexuados e selvagens, violentos e frenéticos, pois desejam a carne branca (HALL, 2026, p. 177-178).

Assim, mulheres negras e homens negros são persistentemente desvanecidos, estereotipados e inferiorizados. Os estereótipos descritos por Hall são bastante conhecidos no Brasil e fazem parte do sistema discriminatório e excludente que vigora no país. Aqui, temos as mães pretas como Tia Anastácia³⁰, a hipersexualização da mulher negra como em Xica da Silva³¹ e as mulatas do carnaval³²; e os malandros e preguiçosos, Mussum³³, para citarmos

³⁰ Na obra *Sítio do Pica Pau Amarelo* (1921), a mulher negra, representada pela figura de Tia Anastácia é destacada como uma senhora gorda, quase da família, cozinhava muito bem e sua atitude era sempre de subordinação, submissão e subserviência (CARNEIRO, 2020, p. 157).

³¹ Xica da Silva foi interpretada, no filme de 1986, pela atriz Zezé Motta. Uma mulher negra, independente, forte e hipersexualizada. Beatriz Nascimento se refere à independência da personagem como um “feminismo branco Ocidental” disfarçado de negro (NASCIMENTO, 1989).

³² Segundo Sueli Carneiro, a sociedade colonial escravista contribuiu muito para a criação do “mito da mulher quente”, essa mulher negra será sempre exótica, sensual, provocativa, com fogo nato, sempre disposta ao sexo (CARNEIRO, 2020, p. 153-154).

³³ Mussum era um personagem do programa televisão *Os Trapalhões*. O humorista, sambista e multi-instrumentista, Antônio Carlos Bernardes Gomes (1941-1994), dava vida a personagem que aparecia sempre bêbado, falava errado, e usava, com frequência, perucas loiras, as “piadas” dirigidas a ele possuíam um forte caráter

apenas alguns exemplos. Toda imagem produz significado e significância, toda representação, ou a ausência dela, constrói mensagens.

Para Hall, os negros e negras não foram apenas essencializados, eles foram “reduzidos a uma essência” (2016, p. 173). E assim permaneceram como incivilizados, incapazes, feios, primitivos, violentos, etc. Para Gonzalez, a visão depreciativa de negras e negros, ensinada, inclusive, nas escolas, e perpetuada pela mídia, traz como consequência, principalmente para as crianças, a crença que “ser um homem branco e burguês é um ideal a ser conquistado. Em contraste, elas são também induzidas a considerar que ser mulher negra e pobre é um dos piores males” (GONZALES, 2020, p. 160), assim, negam-se identidades e avilta-se a autoestima da população preta.

Por que a busca pela imagem de Firmina tem ganhado tanta força nesse momento de insurgência do seu nome e de ascendência dos estudos decoloniais? A explicação não é simples, contudo situa-se no campo da interseccionalidade em que a autora está ancorada – é uma mulher negra e pobre, é a partir dessa encruzilhada que a autora produz e situa-se em seu contexto. A ausência da imagem, para as mulheres negras, é sinônimo de apagamento. Beatriz Nascimento, em narrativa do filme *Ori* (1989), considera que para o povo preto formar uma identidade é preciso a imagem. Nesse sentido, segundo a pesquisadora, “tem que tornar-se vivível, porque o rosto de um é um reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro, e em cada um o reflexo de todos os corpos” (ORÌ, 1989). A invisibilidade estaria, desse modo, na raiz da perda de identidade, não apenas individual, mas coletiva. Os estudos decoloniais, que conduzem a presente pesquisa, se contrapõem a essas violências e ao epistemicídio e propõem um movimento disruptivo da colonialidade.

Em importante estudo publicado no livro *Cultura e Representação* (2016), Stuart Hall estuda a importância da representação e a define como:

Uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. [...] representação conecta signo e linguagem à cultura (HALL, 2016, p. 17).

A representação de algo faz aflorar determinados conceitos. A forma de elaborar as representações e a forma de decodificá-las estão no contexto da cultura. As representações

racista e humilhante. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/18/bem-viver-na-tv-dentro-dessa-estrutura-racista-o-mussum-e-um-heroi-diz-ailton-graca>.

trazem sentidos às coisas, desse modo estão presentes nas disputas por quebras de hegemonias e opressões. O antropólogo Etienne Samain, no livro *Como pensam as imagens* (2012), afirma que:

A imagem representa uma relação privilegiada entre o que mostra, o que dá a pensar e, o que, sobretudo, se recusa a revelar: o seu próprio trabalho, ou seja, o trabalho que ela realiza ao se associar, notadamente, a outras imagens (visíveis/exteriores; mentais/interiores) e a outras memórias (SAMAIN, 2012, p. 22).

A análise de Samain nos faz refletir sobre o que as imagens que essencializam e deformam o sujeito negro *pensam*? Que mensagens querem perpetuar? A fundamentação está na forma como a escravidão foi justificada e como mulheres negras e homens negros foram e permanecem representados. O status do subordinado, a preguiça inata, a debilidade emocional, a eficácia no sexo, a tendência nata à malandragem, essencializaram os afrodiáspóricos e foram particularmente nocentes para as mulheres negras. Ao longo da história, as classes hegemônicas controlaram a produção do conhecimento em sua forma e conteúdo e alijaram mulheres e homens periféricos do direito de existência, inclusão e cidadania. Em seus estudos sobre a construção dos estereótipos no imaginário brasileiro, Sueli Carneiro (2020) retoma o pensamento do militante Vanderlei José Maria:

Toda construção ideológica, toda a representação europeia do romance, do romantismo, da paixão e do amor, foi sempre pensando a mulher branca como musa. À mulher negra, qual o olhar que temos para ela? O olhar que temos para a mulher negra é o de fruto erótico, uma coisa para ser comida. É a representação que o Affonso R. Sant’Ana faz: ‘a mulher negra é um fruto a ser comido’ (MARIA apud CARNEIRO, 2020, p. 52).

A autora analisa a predominância desses estereótipos como uma potencial reserva de mercado afetivo para as mulheres brancas, assegurado pela desqualificação estética de negras e não brancas. Afirma também que essa abordagem é benéfica para a mulher branca que, segundo a pensadora, usufruiu de prerrogativas, por vezes, tão autoritárias como a dos homens brancos na sociedade escravagista (CARNEIRO, 2020, p. 52-53). Destarte, é legitimada toda sorte de abusos em relação às mulheres negras, pois a imagética construída ao redor delas é a do consentimento fervoroso e desejante. Por isso mesmo, para Sueli Carneiro, a representação é de elevada significação, pois:

Se a historiografia pouco se deteve na história da construção do gênero, em especial na sua conjugação com raça, será a ficção que de maneira mais

sistemática se encarregará de estabelecer os atributos definidores de ser mulher e mulher negra em nossa sociedade (CARNEIRO, 2020, p. 152).

A professora Heloisa Toller Gomes, em seu artigo *Visíveis e Invisíveis Grades: Vozes de Mulheres na Escrita Afro-descendente Contemporânea* (2004), refere-se à construção dos estereótipos da seguinte forma:

A abordagem de uma gama de questões assim imensa é inseparável da identificação das diversas formas de racismo e sexismo. É também inseparável da desconstrução de estereótipos que servem como suporte a variadas formas de controle, quer sociais, quer sexuais, quer associadas a técnicas narrativa que correspondem a concepções estéticas e ideológicas etnocêntricas, com o fim de confirmar ou de configurar versões hegemônicas da história, da vida e da sociedade (GOMES, 2004, p. 8).

Sueli Carneiro e Heloisa Toller Gomes são pensadoras comprometidas com as lutas antirracistas e dão relevo ao problema da constituição de estereótipos como ferramenta de contenção e controle. Se a história tradicional, branqueada, eurocêntrica e promotora dos interesses das classes dominantes, não promove as necessárias rupturas, as representações presentes na ficção, seja literária ou cinematográfica, também não vão de encontro ao *mainstream*, mas, ao contrário, corroboram suas acepções excludentes de supremacia intelectual da racialidade branca, sexista e classista. Cabe aos movimentos negros, aos movimentos feministas de mulheres negras e aos demais movimentos comprometidos com as lutas anticoloniais, a insubordinação e insurgência contra tais opressões.

O material coletado por Nascimento Morais Filho (1975) era composto por muitos textos, mas nenhuma imagem. Tudo que sabemos sobre as feições de Maria Firmina dos Reis foi constituído a partir de informações presentes nessa biografia. A descrição é um importante documento direcionador para recomposição imagética de Reis. Ao observarmos algumas das representações feitas da escritora, seríamos induzidos ao erro, pois, se Reis era uma mulher negra, o que justifica ser, por reiteradas vezes, retratada como uma mulher branca? A resposta insere-se no quadro das relações raciais, de gênero e classe da sociedade e que costuram a história e a cultura brasileira.

Segundo Etienne Samain, a imagem teria “vida própria e um verdadeiro poder de ideação ao se associar a outras imagens” (SAMAIN, 2012, p. 23). Desse modo, cada imagem equivocada criada sobre Firmina é replicada e o equívoco vai sendo perpetuado, negando-se a à autora o direito à identidade e memória. Conforme Stuart Hall (2016), as imagens constituem

uma mensagem e são produzidas e difundidas respeitando o seguinte esquema: produção - circulação – distribuição - reprodução. Hall ressalta, ainda, que toda representação é uma encenação racializada (HALL, 2016), o que evidencia que o branqueamento e desfiguração da imagem de Firmina atende aos interesses e persistências do colonialismo e o apagamento das lutas e conquistas das mulheres negras. Samain afirma ser a imagem “um *fenômeno* na medida em que é, com efeito, um resultado que combina aportes dos mais variados”. (2012, p 34), assim, como estratégia do racismo, a representação de negras e negros é atrelada à escravidão, ou seja, à subserviência.

Grada Kilomba, no livro *Memórias da Plantação* (2019), enfatiza, sobremaneira, a dificuldade em racializar o sujeito branco, que permanece oculto por trás da análise generalizante do racismo. Dessa forma, as classes dominantes permanecem assentadas no direito de apagar o passado do povo preto ou moldá-lo aos seus interesses, e só outorgam a si a legitimidade da memória que edificou o Estado brasileiro. Nesse jogo de poder, as imagens têm poder crucial de apagar ou revelar, enaltecer ou invisibilizar.

Assim, Samain (2012) diz que é necessário “*abrir a imagem, desdobrar a imagem, inquietar-se* diante de cada imagem, para, enfim, sabermos o que pensam e *como pensam as imagens*” (SAMAIN, 2012, p. 34). Essa é uma das urgentes pautas das lutas antirracistas, pois a representação construída pela branquitude sobre o corpo de mulheres e homens negros teve a clara intenção de legitimar opressões e negar-lhes protagonismo. Como analisa Sueli Carneiro:

As estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito do conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (CARNEIRO, 2005 *apud* FIGUEIREDO, 2020, p. 05).

Os estudos decoloniais evidenciam a importância da necessária desconstrução das imagens elaboradas sobre esses corpos ao longo da história. A decolonialidade, assim, pressupõe uma efetiva desconstrução no campo da produção intelectual e na produção de conhecimento, reafirmando ser o apagamento de negros e negras, dos povos originários e periféricos, um fenômeno de dimensões mundiais, graças à hegemonia europeia sobre a produção e difusão dos saberes.

O branqueamento é uma ideologia ainda dominante no Brasil, tem relação direta com o pacto da branquitude, em última instância, são complementares, duas faces de uma mesma moeda. Branqueamento e branquitude, apesar de pouquíssimo estudados, são imprescindíveis

para o entendimento do racismo à brasileira. Ambos são frutos do colonialismo e surgem como mecanismo de controle para a manutenção das prerrogativas da classe dominante, perpetuando, em lugar de prestígios e comando, o branco dominador. Como contraponto, a posicionalidade de subalternidade e inferiorização é relegada a negras e negros no Brasil. Desse modo,

Na descrição desse processo, o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de modernidade, alvo da inveja e do desejo de outros grupos raciais não-brancos, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento, constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira. Embora apontado como um problema do negro brasileiro (BENTO, 2002, p. 25-26).

O branqueamento e o pacto da branquitude criaram para a população negra vários símbolos de inferioridade que legitimam a supremacia branca nas esferas de poder, um dos mais recorrentes mecanismos para isso é a estereotipação através da difusão de imagens essencializadas. A consequência direta é a violência, baixa autoestima e marginalização de boa parcela da população provocadas pelo racismo. Contudo, ao se protegerem através do pacto da branquitude, os brancos culpabilizam os negros pelas mazelas do colonialismo.

Em prefácio do livro *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2002), Kabengele Munanga compara o racismo a um iceberg, as manifestações do preconceito são sua ponta mais visível. Por baixo do que vemos na aparência das relações raciais, está a parte não manifesta do preconceito, ou seja, como o racismo atua na psiquê dos sujeitos discriminados (2002, n.p). O branqueamento tem sido analisado como um problema dos negros que, ao almejarem igualarem-se aos brancos, negam suas origens raciais afrodiáspóricas ou afastam-se da mesma, num movimento inverso ao complexo de Narciso. Enquanto negros e negras são problematizados, a branquitude ou não é analisada, ou é inocentada, protegida por um silenciamento secular.

No século XIX, é notória a preocupação das classes dominantes quanto à miscigenação da população. Ações são realizadas para que o Brasil não se torne um “país de mulatos”, teorias raciais, calcadas em inconsistentes e tendenciosos “estudos científicos”, colocam negros e negras em lugar de inferioridade, incapacidade e infantilização. Todo esse aparato ideológico passa a funcionar e o Estado, punitivista e coercitivo, é peça chave nessa engrenagem. Segundo Iray Carone:

Um dos elementos mais intrigantes dessa nova interpretação da realidade racial brasileira, já descolada da visão luso-tropicalista de Gilberto Freyre, era o conceito de *ideologia do branqueamento*. O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como o resultado da intensa miscigenação

ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços, em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a abolição da escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social (CARONE, 2002, p. 9).

Uma obra emblemática no Brasil, que sintetiza o exposto acima, é *A Redenção de Cam*, de Modesto Broco, datada de 1895. De acordo com a Bíblia, Cam, que desrespeitou o próprio pai, Noé, era responsável pelo pecado da humanidade, pois foi a partir dele que ocorreu o nascimento da África, a cor negra dos africanos e o início das maldições sobre a terra. Há, portanto, um nítido elo entre o pecado, os africanos e a pertença racial (LOPES, 2013, n.p).

FIGURA 2 – A Redenção de Cam (1895)



Fonte: *A Redenção de Cam*, óleo sobre tela, obra de Modesto Brocos, 1895. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>

Ao analisarmos a obra, nos deparamos com quatro pessoas no plano central e apenas uma delas com a pele retinta. Trata-se da avó que está com os braços levantados, como num louvor aos céus pelo branqueamento do seu neto, o que seria considerado uma virtude e uma bênção, pois o oposto, a pele preta, seria a maldição atrelada ao recente passado escravista. Atenemos para o fato que a obra foi elaborada no período oitocentista, período em que o projeto de nação da branquitude negou aos ex-escravizados inserção social, educação e cidadania.

São muitos os símbolos presentes na obra. A criança, nominada de Cam, tem uma roupa branca que se destaca no cenário, as mulheres estão na luz e o homem, está na sombra, aos seus pés, o chão é diferente do chão das senhoras. A miscigenação seria uma solução para um problema gravíssimo brasileiro, como o próprio nome da obra sugere, a redenção do Brasil seria conquistada com seu branqueamento. Pelo exposto, a família atravessara um contínuo processo de branqueamento até chegar ao pequeno Cam. O ano de 1895, data em que a obra foi realizada, dista menos de dez anos da abolição da escravidão, alcançada em 1888. A obra é bastante representativa para compreendermos a sociedade pós-abolição, seu teor é, manifestamente, eugenista e traduz muito do imaginário brasileiro, mas não é um projeto isolado, faz parte das engrenagens que asseguram a manutenção do racismo e dos privilégios da classe dominante.

O pacto da branquitude cria um silêncio em torno da escravidão e suas consequências, este fato é uma das bases que faz funcionar o mecanismo do racismo, pois a manutenção dos privilégios das classes dominantes não é questionado e passa a ser visto quase como um direito natural. “De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tão pouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios” (CARONE, 2002, p. 08). O objetivo do pacto da branquitude é extinguir, excluir e marginalizar o sujeito negro, fixando-o nas bordas da sociedade, longe dos centros de poder e de ascensão social, sinalizando, reiteradamente, que a busca do branqueamento deve ser almejada por todos, esse é o legado do colonialismo.

A memória é um importante suporte das identidades individuais e coletivas. Em um país que tenta, a todo custo, silenciar e apagar as contribuições de negras e negros, o resgate da memória, dentre elas a das representações e imagens, é fulcral.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído, social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e a formação de identidade.

[...]

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. [...] mas a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLACK, 1992, p. 204)

A memória é construída socialmente nas dinâmicas dos processos históricos e é constitutiva do sentimento de pertença e identidade, por isso é um espaço de disputas. Segundo

Etienne Samain, “as imagens gostam de caçar na escuridão das memórias” (2012, p. 21). No Brasil, secularmente, a branquitude tem ditado o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido, essa é uma estratégia de poder e dominação.

Selecionamos alguns exemplos da representação pictórica de Maria Firmina dos Reis para compreendermos os avanços, rupturas e permanências que essa representação vem sofrendo ao longo dos anos:

FIGURA 3 - Pintura da Câmara de Vereadores de Guimarães (até 2016)



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53411587>

A representação imagética de Maria Firmina dos Reis acima foi bastante utilizada até 2017. Em verdade, trata-se de uma escritora gaúcha, Maria Benedita Borman³⁴. Essa imagem foi produzida, primeiramente, pela Editora Mulheres, no livro *Mulheres Ilustres*, de Ignez Saleiro, em [1889], com reedição em 1996. O quadro, inspirado na imagem retratada na obra, encontrava-se exposto na Câmara dos Vereadores de Guimarães, cidade onde Maria Firmina passou a maior parte de sua vida. Em 2016, após pressões dos seus herdeiros críticos, a foto foi retirada do local. Importante destacar alguns detalhes como o vestido requintado, as joias e a pele bastante clara, que denotam tratar-se, possivelmente, de uma pessoa de elite. A imagem

³⁴ Maria Benedita Câmara Borman, nasceu em Porto Alegre, no RS, no ano de 1853. Foi uma escritora gaúcha, com intensa produção literária. Juntamente com outras escritoras, envolveu-se na criação de diversos jornais que tinham como mote a educação feminina. Seus textos foram publicados em jornais como *O Sorriso*, *Gazeta* e *O País*. Em seus livros, assinava com o pseudônimo Délia. Faleceu em 1895, no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.mulheresdeluta.com.br/maria-benedita-bormann/>.

foi replicada em diversas ocasiões e a violência simbólica desse ato só começou a diminuir recentemente.

Figura 4 – Reinterpretação da Imagem de Maria Firmina dos Reis



Fonte: BBC Brasil.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53411587>

Esta imagem, também exaustivamente replicada de Maria Firmina dos Reis, é uma derivação da imagem de Maria Benedita Borman (comparar com a figura 3). Diante dos questionamentos quanto ao branqueamento de Reis, foi feita essa nova versão, de autoria desconhecida, escureceu-se o tom da pele e algumas outras alterações, como, por exemplo, o formato do nariz, todavia, a imagem de Borman foi mantida como referência.

Figura 5 – A História de Quatro Abolicionistas



Fonte: Defensoria Pública de São Paulo

Disponível em:

https://DefensoriaPublicaSP/photos/a.132028353534375/1471380412932489/?type=3&locale=pt_BR

Esta é uma das primeiras imagens em que Maria Firmina dos Reis aparece ao lado de grandes vultos negros que lutaram pela abolição. Notadamente, a imagem veiculada ainda é a representação de Maria Benedita Bormann.

FIGURA 6 – “Páginas arrancadas da Abolição”



Fonte: BBC Brasil

Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/as-paginas-arrancadas-da-abolicao/>

Com o título *Páginas arrancadas da abolição*, a BBC-Brasil traz as imagens de Luís Gama, André Rebouças, Maria Tomásia Figueira Lima, Adelina, João Cândido e Maria Firmina Reis, importantes abolicionistas brasileiros. Observe-se que a foto de Maria Firmina dos Reis é, mais uma vez, replicada a partir da imagem de Maria Benedito Bormann, contudo, com a pele mais escurecida. O perigo de uma imagem distorcida é que ela é copiada e difundida, gerando interpretações e mensagens inverídicas.

Figura 7 – A procura do rosto de Maria Firmina



Fonte: Ciclo de Palestras pelos 200 anos de Maria Firmina dos Reis – *Maria Firmina através das Imagens* por Rafael Balseiro Zin (2022). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bN264-9PYmo&t=1953s>

O site *GaúchaZH* fez um texto em homenagem a Maria Firmina dos Reis em 10/11/2017, intitulado “A história e a escrita de Maria Firmina dos Reis, uma pioneira”. O rosto acima, parcialmente exposto, foi utilizado para representar Reis. Segundo os autores, Luís Augusto Fisher e Roberta Flores Pedroso, essa imagem foi um “Recorte da capa do livro lançado pela PUC Minas, que apresenta pintura representativa do que seria o rosto da autora” (ZIN, 2022). Esse rosto é o mesmo atribuído a Tereza de Benguela (Ver figura 8). Essa é uma estratégia da violência simbólica que nega às pessoas negras o direito à identidade, visibilidade e individualidade.

Figura 8 – Maria Firmina dos Reis e Tereza de Benguela



Fonte: Ciclo de Palestras pelos 200 anos de Maria Firmina dos Reis – *Maria Firmina através das Imagens* por Rafael Balseiro Zin (2022). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bN264-9PYmo&t=1953s>

Acima, temos uma imagem utilizada para representar Maria Firmina dos Reis e Tereza de Benguela. A forma aligeirada, descuidada e preconceituosa de representações de mulheres negras é um campo importante de disputa, pois é uma forma de assinalar subalternizações, inferiorizações e negar-se o direito à individualidade. Esse é um campo de grande relevância nas lutas antirracistas.

Figura 9 – Maria Firmina dos Reis e as armadilhas das representações (I)



Fonte: Ciclo de Palestras pelos 200 anos de Maria Firmina dos Reis – *Maria Firmina através das Imagens* por Rafael Balseiro Zin (2022). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bN264-9PYmo&t=1953s>

Figura 10 – Maria Firmina dos Reis e o perigo das representações (II)



Fonte: Ciclo de Palestras pelos 200 anos de Maria Firmina dos Reis – *Maria Firmina através das Imagens* por Rafael Balseiro Zin (2022). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bN264-9PYmo&t=1953s>

As figuras 9 e 10 demonstram, mais uma vez, o descuido com que as imagens sobre personalidades negras são replicadas. No livro lançado pela Professora Algemira de Macedo Mendes, intitulado *Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone* (2016), Maria Firmina dos Reis foi apresentada com imagens que remetem ao cativo (ZIN, 2022). Reis nasceu uma mulher livre, sua avó e sua mãe foram ex-

escravizadas. As imagens podem ser reproduzidas com muita velocidade, conseqüentemente, não tardou para que esta representação circulasse, criando a falsa ideia de ter sido Firmina uma escrava.

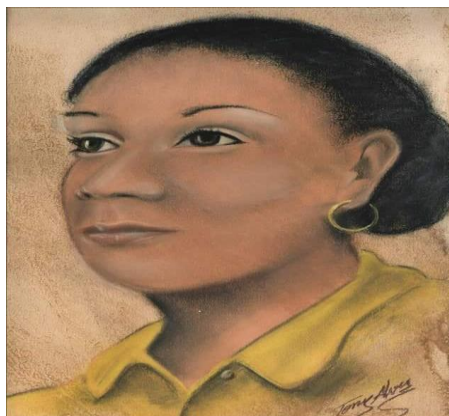
FIGURA 11 – Imagem exibida em artigo da Revista Geledés (18/07/2015)



Fonte: Revista Geledés - 18/07/2015. <https://www.geledes.org.br/maria-firmina-dos-reis-sofreu-muito-preconceito-mas-foi-a-primeira-romancista-brasileira/>

A Revista Geledés utilizou a imagem acima, em 2015, para ilustrar matéria no dia 18/07/2015, com o seguinte título: *Maria Firmina dos Reis sofreu muito preconceito, mas foi a primeira romancista brasileira*. Essa é uma caricatura bastante utilizada na internet, com traços exagerados e que pouco contribui para uma aproximação do rosto de Maria Firmina.

FIGURA 12 – A maranhense Maria Firmina dos Reis



Fonte: Academia Ludovicense de Letras

Disponível em: https://imagoi.com/maria-firmina-dos-reis/#google_vignette

Esta é uma representação recente de Maria Firmina dos Reis, feita a partir da descrição do livro *Maria Firmina, fragmentos de uma vida* (1975). Foi feita pelo artista Tony Alves para

a Academia Ludovicense de Letras, a pedido do escritor Emmanuel de Jesus Saraiva. Essa era uma das imagens oficiais da autora até 2017, somados ao selo comemorativo, lançado pela mesma Academia, e o busto do Panteão (Ver figura 1), de Flory Gama.

FIGURA 13 – Representação de Maria Firmina dos Reis



Fonte: <https://www.publishnews.com.br/materias/2022/09/13/maria-firmina-dos-reis-e-a-autora-homenageada-da-flip-2022>

De autoria do artista João Gabriel dos Santos Araújo, esta representação venceu o concurso realizado pela Festa Literária das Periferias - FLUP sobre a imagem de Maria Firmina dos Reis. O cuidado em representar Maria Firmina dos Reis com traços negros e pele escura já é notório. Fruto das pressões dos movimentos negros e dos seus herdeiros críticos, a busca pelo rosto de Maria Firmina ganha novos contornos, em concordância com o seu retrato falado e com a sua negritude.

FIGURA 14 – Homenagem a Maria Firmina dos Reis - cidade de Guimarães



Fonte: Instituto Histórico Artístico e Geográfico de Guimarães – MA.
Disponível em: <https://www.difusoraon.com/guimaraes/2022/03/14/guimaraes-realiza-programacao-em-homenagem-aos-200-anos-de-vida-e-obra-de-maria-firmina-dos-reis/>

No ano de 2022, por ocasião do bicentenário de Maria Firmina dos Reis, a cidade de Guimarães anunciou a realização de extensa programação em homenagem aos 200 anos de vida

e obra de Maria Firmina dos Reis e esta é a imagem escolhida para representar a homenageada. O quadro³⁵ está exposto no Instituto Histórico Artístico Geográfico de Guimarães. A representação de Reis é bastante diferente da que, até o ano de 2016, estava exposta na Câmara dos Vereadores de Guimarães. A mudança já é fruto dos avanços dos estudos sobre a autora.

FIGURA 15 – Maria Firmina dos Reis – hipersexualização e anacronismos



Fonte: Ciclo de Palestras pelos 200 anos de Maria Firmina dos Reis por Balseiro Zin. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bN264-9PYmo&t=1953s>

Rafael Balseiro Zin apresentou esta imagem no ciclo de Palestras pelos 200 Anos de Maria Firmina dos Reis, o título escolhido para a sua apresentação foi *Maria Firmina dos Reis através das imagens* (2022). O pesquisador chama a atenção para a sensualização da figura de Reis, que lembra, segundo analisa, uma sambista moderna. Dificilmente, uma professora e escritora do século XIX usaria excessiva maquiagem, cabelo *black power* e maquiagem azul no contorno dos olhos. (ZIN, 2022). Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2020) têm importantes colaborações no estudo sobre a representação de mulheres negras como a mulata sexy e provocativa, ou seja, hipersexualizada, ressaltando que tais representações colocam o corpo das mulheres negras nas periferias sociais.

³⁵ Maria Firmina dos Reis. Óleo sobre tela 70X50 cm. Artista plástico maranhense Luzinei Araújo, produção artística realizada entre 2019 e 2020.

FIGURA 16 - A Professora e intelectual Maria Firmina dos Reis



Fonte: elaboração digital de Waniel Jorge Silva a partir das descrições colhidas por Morais Filho (1975)
Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/322-ma>.

Esta tem sido uma das mais difundidas obras nos últimos tempos. Imagem digital e tridimensional, feita pelo artista Waniel Jorge Silvas, é considerada o retrato oficial de Maria Firmina dos Reis pela Academia Ludovicense de Letras, e foi utilizada nas comemorações do seu bicentenário. Essa é apenas uma das versões, o artista idealizou várias derivações com Reis em diferentes posturas. Maria Firmina está em postura sóbria, vestida de azul, escrevendo com tinta a bico de pena e à luz de velas, com um meio sorriso, e seu olhar parece posar para a foto e contemplar o expectador.

FIGURA 17 – “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?”



Fonte: Audiovisual “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis? (2017)
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BoHwr3LOcUo&t=25s>

A atriz Joselita Pereira interpreta Maria Firmina dos Reis no curta-metragem *Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?* O audiovisual foi lançado em 2017, com direção e roteiro de Hewerton Souza. O enredo versa sobre a trajetória e a biografia de Maria Firmina dos Reis. A cena em destaque refere-se ao momento em que Reis declama o poema de sua autoria *Hino pela abolição da escravidão* (1888).

As imagens foram escolhidas para demonstrar os diversos efeitos do racismo na representação de personalidades negras. A inexistência de um retrato de Firmina não justifica a ambiguidade de suas imagens. A descrição da autora existe, mas não foi o suficiente para evitar que Reis fosse desvanecida, branqueada, retratada como escravizada. Muitas faces para uma única mulher. A discriminação de raça e gênero cria barreiras na representação de mulheres negras, consistindo em uma violência simbólica muito presente no campo da literatura. Desse modo, a perda da imagem é a perda da humanização e da racionalidade. Nos estudos decoloniais, o resgate da memória é o contraponto ao apagamento sistêmico. Como enuncia Lélia Gonzalez:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose *cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente vínhamos falando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 2020, p. 76).

A indigência cultural a que a população negra foi relegada deslegitima a mulher negra e o homem negro como produtores de conhecimento, rebaixando sua capacidade cognitiva. No caso da mulher negra, a mulata, doméstica e mãe preta, que Firmina negou-se a utilizar, não asseguraram tratamento mais respeitoso e digno na sua própria representação. A *neurose brasileira* aprisiona, em seu binarismo raso, as pessoas negras.

A trajetória e a produção intelectual de Maria Firmina contrapõem-se a esse epistemicídio. O lugar onde Firmina está assente é o da encruzilhada das intersecções e é desse lugar que ela defende a liberdade como um bem universal. A autora inscreveu seu nome na história, foi apagada e agora ressurgiu com força alavancada pelos movimentos negros. Graças a esse fato, novas imagens representativas da autora começam a ter visibilidade, ressaltando a importância da representação das figuras negras para a contraposição ao racismo e à história única.

3.3 A representação de escravizadas e escravizados na obra firminiana

A literatura é um espaço de poder e de lutas antirracistas. O importante papel da escrita de mulheres negras nessas disputas é por se constituir em resistência e construção de identidades. A literatura feminina negra existe porque a literatura brasileira é escrita e protagonizada por brancos. A produção dessas mulheres é escrevente, pois elas falam de si e do seu coletivo. Nesse sentido, externam lugares de opressões e possuem um nítido caráter reivindicatório. Conforme evidencia a Professora Florentina Souza:

Podemos afirmar que a escrita de mulheres negras, por muito tempo, foi ignorada pela crítica e entendida como uma textualidade sem valor literário. As escritoras negras e seus textos pareciam estar duas vezes fora do lugar. Ao assumirem a posição de sujeitos da escrita, elas romperam com o determinismo instaurado por séculos que aponta para as mesmas apenas o lugar de serviçais, suas falas/vozes não autorizadas foram, *a priori*, ignoradas, o que vem a constituir um epistemicídio (SOUZA, 2017, p. 22).

Maria Firmina nos legou uma potente produção literária que nos revela um Brasil ausente das fotografias do poder. Traz à tona vozes não autorizadas, por isso foi insubmissa. Sua obra promove a desconstrução de estereótipos de negras e negros, que estão para além da “mãe preta”, “da ama de leite”, da “mulata hipersexualizada” e do “negro preguiçoso ou malandro”, sua escrita tem como lastro a sociedade em que viveu, cercada por escravizadas e escravizados em suas lutas, resistências e insubordinações, compondo um nítido panorama do oitocentos. Sua voz-mulher negou-se ao silenciamento e trouxe à borda vozes de outras mulheres ocultadas pelo patriarcado e pela escravidão.

O legado de Maria Firmina dos Reis, devido às pressões dos movimentos negros, começa a ser interpretado como um clássico do Romantismo brasileiro. Segundo o professor Gabriel Chagas (2022), “um clássico nunca deixa de dizer o que tem que ser dito” (CHAGAS, 2022), Ítalo Calvino, no livro *Por que ler os Clássicos* (2007), nos diz que “toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira” (CALVINO, 2007, p. 11), e, posto de outro modo, “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (*ibidem*, p. 11), por conseguinte, segundo o mesmo autor,

O clássico não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular). E mesmo esta é uma surpresa que dá muita satisfação, como sempre dá a descoberta de uma origem, de uma relação, de uma perto (CALVINO, 2007, p. 12).

Outrossim, podemos afirmar que a obra de Firmina é um clássico, pois continua nos atualizando sobre as opressões de raça, gênero e classe no século XIX. Sua obra é, paralelamente, inclusiva e disruptiva. Conforme observa o escritor Cuti, os negros eram “utilizados como temática literária apenas como véis do preconceito e da comiseração” (CUTI, 2007, p. 16), nesse sentido, a escrita de Firmina é subversiva. A autora inaugurou um estilo muito próprio de transcrever para seus contos, poesias e romance, a sociedade em que estava inserida. Como vanguardista que foi e, como sua opção foi a de ficar ao lado dos oprimidos, nos legou uma obra-testemunho com claros contornos de denúncia. Nas camadas de seus textos, com inusitados diálogos e protagonismos, Firmina nos trouxe importantes revelações e possibilidades interpretativas da sociedade oitocentista. Na contemporaneidade, a obra firminiana continua atual, nos contando sobre o Brasil que fomos, em estreita ligação com o Brasil que somos.

Se a obra de Maria Firmina dos Reis pode, e deve, ser compreendida como um clássico, por que seu nome não consta nos grandes compêndios da crítica literária nacional? Conforme analisa Balseiro Zin,

Firmina ficou esquecida, também entre os principais estudiosos da literatura brasileira. Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antônio Cândido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970), por exemplo, ignoram-na completamente. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ele (ZIN, 2018, p. 192).

A ausência de Reis é justificada pelo racismo que atravessa todas as esferas da sociedade brasileira, inclusive a crítica literária, colocando a produção de mulheres negras e homens negros do *lado de fora* e à margem. Para Cuti (2007), quando a intelectualidade brasileira tenta apartar a literatura das questões étnico-raciais “o fazem como quem nega conceber a capacidade intelectual ao segmento social descendente de escravizado” (CUTI, 2007, p. 12), desse modo verticaliza-se saberes construindo e assegurando a permanência e a manutenção de privilégios. Até mesmo Antônio Cândido, que advoga a literatura como direito inalienável, não se referiu à autora em seu importante livro *Formação da literatura Brasileira* (2000). Diante dos postulados do crítico, bastante avançados, comprometidos e à esquerda da crítica literária em voga, é revelador o fato de Maria Firmina dos Reis não ser citada em tão relevante empreendimento. Reis é uma mulher negra e nordestina, paulatinamente, sua obra tem galgado

espaços que estavam herméticos a sua inclusão. O chamado do seu nome precisa ser muito forte para que seu reconhecimento não seja apenas uma onda, mas sim uma definitiva e merecida conquista.

A expressão estética na escrita das autoras negras não se desvincula das preocupações ligadas à raça, gênero e classe, essa interseccionalidade atravessa suas obras e são seu substrato. Maria Firmina dos Reis escancarou a miserabilidade a que a população negra foi empurrada e, concomitantemente, deu voz a seus personagens, a palavra escrita e a ação estavam, indelevelmente, vinculadas. Na obra de Firmina dos Reis, há a conexão entre sua vida pessoal, a sociedade em que viveu, suas memórias – indissociáveis e amalgamados, são, dessa forma, relatos escrevíveis.

Ao lermos as obras de autoras como Maria Firmina dos Reis (1859) (1887), Conceição Evaristo (2017), Maria Carolina de Jesus (1960), Beatriz Nascimento (2006), Ana Maria Gonçalves (2019), Zora Hurston (2021), Toni Morrison (2007), bell hooks (2017), Audre Lorde (2023), Ângela Davis (2016), Ega Françoise (1978), mesmo resguardados os devidos estilos literários, épocas e contextos históricos, observamos alicerces semelhantes: a imbricação com o cotidiano, a denúncia das opressões, a transmigração das vozes coletivas e ancestrais, pois essas mulheres têm em comum o fato de serem oriundas da diáspora africana, do tráfico Atlântico e por vivenciarem as opressões de raça, gênero e classe que transpassam toda a sua subjetividade.

Heloísa Toller Gomes (2021) resgata o termo *cunhado* pela professora, escritora e ativista Carol Boyce Davies “subjetividade migratória”, para referir-se ao intercruzamento que permeia a escrita-vivente das escritoras negras. Esse fato não deve ser encarado como um fardo ou como fronteiras limitantes, mas, ao contrário, consiste na possibilidade de libertação individual e coletiva, sendo um resgate identitário que ressignifica a subjetividade negra, violentada e estilhaçada pelo colonialismo.

A escrita (da mulher) negra é construtora de pontes entre o passado e o presente, pois tem traduzido, atualizado e transmutado em produção cultural o saber e a experiência de mulheres através de gerações. Do mesmo modo, pontes entre autoras de diferentes idiomas e nacionalidades possuem a paixão do narrar, a crença na compreensão através da palavra – em suma, na capacidade que tem a palavra de intervir. Assim, a palavra é por elas utilizada como ferramenta estética e de fruição, de autoconhecimento e de alavanca do mundo (GOMES, 2017, p. 1).

A produção dessas escritoras não pactua com a escrita hegemônica da branquitude e rompe com estereótipos, dando voz, humanidade, racionalidade, dignidade às afrodiáspóricas e

afrodiaspóricos, tradicionalmente fixados nas bordas das produções literárias. As autoras insubmissas constroem suas narrativas com outros olhares e vivências. Contrapõem-se ao racismo, ao patriarcado, à opressão de classes, à essencialização, à história única e, a contrapelo, reconstróem alteridades, resgatam memórias e saberes ancestrais e ajudam a (re)construir e alicerçar as lutas do povo preto por equidade e justiça. As *vozes-mulheres* são potentes instrumentos de denúncia e luta antirracista.

[..] Talvez estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada (EVARISTO, 2023, p. 4).

São essas memórias e lutas que têm assegurado a sobrevivência física e cultural das afrodiaspóricas e dos seus iguais. Como base da sociedade, a mulher negra, ao escrever, horizontaliza saberes e traz à tona a encruzilhada de opressões, subvertendo a narrativa de subalternidade imposta pela branquitude. A tessitura desses textos, como *Úrsula* (1859) e *A Escrava* (1887), de autoria de Reis, ligam-nos a gerações passadas e presentes e motivam quebras de paradigmas, reinvenção de identidades e sentimento de pertença.

3.3.1 Protagonismo negro no romance *Úrsula*

Há uma história subterrânea que emerge com bastante força em *Úrsula* (1859), através dos escravizados Túlio e Susana. São esses personagens que conferem excepcionalidade à obra. Publicado originalmente em 1859, em estilo Romântico, em voga no Brasil oitocentista, o romance trata de um triângulo amoroso envolvendo Úrsula (mocinha), Tancredo (mocinho) e o Comendador Fernando P. (vilão). Nas histórias transversais, mas fundamentais para o desenrolar da obra, estão os escravizados Túlio e Antero e a escravizada Susana, alter ego de Maria Firmina dos Reis. A obra veio a público em pleno contexto das discussões sobre o projeto de nação que estava em curso no Brasil, e a escravidão estava no centro dessas discussões. Como atesta Fernanda Miranda, sobre o romance *Úrsula*:

Publicado em um momento de enrijecimento das pressões nacionais e internacionais pró-emancipação, no contexto dos séculos que circulavam no século XIX imperial e escravocrata, o romance de Maria Firmina dos Reis era heterogêneo, dessemelhante – pois ali o sujeito negro falava em primeira pessoa e estancavam na superfície do texto experiências ainda não pronunciadas, que davam a ver toda a desumanidade e violência da escravidão por meio da fala em primeira pessoa do sujeito que vivia no território nacional (MIRANDA, 2019, p. 91).

Em meio a essas efervescentes discussões pela abolição, Reis nos apresenta, pela primeira vez na história da literatura feita no Brasil, personagens escravizadas com discursos reivindicatórios e com direito à racionalidade e afetividade. Túlio, escravizado, e Tancredo, branco e rico, dois homens jovens se encontram logo no início do romance. Túlio salva a vida de Tancredo e, como recompensa, este compra a carta de alforria do cativo. É no primeiro capítulo, intitulado “Duas almas generosas”, que o encontro acontece. É importante ressaltarmos que o próprio título é inusual: Se ambos possuem almas generosas é porque são iguais e compartilhavam valores morais. Maria Firmina vai além - Túlio é o modelo de generosidade, nobreza de caráter e gentileza, ou seja, o escravizado é *civilizado* e, se Tancredo é também um homem generoso, é porque sua alma se assemelha a de Túlio.

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar com os vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a sua nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe as veias; o mísero ligava-se a odiosa cadeia escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e servidão não puderam resfriar, em balde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco! (REIS, 2018. p.54).

Tancredo, um homem branco e rico, pensava diferente do sistema patriarcal e escravista, mesmo esse lhe conferindo privilégios, descreve o jovem personagem escravizado, declarando sua aversão à escravidão qualificada como “odiosa cadeia” que expressava “o poder do forte contra o fraco”, como observamos no trecho acima. A descrição de Túlio é humanizadora, “franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a sua nobreza de um coração bem formado”. Dois homens valorosos que, como espelho um do outro, se reconhecem e se acorrem. Assim, prossegue Reis, promovendo um significativo diálogo entre os jovens:

Quem és? – Perguntou o mancebo ao escravo apenas saído do seu letargo. – Por que assim mostras interessar-te por mim?!...

– Senhor! – Balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou com acanhamento, que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!...

– Eu? – Atalhou o cavaleiro com efusão de reconhecimento – eu perdoar-te! Pudera todos os corações assemelharem-se ao teu. E fitando-o, apesar da perturbação do seu cérebro, sentiu pelo jovem negro interesse igual talvez ao que este sentia por ele. Então nesse breve cambiar de vistas, como que essas duas almas mutuamente se falaram, exprimindo uma o pensamento apenas vago que na outra errava.

Entretanto o pobre negro, fiel ao humilde hábito do escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação.

Apesar da febre, que despontava, o cavaleiro começava a coordenar suas ideias, e as expressões do escravo, e os serviços que lhe prestara, tocaram-lhe o mais fundo do coração. É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro: por isso, num transporte de íntima e generosa gratidão o mancebo, arrancando a luva que lhe calçava a destra, estendeu a mão ao homem que o salvara. Mas este, confundido e perplexo, religiosamente ajoelhando, tomou respeitoso e reconhecido essa alva mão, que o mais elevado requinte de delicadeza lhe oferecia, e com humildade tocante, extasiado, beijou-a. (REIS, 2018, p.56).

Firmina utilizou a voz do personagem Tancredo para, mais uma vez, contrapor-se à escravidão e reafirmar o elo entre os dois homens, utilizando-se de diversos códigos que pactuam fidelidade, como o aperto de mãos e o beijo, a amizade entre os dois jovens foi selada e seus destinos entrelaçados. No trecho “É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro”, a autora reforça a igualdade entre os jovens, a amizade que principia é entre *iguais* em dignidade. Ao pensarmos que o romance foi escrito no século XIX, temos claramente evidenciada a ousadia da autora em seu discurso abolicionista. Túlio tem racionalidade e isso assegura sua humanidade, auxilia Tancredo que se encontrava em situação de infortúnio, contudo poderia tê-lo deixado perecer, pois é vítima do sistema escravagista colonial, dominado por homens brancos, mas o escravizado faz a consciente opção de socorrer o desventurado e aturdido mancebo. Firmina, dessa forma, ressalta a valorosa alma de Túlio.

No encontro entre os dois jovens, a autora discorre sobre o aviltamento da escravidão e o desejo de liberdade,

E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!

Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador:

vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta, porém, em breve dessa doce ilusão, ou antes sonha que a engolfara, e a realidade opressora lhe aparece: é escravo e escravo em terra estranha! (REIS, 2018, p. 67).

Liberdade e África são indissociáveis, como observamos no discurso acima e, mais adiante, no capítulo IX, a escravizada Susana também proferirá um discurso bastante semelhante. Em África, para além das belezas naturais, está a família, lugar de afeto e memórias prazerosas. O continente africano simboliza o direito à existência e ao afeto. O trecho destaca, ainda, que o escravizado em terras brasileiras é um estrangeiro, pois aqui não encontrou acolhimento, mas, ao contrário, a hostilidade, o sequestro da terra natal para suportar as mazelas e injustiças da hedionda escravidão.

A negra Susana entra em cena, não coincidentemente, no mesmo momento em que Túlio anuncia sua alforria. Quando a escravizada protagoniza uma das mais interessantes falas do romance:

Liberdade! Liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: – uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2021, n.p).

Essa construção assinala as diferenças entre cativo e liberdade. Susana estica o conceito de liberdade, afirmando para o jovem Túlio, de quem cuidara como um filho, que a troca de dono não lhe confere autonomia, pois continuaria coisificado, propriedade de outrem. Ser livre é, em contraposição, abolir de maneira absoluta o cativo, assegurando o direito de existência e felicidade. A personagem chama inclusive seus algozes de *bárbaros*, título, geralmente, outorgado aos escravizados e escravizadas. É digno de nota que os personagens negros presentes na obra firminiana falam corretamente o português e proferem elaborados discursos contra as agruras da escravidão, em defesa de suas liberdades. Apenas seus corpos negros estão presos, suas almas, sua racionalidade e seus afetos são livres.

Dando seguimento à voz narrativa de Susana, encontramos o seguinte trecho:

Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!...

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte.

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam (REIS, 2018, p. 122-123).

A personagem Susana faz uma pormenorizada descrição do tráfico humano, desse modo é a partir da escravizada que a descrição dos horrores que ocorriam no interior dos navios negreiros é descortinada. Pela lógica firminiana, ninguém melhor do que a escravizada, que vivenciou a hedionda travessia, para falar sobre suas dores. A historiadora Ynaê Lopes faz a seguinte descrição do tráfico negreiro:

“Tumbeiros”. Esse era um dos sinônimos utilizados para se referir aos navios negreiros que transportavam africanos escravizados para as Américas. A escolha desse substantivo não era aleatória: a violência inerente à escravidão somada às horrendas condições sanitárias da travessia marítima fizeram desses navios verdadeiras tumbas transatlânticas. As estimativas apontam que de 10 a 15% dos africanos que embarcavam nos tumbeiros morriam no percurso. Fome, sede, doenças, tristeza, castigos e, inclusive, suicídio eram as causas da mortandade de uma viagem cujo destino final era a escravidão. (LOPES, 2013, n.p)

Percebemos muitas semelhanças na descrição de Maria Firmina dos Reis e Ynaê Lopes - as mortes, a precariedade alimentar, a violência. A historiadora aponta os horrores do tráfico que assegurou uma importante e lucrativa atividade econômica no Brasil, enriquecendo

traficantes, Igreja e Estado (Lopes, 2013); Firmina demonstra uma compreensão das engrenagens do tráfico humano, possivelmente, devido ao intenso contato com escravizadas e escravizados em seu entorno, também por estes narrarem suas desventuras à autora (GOMES, 2022).

É através de Susana que Firmina expõe suas mais contundentes críticas ao sistema escravagista. Os diálogos dessa personagem são políticos, pois, caminhando *pari passu* com as memórias narradas, estão as denúncias e a inconformidade. Susana fala sobre si e pelos seus, pensa no infortúnio do coletivo, externa com clareza seu sofrimento, a escassez alimentar e mostra toda a sua indignação com o fato de seres humanos serem tratados como animais, acorrentados e desumanizados pela vilania da escravidão. Susana articula seu discurso com lucidez, a partir de memórias que lhe causam bastante pesar e fala, inclusive, dos africanos que optaram pela morte para se libertarem da vilania do tráfico.

Zahidé Lupinacci Muzart (1918), pesquisadora da literatura feminista brasileira, tem o seguinte apontamento sobre a construção do escravizado na obra firminiana:

A fala da mãe Susana é realmente um dos pontos altos do romance e o tom de paixão, saudade e dor que transparecem deste texto bem mostram o engajamento de Maria Firmina na defesa do negro, mas importa ainda anotar que, além de dar voz ao negro, Maria Firmina adota o já referido modelo do “bon nègre”, “o negro de alma branca”.

Enquanto outros escritores que escreveram sobre a escravidão o fizeram de fora, com um olhar neutro, ela, Maria Firmina, em cujas veias corria o sangue de ancestrais africanos, escreve de dentro, como um deles. Por tal razão, a voz negra é tão forte neste romance e tão verossímil, pois a autora privilegia a identidade com a cultura negra, com a camada dos despossuídos. Não escreve um romance para negros, mas esforça-se para ascender socialmente à classe letrada do Maranhão e deseja realizar uma literatura que se inclua na chamada literatura erudita para que seu nome não seja esquecido (MUZART, 2018, p. 32-33).

Dois pontos importantes sobressaem do pensamento de Muzart, acima transcrito: O primeiro ponto diz respeito ao fato de muitos pesquisadores de Maria Firmina, como Eduardo Assis Duarte (2018) e Fernanda Miranda (2019), levantarem, de fato, a possibilidade da autora ter entrado em contato com a obra de Harriet Beecher Stowe (1852), mas, ao contrário do que afirmou Zahidé Muzart, parece-nos que há um claro afastamento entre Reis e Stowe - a primeira constrói, em sua famosa obra *A Cabana do Pai Tomás* (1852), muito em moda no Brasil na segunda metade do oitocentos, personagens negros e negras que colocavam a lealdade aos seus senhores acima da liberdade, por isso aceitavam passivamente a dureza do cativo. Já na obra de Reis, encontramos um contundente discurso antiescravagista, em clara oposição ao “bon

nègre”. Na escrita firminiana não há negociação, não é o abrandamento dos castigos físicos que aparece nos discursos dos escravizados e escravizadas, mas, inequivocamente, a liberdade. Nessa perspectiva, a comparação de Muzart parece-nos aligeirada, sem penetrar devidamente na tessitura do texto de Maria Firmina dos Reis.

O segundo ponto diz respeito à afirmação de Muzart em relação a outros autores que escreveram sobre a escravidão *de fora* e, por isso, seriam *neutros*, enquanto Maria Firmina, “em cujas veias corria o sangue de ancestrais africanos”, escreve *de dentro, como um deles*, completa a autora. É importante colocarmos essa ótica em relevância por sua recorrência na atualidade. Será mesmo possível essa neutralidade? Ou, nos demais autores mencionados por Muzart, há uma contenção da emocionalidade comumente encontrada na produção de negros e negras que escrevem sobre as barbáries da escravidão e temas afins? Seria uma forma de inserção e inclusão entre os cânones literários e científicos? Essa nos parece a alternativa mais viável. Reiteradas vezes, quando autoras negras e autores negros recusam, conscientemente, a falaciosa neutralidade, suas produções são adjetivadas como menores, por trazerem marcadores distintos dos aceitos pela Academia. A escrevivência tem levantado essa bandeira e advoga que tanto no fazer científico como na produção literária, o direito à nossa emocionalidade e racionalidade sejam postulados como alicerces basilares e complementares da intelectualidade dos afrodiaspóricos.

Eduardo de Assis Duarte (2018) analisa o pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe, pesquisador da “razão negra”, que seria “um conjunto de narrativas míticas, filosóficas e até mesmo científicas voltadas para a construção de um saber que estabelece um ‘paradigma de submissão’” (DUARTE, 2018, p. 51). Esse conjunto de concepções coloca o negro em posicionalidade de submissão e inferioridade, até reduzi-lo à condição de infra-humano, ou seja, “num humano diferenciado, porque é desprovido de razão e dominado pelos instintos” (DUARTE, 2018, p. 52). Contudo, o texto firminiano confronta essa concepção justificada pelo racismo e colonialismo, e coloca negros e brancos em horizontalidade. Os escravizados e escravizadas são conscientes, racionalizam sobre sua situação de penúria, sabem quem são seus algozes e defendem a liberdade. Outrossim, o sujeito negro é protagonista de suas ações e parâmetro de elevação moral na obra de Maria Firmina dos Reis.

A personagem Susana, que pelos dogmas românticos seria uma antimusa, aparece, sob a pena firminiana, como uma heroína. Susana, ao clamar por liberdade, utiliza como referência seu passado na África, mas sua luta situa-se no tempo presente, ela fala em nome de um coletivo

- a liberdade não é almejada só para si, mas para todas e todos que se encontram sob a ignomínia do cativo. A personagem, dessa forma, é elo e traça um fio condutor para os afrodiáspóricos, evocando sua ancestralidade e insubordinando-se contra o jugo escravista. Notemos a prodigalidade desse feito: A personagem Susana é uma mulher negra e insurgente, criada por uma autora com as mesmas características de raça e gênero, ambas são separadas pela ficção/realidade, cativo/liberdade.

Embora Susana e o escravizado Túlio não sejam convencionalmente os personagens protagonistas do romance *Úrsula*, sua trajetória está amalgamada à narrativa e conduzem o nosso olhar sobre as opressões, privações e a indignidade da escravidão. Suas vozes de escravizada e escravizado invocam uma profunda consciência e nos colocam no epicentro das questões raciais que fundaram e fundamentam a sociedade brasileira.

O clássico romance *Úrsula* transcende gerações, sua abordagem é inédita, é um romance de fundação, por inaugurar uma literatura que dá voz aos escravizados e escravizadas no Brasil. Nessa perspectiva, o livro é, então, o primeiro romance abolicionista brasileiro. Aos mais desavisados pode parecer um romance *comum*, encerrando todas as tragédias pontuais do Romantismo, porém sua força e prodigalidade vêm à tona, ao trazer, como pano de fundo, o Brasil do século XIX, marcado profundamente pelo racismo, patriarcado e disputas de classes e por posicionar negros e negras em protagonismo narrativo.

3.3.2 A escrava - Um conto abolicionista

O conto *A Escrava* foi publicado em 1887, no periódico *Revista Maranhense*, e já traz em seu título a desobediência, o corpo em evidência está fora do poder. Toda a construção da obra transforma as feridas da colonização em resistência. A voz narrativa é feminina.

Firmina deixa explícito o quanto abomina a escravidão. Em todas as suas obras, as personagens escravizadas são mães e sofrem pelo desmantelamento da família. A escrita de Firmina perturba, dessa maneira, a ordem patriarcal escravocrata, porque traz o tema da escravidão sob a ótica dos próprios cativos, e isso é pioneiro. A autora reproduz temas românticos em sua obra: melancolia, angústia, morte, tristeza, loucura, porém, não são exclusivos da classe dominante, ao contrário, o sofrimento é autorizado aos escravizados e os brancos assumem seu lugar como algozes impiedosos. Isso é ressignificar o Romantismo e

mostrar uma empatia atenta aos infortúnios dos oprimidos. O eixo central da narrativa firminiana é o corpo do escravizado, suas violações e lutas por liberdade.

Para construir seus personagens não estereotipados e com direito à subjetividade, Firmina praticamente não tem modelos, visto que os escravizados eram invisibilizados ou emudecidos na literatura de então. O Romantismo colabora com a construção dos mitos fundacionais nacionais, mas o faz a partir do enaltecimento e das ambições étnico-nacionalistas da classe dominante (CANDIDO, 2000). A contrapelo, Firmina traz negros e negras para o centro de sua narrativa, eles têm nome, memórias e histórias.

A abertura do conto *A escrava* é feita através da voz de uma senhora, sem nome, da alta sociedade que tenta convencer outras pessoas, igualmente ricas, sobre a urgência da abolição.

Assim:

- Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! Levantei os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade e disse-me:

Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comparado a liberdade!? E, depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2021, n.p).

Nesse trecho, Firmina utiliza elementos da moral cristã com o intuito de convencer os presentes. E refere-se aos malefícios que a escravidão traz à sociedade, utilizando expressões como “abutre que a corrói” e “cancro que a destrói”. As metáforas traduzem o pensamento recorrente da obra da autora de que a escravidão inviabiliza o desenvolvimento do Brasil, é sinônimo de barbárie, para além de perversidade e desumanidade com escravizadas e escravizados.

E, assim, prossegue a narradora-testemunha justificando as razões pelas quais defende o fim da abominável escravidão:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado, ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós.

Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... E depois o caráter que nos imprime, e nos envergonha!
 O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.
 O senhor, que papel representa na opinião social?
 O senhor é verdugo – e esta qualificação é hedionda (REIS, 2021, n.p).

Nesse diálogo, a autora explana sobre o comércio e a lavoura, que não se desenvolvem, devido ao fato do trabalho dos escravizados ser *forçado*. Firmina assinala, dessa forma, a racionalidade de homens e mulheres negras em condição de cativo. Não produzem, pois, conscientemente, sabem da vilania sobre seus corpos. Por que razão produziriam para enriquecer quem os maltratava? Os escravizados são, nitidamente, colocados como vítimas de um sistema brutal que os tiranizava, mas não são inertes, ao contrário, estão em movimento de oposição e confronto ao escravismo. A outra razão apresentada pela autora é no tocante à vergonha conferida pela escravidão diante dos países livres, citando a mestiçagem quando diz que o “cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós”. Para a autora, sendo o Brasil um país de mestiços, como manter e explicar a escravidão diante do mundo?

O tom incisivo de Reis é abrandado quando traz para a cena os escravizados. Quanto ao jovem Gabriel,

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de cicatrizes, entretanto sua fisionomia era franca e agradável. O rosto negro e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção da angústia que se lhe pintava na frente, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê altamente interessante (REIS, 2021, n.p).

Maria Firmina dos Reis descreve o escravizado Gabriel de maneira bastante empática. O jovem tem uma fisionomia “franca e agradável”. É recorrente na obra firminiana essa descrição humanizada e afetiva dedicada aos oprimidos, que são os heróis e as heroínas de suas obras. A autora ressalta suas almas valorosas e, ao mesmo tempo, acalanta suas dores oriundas da brutalidade em que viviam. Quando Gabriel, que estava à procura de sua mãe Joana, narra suas aflições, é praticamente impossível não ter empatia com o jovem. Gabriel cativou a senhora abolicionista e, de modo análogo, cativa as leitoras e leitores.

A autora utiliza-se de termos como verdugo, feroz, brutalidade, colérico, para mostrar os antagonismos e dicotomias presentes em seu conto e ilustrar as divergências entre o vilão, o mocinho e a heroína. Os vocábulos são de destacada importância, escolhidos e posicionados cuidadosamente para exprimirem o cerne do pensamento da autora: Fazer as leitoras e os

leitores refletirem sobre o quanto de vilania o branco colonizador é capaz para manter-se no comando como classe hegemônica; E, ao mesmo tempo, Firmina catalisa o nosso olhar e empatia para os que estão na margem - a escravizada à beira da morte e seu amoroso filho.

O conto prossegue apresentando o capataz, enfurecido, que vocifera à procura da escravizada Joana, que fugira do cativo:

Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos a procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! (REIS, 2021, n.p).

Há uma certa descrença da autora, pois ela desconstrói a fala do capataz ao narrar os infundáveis trabalhos, açoites, fragmentação familiar, loucura, e demais infortúnios oriundos da escravidão. Quem seria, enfim, o maldito? A barbárie não está nos escravizados e escravizadas. Os diálogos são construídos de tal maneira que não deixam dúvidas ao leitor sobre quem é o perverso e desumano na história.

A *Escrava* é o conto mais abolicionista de Reis, escrito em 1887, portanto um ano antes do fim da escravidão. A família da escravizada Joana fora enganada por não dominar o letramento. Melhor dito, o pai de Joana era indígena e comprara, com muito esforço, a alforria da filha, mas, por não saber ler, não pôde verificar o artil de que estava sendo vítima – o documento não possuía valor legal. Ynaê Lopes salienta a precariedade que envolvia a aquisição das cartas de alforria, pois, “um proprietário poderia deixar simplesmente de reconhecer o documento e exigir a reescravização” (LOPES, 2013). Isso evidencia o quanto os escravizados estavam à mercê da tirania dos senhores. No conto, Firmina denuncia uma fraude recorrente no Brasil:

O enredo de “A escrava” gira principalmente em torno dos seguintes conflitos: lei versus prática da lei; palavra escrita versus oral; senhores brancos opressores versus negros oprimidos. Assim como Susana (em *Úrsula*), a personagem Joana, protagonista do conto, narra em discurso direto sua história pessoal, marcada por desigualdades de força ancoradas não só nas leis escravagistas, mas também numa ideologia racial que estruturalmente privilegia os brancos à custa da desintegração da família e da pessoa negra (*Correio Brasiliense*, 2017, n.p).

A fraude da carta de alforria trouxe vários desdobramentos para a narrativa: a mãe de Joana enlouquece, depois Joana, protagonista do conto, é *reescravizada*, perde dois filhos que são vendidos. Em desespero, Joana foge e morre. Pelos diálogos, é perceptível que Joana não desistiu de confrontar seus algozes. O capataz, em perseguição da fugitiva, encontra a senhora-testemunha e pergunta: “não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há

pouco? Uma negra que se finge douda... Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas, já não tenho fôlego” (Reis, 2021, n.p). Joana morre em luta, fugindo do sistema escravagista e, antes do desfecho final, relatou suas memórias para seus ouvintes: seu filho Gabriel e a senhora-testemunha.

No conto *A escrava*, Firmina lança mão do *olhar* entre os personagens como um expediente para comunicar e convencer o leitor da sua mensagem primeira – a urgência da abolição. É na troca de olhares que a autora revela medos, anseios, piedade, loucura, terror, afeto, subserviência, coragem. Essa estratégia é encontrada em vários trechos da obra, vejamos alguns exemplos: “Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz.” (REIS, 2021, p. 246); “[...] fixe-o. Apesar do terror que me havia inspirado, fixe-o resolutamente.” (ibidem, p. 246); “[...] olhei-o, e do medo, passei à consideração, ao interesse.” (ibidem, p. 247). Apesar do medo, a narradora-testemunha fixa o olhar em Gabriel e o *enxerga*. Segundo Laísa Marra (2018), isto ocorre porque “é uma perspectiva de dentro, a qual se enxerga o sujeito negro antes como um ser humano escravizado do que como um escravo destituído de humanidade.” (MARRA, 2018, p. 229). Gabriel, por sua vez, demora mais tempo para fixar o olhar, ele recua, se esconde. Possivelmente, são sequelas construídas pelos anos de subserviência e temor impostos pelo regime escravista.

Maria Firmina dos Reis utilizou um sofisticado recurso narrativo, hoje nominado de “caixa chinesa” ou “vasos comunicantes”, ou seja, um conto em camadas que se abre para diferentes narradores e diferentes histórias.

Os vasos comunicantes são na verdade uma associação dentro de uma unidade narrativa de acontecimentos, situações, temas, personagens, que acontecem em tempos e lugares diferentes. Dessa forma, o escritor associa ou funde esses acontecimentos, personagens, etc.

Agrupando tudo isso em apenas uma realidade narrativa, cada situação revela suas tensões, suas emoções. Dessa fusão emerge uma nova experiência que vai lançar um elemento perturbador, inquietante que dará uma aparência de vida (SACOMAN, 2016, n.p).

A dinâmica encontrada por Firmina é inusitada e permite que diferentes personagens tenham direito de fala. Dessa maneira, a escravizada e protagonista Joana narra suas memórias, seu filho Gabriel pode revelar seus temores e suas ambições, e a senhora abolicionista proferiu sua indignação diante da escravidão. São histórias que se inter cruzam e se desdobram para o encaminhamento do desfecho final.

Outro fator de destaque é o fato de a narradora-testemunha ser uma senhora de posses, ela precisava pertencer às classes dominantes para que, entre os seus, proferisse seu discurso

antiescravagista e fosse escutada. A narradora discorre sobre suas memórias do encontro entre a escravizada Joana e seu filho Gabriel, o que fortaleceu suas concepções abolicionistas. A senhora consegue proteger a escravizada em fuga pela fiabilidade de sua presença no cenário onde o capataz procurava por Joana. Logo a seguir, a senhora arroga a alforria de Gabriel por dominar a leitura e escrita, mostrando ao senhor escravista os documentos nos quais a lei determinava a emancipação do jovem.

Delirante e fragilizada, a escravizada Joana perece. Firmina deixa registros bastante nítidos que a culpa pelos males de Joana é do sistema escravagista. A fugitiva recebe proteção da senhora e, em diálogo com esta, reclama o direito a narrar suas memórias, antes de seu último suspiro. Mais uma vez Firmina coloca na voz de uma mulher negra a narrativa de seu destino. Joana conta como sua família fora apartada de si e como essa iniquidade a feriu mortalmente:

- Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.

- Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!

- Cala-te! Gritou meu feroz senhor. - Cala-te ou te farei calar.

- Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: - meus filhos!... meus filhos!

Mas ele dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar. Aqui a mísera calou-se; eu respeitei o silêncio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado:

Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e, juntos exclamamos:

- Morta! (REIS, 2021, n.p).

“O conto *A escrava* humaniza o oprimido e desumaniza o opressor” (ZIN, 1918, p. 198). Este fato é central na história e causa o desatino da mãe de Joana, sua própria fragilidade e a separação de seus dois filhos, o que causa o seu adoecimento. Joana falece, mas antes exprime com bastante clareza as agruras da sua condição de escravizada. Dessa vida de infortúnios veio a doença e a morte. A família é um vértice importante da narrativa e humaniza os escravizados e escravizadas, que podem externar seus laços de afeto. Tanto no romance *Úrsula* como no conto *A escrava*, é evidenciado que os escravizados possuem origem familiar, e, desse modo, memórias e subjetividade. O apartamento desses vínculos é, conseqüentemente, causa de sofrimento e desagregação.

A narradora-testemunha confronta sozinha o capataz Antônio e o senhor Tavares. Não há, ao seu lado, presença masculina, salvo a do escravizado sob sua proteção. Foi dada a uma personagem feminina o poder de enfrentamento ao representante do sistema escravista e do patriarcado, e a senhora o faz altivamente. Tavares recebe das mãos dessa os documentos que

comprovam a liberdade de Gabriel, “um volume de papéis subscritados e competentemente selados” (REIS, 2021, n.p). A senhora exige a imediata liberdade do jovem. Gabriel fica estupefato pelo desconhecimento dos seus direitos e da sua iminente emancipação. O senhor Tavares retruca:

Sim, minha cara senhora, redarguiu, terminando a leitura; o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla...

A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos.

Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não aprovação do seu senhor (REIS, 2021, n.p).

O escravocrata Tavares acusa a lei de burlar princípios primeiros, como o direito de propriedade. Por não concordar com o teor do decreto, o senhor sente-se à vontade de menosprezá-lo e, mais perverso ainda, manter sobre o cativo alguém a quem a justiça já concedera liberdade. O senhor evoca uma memória dos tempos áureos da escravidão a qual se encontra em inegável decadência. A senhora não recua e consegue o feito de libertar o escravizado, proferindo a frase final do conto, dirigida aos dois homens: “Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre. Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!” (REIS, 2021, n.p).

Nesse momento, a testemunha-narradora confronta o senhor escravagista, lembrando-lhe que a morte era culpa da brutalidade da escravidão, portanto sua responsabilidade. Infelizmente, já nada podia ser feito em relação à Joana, mas a senhora reitera sua vitória sobre o senhor escravagista ao libertar Gabriel, pedindo a este para que levantasse a fronte, ou seja, erguesse a cabeça e tivesse orgulho da liberdade conquistada, era o fim da dura vida no cativo. Em vista disso, “O senhor Tavares cumprimentou e retrocedeu no seu fofoso alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre”, possivelmente, a retirada do senhor Tavares metaforiza o fim do sistema escravocrata que encontra seu desfecho final em 1888, ano seguinte à publicação da obra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Herói de preto é preto
Feito Cosme e Firmina”.*
(Gíria Vermelha)³⁶

No documentário *Cabralista* (2011) é apresentado o seguinte pensamento de Amílcar Cabral: “Se queres oprimir um povo, proibam-lhe a música e a dança, mas se querem libertar um povo, conte-lhe sua verdadeira história”. A história do povo preto no Brasil tem sido secularmente contada pela historiografia eurocêntrica e é uma história de dominação e subordinação. As resistências e a intensa produção em todos os campos do conhecimento de negras e negros no Brasil têm sido diuturnamente obliteradas. É premente contarmos a nossa própria história com outros personagens e narrativas antirracistas e contra-hegemônicas, para isso é mister reivindicarmos o direito às memórias. É nesse âmbito que a presente pesquisada foi pensada e edificada.

A obra de Maria Firmina dos Reis é essencialmente política, rompeu paradigmas e é marcada pela ousadia e pelo ineditismo. A autora pensava a escravidão a partir da margem, em que estavam as excluídas e os excluídos. Sua escrita trouxe um novo olhar sobre as escravizadas e os escravizados, pois o protagonismo destes representa uma construção incomum para a época. Seus personagens são sujeitos éticos, donos dos seus discursos, com direito a memórias, humanidades e singularidades. Por essa característica própria de sua produção estética, Firmina forçou uma fratura no corpus literário do período.

A escrita de autoras negras como Reis constrói pontes que nos unem ao passado, alertando-nos sobre o racismo e suas violências, a exclusão social, o patriarcado, as lutas de classe, e, na direção inversa, evidencia as resistências que permeiam toda a história do povo preto no Brasil. A escrita transforma-se, assim, em ofício, arte e luta, alinhando em sua tessitura ancestralidade, passado, presente e perspectivas de futuro.

³⁶ O poema é parte da composição “Herói de preto é preto”, a canção fez parte do álbum *A hora do revide*, lançado em 2008, pelo Gíria Vermelha. O Gíria Vermelha é um grupo de rap maranhense, fundado em 2002, que possui por filosofia as lutas de classe e raça. A preocupação central do grupo é a conexão com as periferias e favelas do Maranhão e do Brasil. Disponível em <https://giriavermelha.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em 13/09/2024

Grada Kilomba (2019) relembra as fraturas psíquicas causadas pela memória do trauma da colonização, “nenhum povo passa por uma experiência tão violenta e aviltante e sublima essa memória, são feridas persistentes não cicatrizadas, inclusive porque a mentalidade do colonialismo é persistente em nossos dias”. O poeta Fernando Pessoa³⁷, ao exaltar as grandes navegações, proferiu em seus famosos versos a seguinte frase, “navegar é preciso, viver não é preciso” (1914), em nosso caso, a grande aventura da modernidade europeia trouxe o esfacelamento das organizações societárias do continente africano e nos conduziu à escravidão. Parodiando o grande poeta, viver, além de preciso, foi uma urgência e, desde que aqui ancoramos, temos reinventado liberdades e sobrevivências.

A expressão discursiva de Firmina, como mulher negra no Brasil oitocentista, é marcada pelo caráter abolicionista. Sua obra é reivindicatória e antecede os discursos emancipatórios, reclama a abolição e a igualdade, o direito à educação para todos e todas como forma possível para alcançar-se o progresso do Brasil. Seu romance *Úrsula* (1859), inaugural da literatura negra feminina, subverteu vários dogmas e hoje se estabelece como importante documento histórico e literário, eivado de memórias ancestrais e resistências.

Desde o seu bicentenário, em 2022, o nome da autora tem sido amplamente divulgado e seu pioneirismo tem despertado crescente interesse investigativo. Muito ainda existe a pesquisar sobre Reis. As possibilidades de estudos são incontáveis: Firmina pode ser estudada a partir do ponto de vista dos feminismos atuais, da literatura, da literatura negra feminina. Como também, pelo viés da história das mulheres no oitocentos, da história das mulheres negras. Há a possibilidade de estudá-la, focalizando a participação das mulheres na imprensa no século XIX, a história da educação, entre outras muitas faces que Maria Firmina dos Reis assumiu.

Nossa pesquisa debruçou-se sobre suas contribuições literárias, seu ineditismo na construção de personagens escravizadas e escravizados conscienciosos de seu lugar social e desejosos de liberdade. Nesta discussão, ampliamos a compreensão acerca da trajetória dessa escritora e professora insurgente e observamos como sua vida e obra entrelaçam-se. Resgatar o nome de Firmina é crucial, pois a literatura brasileira tem se destacado por ser um espaço de reprodução das desigualdades e do racismo. A Academia tem sido, primordialmente, um lugar de perpetuação das referências brancas e, conseqüentemente, da construção ideológica que

³⁷ O poema *Navegar é preciso* foi escrito por Fernando Pessoa em 1914. Disponível em <http://www.nce.ufrj.br/ginape/cursoshtml/conteudo/fpessoa/pessoa6.htm>

asseguram os privilégios da branquitude. As pressões de professoras, professores e estudantes negros e negras comprometidos com as necessárias lutas antirracistas têm mudado gradativamente esse panorama.

A vida/obra de Firmina demonstra que os sonhos de liberdade e igualdade não são recentes como quer fazer crer a história única propalada pela branquitude. Nossos passos nas lutas libertárias vêm dos primórdios da colonização e perduram até nossos dias. Firmina é um exemplo disso, no século XIX usou sua pena para denunciar as agruras sociais e os privilégios dos homens brancos e ricos, a subalternização das mulheres, a perversidade da escravidão.

Apesar do aumento de artigos, teses e dissertações que são produzidos sobre a autora, algumas perguntas apontadas na dissertação permanecem sem respostas sólidas: Como Firmina conseguiu produzir e publicar no século XIX? Como as portas do restrito cenário intelectual maranhense do século XIX se abriram para uma escritora negra? Solução fácil seria apontarmos seu primo Sotero dos Reis, figura renomada nos círculos intelectuais, como seu mentor, mas nenhuma alusão encontramos até o presente que dê fiabilidade a essa suposição. Onde Firmina teria estudado? As únicas informações que obtivemos é que a autora estudou como autodidata, contudo persiste o questionamento: Quem iniciou seu processo de alfabetização? Sabemos que a presente pesquisa, por mais que tenha se debruçado sobre diferentes autores e autoras, cursos, palestras e afins, não esgota a diversa biografia da autora e de sua produção literária. Todos os herdeiros críticos de Maria Firmina dos Reis estão principiando uma jornada de descoberta da autora, muitas camadas ainda estão submersas.

Estudar a trajetória de Maria Firmina é também deparar-se com muitas contradições e polêmicas que envolvem seu nome. Comumente, encontramos artigos nos quais a autora é apontada como fruto de uma relação interracial com mãe branca e pai negro. Atualmente, creditamos sua maternidade a uma mãe negra, seu pai seria branco; a data de seu nascimento é controversa, 11 de março de 1822 ou 11 de março de 1823? Alguns dados sobre a biografia da autora se perderam, entretanto foi encontrado um diário (denominado de *Álbum*), que oferece algumas informações sobre a autora, apesar de encontrar-se incompleto e com a ordem cronológica desconexa.

Outro capítulo importante nos estudos firminianos é a ausência de imagens precisas sobre a autora, o que tem dado espaço para muitas e diversificadas representações do rosto de Maria Firmina, que vão, desde uma “confusão” da imagem da autora com a escritora branca gaúcha Maria Borman, o que fez Maria Firmina ser branqueada, a representações como “mulata

sexy” e negra com traços animalizados. Como Stuart Hall (2016) nos alerta, essas imprecisões revelam que nenhuma imagem é neutra, ao contrário, são portadores de inúmeras mensagens.

Obviamente, o branqueamento da sua imagem e o silenciamento acerca de sua obra, por quase cem anos, fazem parte de um padrão mais amplo no Brasil que nega aos afrodiáspóricos o direito à sua própria história, aos seus mitos e heróis constitutivos de identidades. É preciso, pois, “empretecer” a história do Brasil. A branquitude, por certo, não o fará. Cabe aos movimentos negros romper esses muros segregadores e trazer para o círculo dos debates os traumas da colonização, a exclusão secular colocada em prática no pós-abolição, a vulnerabilidade social e o extermínio diário do povo preto, o sentenciamento de mulheres negras às mais graves estatísticas de misoginia e as reparações urgentes e necessárias para a equidade.

Não é possível colocarmos um ponto final nessa investigação; restam muitas lacunas a serem pesquisadas; são muitos silêncios e interrogações que gravitam ao redor da autora e que nos motivam a seguir na busca. A insubmissa mulher do século XIX, Maria Firmina dos Reis, continua sendo uma voz que movimenta estruturas e escancara as fraturas sociais e raciais do Brasil, portanto seu legado é disruptivo e nos comunica sobre nossa capacidade de inventarmos liberdades e sobre nossas lutas ancestrais.

Para mim, militante do movimento negro desde a década de 90, estudar Maria Firmina foi reconectar fios da minha história pessoal e coletiva, é muito encorajador e digno reconhecer sua robustez de intelectual, escritora e professora, sua disposição em combater os infortúnios dos seus iguais e defender uma sociedade justa e igualitária. Como professora de história, ao me debruçar sobre a obra firminiana, vi um outro Brasil, o *que não está no retrato*, com personagens que têm tez escura e cabelos crespos como os meus e das minhas alunas e alunos das periferias de Salvador. Essa conexão com a autora é ancestral, pois temos um passado comum e uma memória em construção, da qual Firmina faz parte.

Concluo a pesquisa com a esperança de que as discussões sobre Maria Firmina dos Reis continuem em profusão, garantindo-lhe o destaque de que a sua biografia e sua contribuição para a literatura merecem. Com isso, desejo também que sua trajetória e obras consigam romper os muros acadêmicos e cheguem mais contundentemente às escolas da educação básica, ocupando, assim, em um futuro breve, os livros didáticos para além de notas de rodapé. Que Maria Firmina dos Reis esteja nos muros, esteja nas ruas, nas camisas, que sua voz ecoe...

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da História Única**. Disponível em https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf. Acesso em: 20/01/2023.
- ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (11), Ago 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 27/09/2023.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil *In*: CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Organizadoras). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BROCOS, Modesto. **A Redenção de Cam**. 1865. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em 13/07/2023.
- CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Momentos Decisivos. Volumes 1 e 2, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. Disponível em https://www.academia.edu/42109776/Forma%C3%A7%C3%A3o_da_Literatura_Brasileira_Volume_1_e_2_Ant%C3%B4nio_C%C3%A2ndido Acesso em 07/07/2023.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARONE, Iray. Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil *In*: CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Organizadoras). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARTAS DE D. PEDRO – 22 de setembro. **Cartas de D. Pedro Príncipe, Regente do Brasil, a seu pae D. João VI, rei de Portugal (1821 – 1822)**. Edição de Eugenio Egas. São Paulo: Typographia Brasil, 1916, p. 154-155. Disponível em:

https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/2166/1/45000008316_Output.o.pdf. Acesso em: 10/01/2024.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 10/08/2024.

CHAGAS, Gabriel. Aula 1 sobre o conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis: **4 momentos da literatura Afro-brasileira**. Laboratório de Estudos Negros (LEN)-PACC/Letras/UFRJ/University of Miami, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igmSKWctiLE&t=63s>. Acesso em: 10/09/23.

COLLINS, Patrícia Hills. Epistemologia feminista negra. In: COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo. 2019. p. 139-170.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed. São Paulo: Editora Fundação da UNESP, 2010

COSTA, Yuri. **Escalas de poder: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império**. 2019. Disponível em https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/675. Acesso em: 25/08/2023.

COSTA, Yuri. **Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10769>. Acesso em: 23/08/2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos e discriminação racial relativos ao gênero. Trad. Liane Schneider. Rev. de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. **Revista Estudos Feministas**. V. 10. Santa Catarina: UFSC, 2002. p. 171-188. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 22/01/2023.

CUNHA, Washington Denis dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A educação Feminina no século XIX: Entre a Escola e a Literatura**. Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. Sem. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30936/1802>. Acesso em: 22/01/2023.

CUTI (Luís Silva) – **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Consciência em debate / Coordenada por Vera Lúcia Benedito).

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Luciana de Oliveira Dias; SOUZA, Cristiane; HENNING, Carlos Eduardo (Orgs). Editorial. Corporalidades, narrativas e conhecimentos insurgentes: Um dossiê em tempos de intersecções de crises. **Revista Humanidades & Inovação**. Universidade Estadual do Tocantis-UNITINS. Palmas, v.7, n. 25, out 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/92>. Acesso em: 13/09/2024

DUARTE, Constância Lima *et al.* **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. Palestra: **Maria Firmina dos Reis - Precursora da Negritude**. Ministério da Cultura, Instituto Unimed BH, Academia Mineira de Letras, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mzWT29qCJ0k&t=13s>. Acesso em: 10/11/2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de desenho da minha escrita. Texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 2005. Publicado no livro **Representações Performativas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Marcos Antônio Alexandre (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p 16-21. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufri.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acesso em: 02/07/2023.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>. Acesso em: 20/09/2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos de memória**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, vol 1, 16 ed, São Paulo: Globo, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, vol 2, 16 ed, São Paulo: Globo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. São Paulo: Globo. 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1975.

FIGUEIREDO, Ângela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre a Guiné-Bissau e o Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis,

24(3): 398, setembro/dezembro, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>. Acesso em: 07 de nov. 2021.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**. V. 12, n. 29. e.102. Florianópolis: 2020. p. 1-14. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 14/04/2023.

FLORESTA, Nísia. XXXVI. In: **Opúsculo humanitário**. Brasília: Senado Federal, 2019. p. 65 - 66. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562126/Opusculo_humanitario.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 17/07/2024

FONSECA, Janete Flor de Maio. **Mulheres da elite brasileira oitocentista. Formação e atuação no teatro da sociedade**, 2021. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/16942/1/ARTIGO_MulheresEliteBrasilaira.pdf. Acesso em: 22/01/2024.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Agenor – Muitas Áfricas na Guimarães de Maria Firmina dos Reis. **Ciclo de palestras: 200 anos de Maria Firmina dos Reis**, 2022. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Romã Atômica Produtora, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7mLHpg_9i6A. Acesso em: 12/09/2022.

GOMES, Heloisa Toller. “Visíveis e Invisíveis Grades: Vozes de Mulheres na Escrita Afro-descendente Contemporânea”. **Literafro**. UFMG: Minas Gerais, 2017. p. 1-11. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/136-heloisa-toller-gomes-visiveis-e-invisiveis-grades-vozes-de-mulheres-na-escrita-afro-descendente-contemporanea>. Acesso em: 12/10/2022.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Da Independência do Brasil à Lei Áurea, vol III. 1 ed. Rio de Janeiro: Global Livros, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri e PUC-Rio, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em: 13/09/2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – Episódios de racismo no cotidiano – Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LESSA, Luciana Falcão. O que o racismo fez com você? In: Corporalidades, narrativas e conhecimentos insurgentes: Um dossiê em tempos de intersecções de crises. DIAS, Luciana de Oliveira Dias; SOUZA, Cristiane; HENNING, Carlos Eduardo (orgs). **Revista Humanidades & Inovação**. Universidade Estadual do Tocantis-UNITINS. Palmas, v.7, n. 25, out 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/92>. Acesso em: 13/09/2024.

LORDE, Audre. A poesia de Audre Lorde. **Portal Geledés**. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-poesia-de-audre-lorde/>. Acesso em: 5/07/2023.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ-Edusp, 1994.

MARRA, Laísa. A construção do sujeito negro em *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

MARTINS, Heloisa Helena T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. v. 30, n. 2. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP, 2004. p. 289-300. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MATTOSO, Katia Queirós. **Família e Sociedade na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento e apertura. Un manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10/08/2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramon (orgs.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 10/08/2024.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. **Silêncios prEscritos**: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006). 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MIRANDA, Tomaz; OLIVEIRA, Ronie; BOLA, Márcio Bola; MAMÁ; DOMÊNICO, Deivid; FIRMINO, Danilo. **Histórias Para Ninar Gente Grande**. Samba-enredo 2019 – Mangueira. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-paraninar-gente-grande>. Acesso em: 22/10/2022.

MIZAEEL, Táchita Medrado; BARROZO, Sarah Carolinne Vasconcelos; HUNZIKER, Maria Helena Leite. Uma interpretação analítico-comportamental da solidão da mulher negra. **Acta comportamental, Revista da ABPN**, v. no 2021, n. 38, p. 212-239, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1270>. Acesso em: 08/08/2023

MONTELLO, Josué – A primeira romancista brasileira. **Jornal do Brasil**, 11/11/1975; ano 85, número 217, página 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/131021. Acesso em: 08/08/2023.

MORAIS FILHO, Nascimento (Org.). **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: A mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora. *In*: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Corpo/mapa de um país longínquo – Intelecto, memória e corporeidade / Eu sou Atlântica – Transmigração, mulher negra e auto-estima / Por uma história do homem negro. *In*: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo. Instituto Kuanza: Imprensa Nacional do Estado de São Paulo, 2006.

NUNES, Ronayre. Conheça o clássico livro Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Correio Braziliense**, 04/08/2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/392-a-prosa-de-maria-firmina-dos-reis-no-seculo-xxi>. Acesso em 21/05/2024.

OLENKA, Natascha – **TJMA solicita reconhecimento nacional de Maria Firmina dos Reis como Heroína da Pátria**. 08/03/2023. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/509413/tjma-solicita-reconhecimento-nacional-de-maria-firmina-dos-reis-como-heroina-da-patria>. Acesso em: 23/01/2024.

OLIVEIRA, Luís Henrique Silva de. “**Escrevivência**” em *Becos da memória, de Conceição Evaristo*. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QSJM5dMTjPTMJhLtwgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02/07/2023.

ORÍ. Direção de Raquel Gerber. Textos e narração de Beatriz Nascimento. São Paulo: Angra Filmes – Fundação do Cinema Brasileiro, 1989, (91 min). Disponível em: <https://tamandua.tv.br/filme/?name=ori>. Acesso em: 15/08/2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PAIVA, Kelen Benfatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e Literatura. **História da Educação**. v. 7, n. 14. ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas: 2003. p. 31– 45. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 18/01/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal – Colonialidade do poder e classificação social in SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, Maria Firmina dos. Álbum, 1853. In: MORAIS FILHO, Nascimento (Org.). **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. **A escrava**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firmina-dos-reis-a-escrava>. Acesso em: 23/07/2024.

REIS, Maria Firmina dos. **Hino à liberdade dos escravos**. Disponível em: <https://lintrab.blogspot.com/2013/04/hino-liberdade-dos-escravos.html>. Acesso em: 23/01/2024.

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à Beira Mar**. 1871. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117651>. Acesso em: 23/01/2014.

SACOMAN, Mateus. **Vasos Comunicantes e caixa chinesa**. 2016. Disponível em: <https://historialiteratura.com/2016/03/28/vasos-comunicantes-e-caixa-chinesa/>. Acesso em 25/09/2024.

SAMAIN, Etienne (Org). **Como pensam as imagens**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro: Uma história de formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

SÃO BERNARDO, Augusto Sérgio – **Xangô e Thémis** - Estudos sobre filosofia, direito e racismo. Salvador: J. Andrade, 2016.

SÃO BERNARDO, Augusto Sérgio – **Direito e filosofias africanas no Brasil: ancestralidades, ubuntuidades e o pensamento Kalunga como formadores do repertório ético-jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2022.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia** – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Ana Lúcia. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da nova história política**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Paraná, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2024/01/TESE-D-HISTORIA-PPH-UEM-Ana-Lucia-da-Silva-versao-final-abril-2023-1.pdf>. Acesso: 22/09/2024.

SILVA, Régia Agostinho. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História Econômica. Universidade de São Paulo-USP. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Doutorado em História Econômica. São Paulo, 2013 Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/publico/2013_RegiaAgostinhoDaSilva.pdf. Acesso em: 22/09/2023.

SODRÉ, Muniz – **Reinventando a educação: diversidade. Descolonização e redes**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Cássia Regina da Silva Rodrigues. Periódicos Feministas do Século XIX: Um chamado à Resistência Feminina. **Anais do XV encontro regional de História da ANPUH**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012.pdf. Acesso em: 12/08/2024.

SOUZA, Florentina da Silva. Mulheres negras escritoras. **Revista Crioula**, n. 20, São Paulo: USP, 2017. p. 19-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/141317/136840>. Acesso em: 08/02/2023.

SOUZA, Florentina Souza. Lutando contra o silenciamento (Prefácio). In: MIRANDA, Fernanda Rodrigues. **Silêncios prEscritos**: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006). 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

STARLING, Heloisa; PELLEGRINO, Antônia. **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempo, 2022.

STEPHEN CHAVES, Maria Laura. **De griots y epistemologias de las (re)existências**: Calypso afrolimonense como tradición oral afrocaribeña - 1 ed. Heredia, Costa Rica: EUNA, 2022.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Tradução Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401- 442.

TELLES, Norma. Uma Maranhense. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org). **Maria Firmina dos reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos reis e seu conto *A escrava*: consolidando uma literatura abolicionista. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**. São Luís, v. 4, n. especial - dossiê temático. 2018. p. 15-27. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/9576>. Acesso em: 03/10/2022.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina Reis através das imagens. **Ciclo de palestras: 200 anos de Maria Firmina dos Reis**. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Romã Atômica Produtora, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bN264-9PYmo&t=5317s>. Acesso em: 15/09/2022.

UCHOA, Tabata. **Maria Firmina dos Reis é a autora homenageada da FLIP**. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/virando-a-pagina/2022/09/6484617-maria-firmina-dos-reis-e-a-autora-homenageada-da-flip.html>. Acesso em: 17/12/2022

ANEXOS

ANEXO A – Imagem de Maria Firmina - acervo do Museu Histórico de Guimarães



Fonte: Fotografia Iago Rafael Azevedo Sá³⁸, 2024.

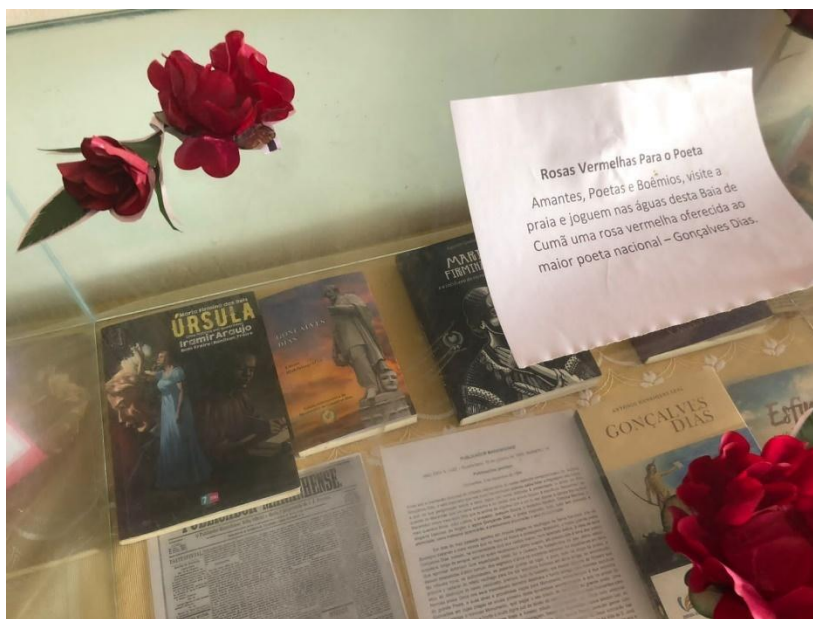
ANEXO B – Foto da sede do Museu de Guimarães



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

³⁸ Iago Rafael Azevedo Sá é fotógrafo e reside em Guimarães, São Luís. As fotos dos anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L e M foram feitas exclusivamente para essa pesquisa, em 2024.

ANEXO C – Foto de obras de Maria Firmina



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO D – Pôster exaltando a universalidade da maranhense Firmina dos Reis



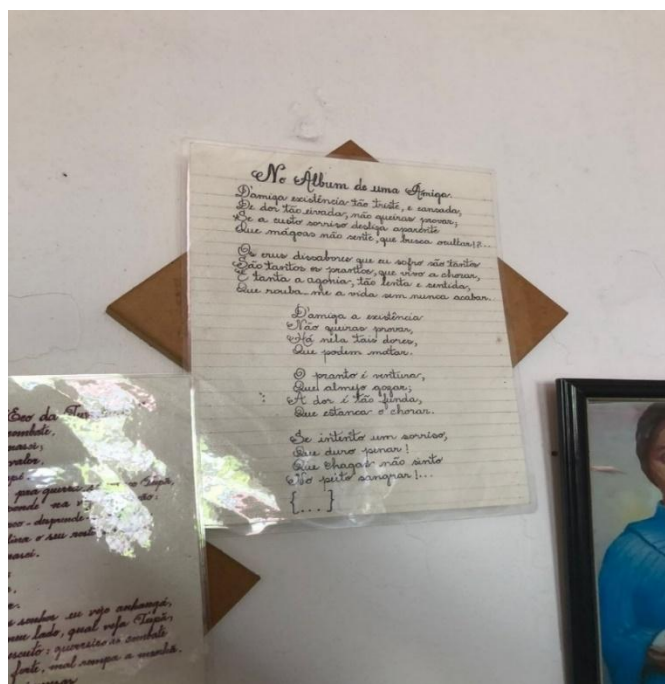
Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO E – Imagem de Maria Firmina cercada por suas poesias



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO F – Detalhe da foto E - Poema de Maria Firmina dedicado a uma amiga



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO G – Detalhe da foto E - Poema de Reis em homenagem à mãe



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO H – Representação da escola mista criada por Maria Firmina em Guimarães



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO I – Foto do busto e obras de Maria Firmina dos Reis



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO J – Réplica em cerâmica da casa onde Maria Firmina residiu na cidade de Guimarães



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO L – Restos de pisos da casa onde residiu Maria Firmina dos Reis



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

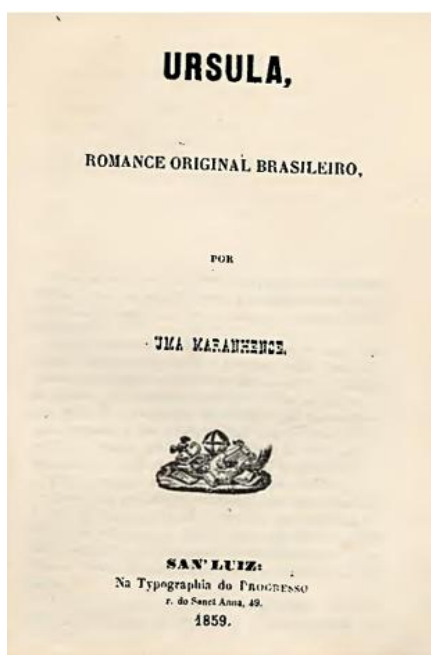
ANEXO M – Calendário e imagem de Maria Firmina dos Reis



Fonte: Fotografia de Iago Rafael Azevedo Sá, 2024.

ANEXO N - Anúncio de venda do romance *Úrsula* – Jornal *A Imprensa* - 1860

Disponível em <https://historise.com.br/o-romance-ursula-e-histori-se/> Acesso em 13/10/2024

ANEXO O – Frontispício da primeira edição do romance *Úrsula* - 1859

Disponível em <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra71093/ursula> Acesso em 13/10/2024